

## 2

### **Sob a Égide da Civilização. O Rio de Janeiro entre 1868 e 1889**

#### 2.1

#### **Gênese e Desenvolvimento das Idéias de Progresso e de Civilização**

##### 2.1.a

##### **A Idéia de Civilização**

O termo "civilisation", precursor da palavra portuguesa "civilização", assim como os outros termos que lhe deram origem na Língua Francesa, descende do Latim, estando relacionado à palavra "civilitas". Esta, por sua vez, refere-se às qualidades de uma alma nobre e espiritualmente elevada. Pode ser entendido também como a arte de governar a cidade.<sup>1</sup> No entanto, pela conotação que a palavra assumiu no século XVIII, ocasião de seu surgimento, ela parece identificar-se mais com o adjetivo latino "civilis" que, pela sua proximidade com a congênera "civilitas", indica um ser cultivado, polido, afável, cortês e refinado, ou seja, o oposto do rústico, do campesino.<sup>2</sup> Assim, "civilis" remete mais à manifestação procedimental que se espera de uma pessoa de espírito elevado do que a posse mesma desta nobreza de espírito, mais propriamente conotada pela palavra "civilitas".

O vocábulo "civilisation" foi também precedido de outras palavras na Língua Francesa, como "civilisé", "civiliser" e "civilité", já existentes no

---

<sup>1</sup> Cf. Alfredo Nicéforo. Les indices numériques de la civilisation et du progrès. Paris: Ernest Flammarion, 1921. p. 26.

<sup>2</sup> Cf. Alfredo Nicéforo. Op. cit. p. 27.

idioma desde o século XVI.<sup>3</sup> Estes termos quinhentistas são próprios do Renascimento e expressam, segundo Norbert Elias,<sup>4</sup> a perda do controle que a Igreja Católica exercia sobre a sociedade e de sua legitimidade em estabelecer padrões comportamentais aos indivíduos. Segundo Norbert Elias, desde o Renascimento, com a idéia de "civilité", gênese do termo "civilisation", a elite de várias cidades européias buscaram desenvolver códigos de conduta e comportamento a serem observados. Os hábitos à mesa, como não comer sem talheres ou estalando os lábios, até comportamentos de expressão corporal, como a forma de assoar-se, ou a postura adequada durante uma conversação foram desenvolvidos, a fim ajustar os comportamentos a um conjunto de práticas que eram percebidas como sendo de “bom tom”.<sup>5</sup>

“Civilité” era polimento, compreensão e execução de uma regra de conduta que, na Europa do século XVI, identificava aquele que a praticava como sendo um indivíduo civilizado<sup>6</sup> - “civilisé”. Já “civiliser” indicava a ação de polir, de adequar alguém a um padrão comportamental definido.

O surgimento deste termo remonta a 1530, com Erasmo de Roterdam, em seu livro *De civilitate morum puerilium - Da civilidade em crianças* - destinado à educação infantil.<sup>7</sup> No século XVII, em 1690, a palavra "civilité" já figurava no Dictionnaire universel de Furetière, juntamente com "civil", "civilisé", "civiliser". Neste, "civilité" aparece como: “*Maneira honesta, doce e polida de agir, de conversar junto*”.<sup>8</sup> Segundo Febvre, civilité estaria ligada à idéia de cortesia,<sup>9</sup> que indicaria mais a internalização de

<sup>3</sup> Cf. Fernand Braudel. Gramática das civilizações. São Paulo: Martins Fontes, 1989. p. 25. Norbert Elias. O processo civilizador. Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. V.1, p. 68.

<sup>4</sup> Cf. Elias. Op. cit. p. 67.

<sup>5</sup> “A Civilização Como Transformação do Comportamento Humano” foi o título do segundo capítulo do mais famoso livro de Norbert Elias, no qual aborda a modificação dos costumes medievais na época da renascença. Ver: Elias. op. cit. vol.. 1. p. 65 – 213.

<sup>6</sup> Para a ilustração e discussão dessas regras de comportamento, marca da civilidade, ver Norbert Elias. Op. cit. e Norbert Elias. O Processo Civilizador. Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. V. 2.

<sup>7</sup> Cf. Elias. Op. cit. vol 1. p. 68

<sup>8</sup> Cf. Lucien Febvre. Civilisation. Évolution d’un mot et d’un groupe d’idéas. In: Lucien Febvre et alli. Civilisation. Le mot et le idée. Paris: La renaissance du livre, 1930. p. 11.

<sup>9</sup> Lucien Febvre. Op. cit. p. 11.

valores, elementos do espírito, do que "civilité", que conotaria menos um desenvolvimento do espírito e mais uma forma externa, a observação de um conjunto de normas de conduta e comportamento, códigos de um grupo da sociedade, daqueles que vivenciavam a sociedade de corte. Portanto, a significação das palavras "civilité", "civiliser" e "civilisé", as quais deram origem ao termo "civilisation", remetem à idéia de uma formalidade, de um código social expresso em condutas previamente delineadas em face de algumas situações.

A palavra portuguesa "civilização", que de fato nos interessa, advém da congênera francesa "civilisation", surgida em meados do século XVIII. Segundo Jean Starobinsky, ela emerge enquanto termo unificador de várias idéias,<sup>10</sup> referindo-se não somente àquelas associadas às práticas da polidez, como a precedente "civilité" significava, mas também às próprias de outros campos de significações. Assim o era com o campo econômico, por ela contemplado através da idéia de desenvolvimento deste, que se encontrava contido, ao contrário de "civilité", no campo de significações que remetia ao termo "civilisation".

A palavra "civilização" destaca-se também por, no dizer de Émile Benveniste, inculcar uma nova visão de mundo.<sup>11</sup> Ela surge em meados do século XVIII, no contexto de afirmação e expansão das idéias iluministas. Este termo galvaniza uma série de idéias típicas do Iluminismo<sup>12</sup>, como a idéia de progresso material, de desenvolvimento da História etc. Logo, a palavra "civilização" emerge no século XVIII, e não antes, porque é neste momento que a sociedade européia tem necessidade dela, que a demanda, instada pelas novas idéias que se faziam presentes no Setecentos.

---

<sup>10</sup> Jean Starobinsky. La palabra civilisation. In: Revista Prismas. Revista de história intelectual. n. 3. Buenos Aires: Universidade Nacional de Quilmes, 1999. p. 11.

<sup>11</sup> Cf. Émile Benveniste. Civilización. Contribución a la historia de la palabra. p. 209-218. In: Problemas de lingüística general. México Distrito Federal: Siglo Veintiuno editores, 1974. p. 209.

<sup>12</sup> Sobre a idéia de civilização no iluminismo, ver: Francisco José Calazans Falcon. Iluminismo. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1994. P. 60-61.

Segundo Lucien Febvre, o primeiro estudioso que se pôs a esquadrihar a gênese da palavra "civilização",<sup>13</sup> o vocábulo teria tido sua primeira aparição em um texto impresso no ano de 1766. No entanto, o termo já poderia figurar em um manuscrito em torno do ano de 1752, pois, anos depois de 1766, Dupont de Nemours utiliza-a quando publica as obras do grande fisiocrata, que fora seu mestre.<sup>14</sup> No entanto, a data levantada por Lucien Febvre está longe do consenso entre os pesquisadores. Émile Benveniste afirma que a primeira aparição do termo remontaria a 1756, na obra *Ami des hommes* ou *Traité de la population*, de autoria do Marquês de Mirabeau, pai do célebre revolucionário. Mirabeau escreveria, ainda, em 1760, uma outra obra, *Théorie de l'impôt*, na qual a palavra voltaria a aparecer<sup>15</sup>. Fernand Braudel assevera que a palavra "civilização", no seu sentido moderno,<sup>16</sup> já poderia ser encontrada em 1752, em um escrito de Turgot sobre a história universal, que ele não publicou<sup>17</sup>. No entanto, corrobora a posição de Benveniste quando este afirma que o primeiro texto impresso publicado, que contém o termo, data de 1756, no *Ami des hommes*.

O termo "civilização" expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo.<sup>18</sup> Sua maneira de autoperceber-se, de entender-se como agente privilegiado de um desenvolvimento histórico que conduziria a um mundo sempre melhor, governado pela razão e seu movimento de expansão. A própria idéia de movimento é característica à idéia de civilização,<sup>19</sup> pois esta era entendida como um processo dotado de movimento firme e constante que se traduz em diversas formas destinadas sempre à superação. A percepção da

<sup>13</sup> Em 1929 um grupo de intelectuais franceses organizou em Paris um grande seminário para se discutir a idéia de civilização. Dele participaram intelectuais como Lucien Febvre, Alfredo Nicéforo, Louis Weber, E. Tonnellat etc. O resultado deste seminário foi publicado em forma de anais no ano seguinte. Ver: Febvre et alli. Op. cit.

<sup>14</sup> Febvre et alli. Op. cit. p. 4.

<sup>15</sup> Cf. Benveniste. Op. Cit. p. 210-211.

<sup>16</sup> Segundo o historiador francês, a palavra civilização já existiria no sentido jurídico desde, pelo menos, 1732. Cf. Braudel. Op. cit. p. 25.

<sup>17</sup> Cf. Braudel. Op.cit. p. 26. Antes de Braudel, Lucien Febvre já tinha acusado a presença da palavra neste texto de Turgot, de 1752, que só viria a ser publicado anos depois pelo seu discípulo, Namours. Cf. Febvre. Op. cit. p. 5.

<sup>18</sup> Cf. Elias. vol. 1. Op. cit. p. 16.

<sup>19</sup> Cf. Elias. vol. 1. Op. cit. p. 24-25.

civilização como processo é típica da própria consciência histórica desenvolvida na Europa do século XVIII, que impulsionou o historicismo<sup>20</sup>. Tal aspecto da idéia de civilização iria aproximá-la da idéia de progresso, suscitando uma imbricação que se estenderia ao longo do século XIX. Muito embora tal imbricação tenha se delineado e generalizado mais fortemente no Oitocentos, ela já está presente mesmo na origem, que nasce no século XVIII, não muito após a idéia de progresso. Autores setecentistas, como Turgot e Condorcet, já entrelaçavam civilização e progresso, constituindo mesmo, no caso de Condorcet, etapas para o desenvolvimento “progressivo” da civilização, uma fórmula que ganharia notoriedade com Comte e diversos outros historicistas de proa no contexto intelectual da Europa oitocentista.<sup>21</sup>

Além da idéia de movimento, "civilização" remete também, como assinalou-se, à idéia de ação. Segundo Starobinski, foi comum no século XVIII o surgimento de sufixos “ação”,<sup>22</sup> designadores da idéia de uma ação de algo. Neste século, entre várias outras palavras deste tipo, surgiram termos como "democratização", "municipalização" e "institucionalização".

O século do Iluminismo foi o século da ação. Ação política das massas na Revolução Francesa, ação intelectual com os pensadores engajados no processo de renovação política, ação presumida da história etc. "Civilização" constitui, portanto, a ação de civilizar, de dotar de civilidade aqueles que são rudes, campesinos, jovens ou bárbaros e que, supostamente, necessitariam de tal ação.

Além de estar perpassada pela idéia de ação, que figura na sua própria constituição morfológica, "civilização" pode também remeter à idéia do

---

<sup>20</sup> Entendo aqui por historicismo toda forma moderna de reflexão que atribui um movimento meta-histórico à História.

<sup>21</sup> A reflexão histórica encetada pelo iluminismo é informada pela idéia de progresso, de desenvolvimento, de um movimento para frente que por vezes chega mesmo a ser entendido como inexorável e dotado de uma racionalidade própria, supra subjetiva. As reflexões sobre a história de autores como Condorcet, Saint Simon, Kant, Hegel, Marx e Comte, entre outros, é concebida através de etapas a serem superadas. Elas se operam na referência da estrutura de reflexão histórica informada pela idéia de progresso. Idéia sobre a qual nos deteremos com mais vagar em outro momento deste trabalho. Para uma ilustração do etapismo de alguns dos autores mencionados ver: Raymond Aron. *As Etapas do Pensamento Sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

<sup>22</sup> Starobinsky. *Op. Cit.* p. 10.

acabamento de uma ação e/ou de um movimento, o último estágio de um processo.<sup>23</sup> Desta forma, foi comum dizer-se que os egípcios ou os astecas “chegaram” a constituir uma civilização, no sentido de terem chegado ao ponto de terem-na formado.

A idéia de civilização manteve e conferiu movimento ao ideal de enquadramento do comportamento humano, tornou-o uma necessidade histórica, parte fundamental de um processo que o século XIX entendeu como uma evolução, uma melhoria constante. Este conteúdo padronizador foi reafirmado com intensidade, quando o controle das massas entrou na pauta de questões das elites da Europa após 1870, temerosas, então, diante do crescimento da classe operária.<sup>24</sup> O conteúdo de regulamentação desta idéia também ganhou força com o fenômeno do imperialismo, no qual o ideal civilizador foi ao mesmo tempo alíbe para a ação de conquista e exploração e instrumento de docilização da massa de nativos que se percebiam vilipendiados. Também contribuiu para a normatização das condutas o crescimento das cidades no século XIX, onde se desenvolveram os códigos de postura urbana, justificados pelo ideal de confecção de uma cidade civilizada.

Além de trazer consigo o ideal de modificação de comportamentos, a idéia de civilização surgida no século XVIII é também designadora de valores morais e intelectuais.<sup>25</sup> "Civilização", como entendida no Setecentos, substantivo singular, é percebida como o orgulho que a sociedade européia tem de si própria, de sua auto-imagem de superioridade diante de um mundo que domina e que a faz sentir-se superior. É percebida também como superioridade intelectual, como o acúmulo de conhecimentos técnicos e humanísticos que a elevariam a um patamar mais alto diante das demais sociedades, enfim, como já foi exposto, é um conceito que expressa a maneira de autoperceber-se da sociedade européia e de afirmar a sua pretensa superioridade. Além disso, a palavra também expressa a necessidade de afirmação de alguns valores do Iluminismo, tal como o ideal de justiça; em meados do século XVIII Raynal já

---

<sup>23</sup> Starobinsky. Op. Cit. p. 12.

<sup>24</sup> Sobre este temor, ver: Eric J. Hobsbawm. A Política da Democracia. In. A Era dos Impérios. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

<sup>25</sup> Cf. Braudel. Op. cit. p. 29.

questionava “*se poderia ter civilização sem justiça*”.<sup>26</sup> Ela conota ainda valores da sociedade europeia anteriores ao Iluminismo e mesmo contraditórios a este, como os da religião, como se percebe no primeiro texto impresso em que surge a palavra, o *Ami des hommes*, do Marquês de Mirabeau: “*A religião é sem contradição o primeiro e mais útil freio da humanidade; é o primeiro impulso da civilização; nos predica e recorda sem cessar a confraternidade, dulcifica o nosso coração etc*”.<sup>27</sup>

Esse juízo de valores, que envolveu a idéia de civilização desde seu surgimento, estendeu-se até princípios do século XX, estando vigente durante todo o período da Belle Époque, recebendo um abalo mais forte somente com o impacto da Primeira Grande Guerra Mundial.<sup>28</sup> A relação de valores presente na idéia de civilização pode ser ilustrada por um dos intelectuais que se notabilizaram pelo estudo detido do conceito. Trata-se da obra do teórico do Direito Alfredo Nicéforo, professor das Universidades de Nápoles e de Roma.<sup>29</sup>

Na sua obra *Les indices numériques de la civilisation*, de 1921,<sup>30</sup> Nicéforo defende a tese de que “civilização” é um conceito meramente descritivo que, ao seu juízo, deveria basear-se em quatro critérios de análise quantitativa e qualitativa sobre as maneiras de ser e de agir de uma sociedade. Eles seriam: a vida material, intelectual, moral, e organização política e social de um grupo da população.<sup>31</sup> Segundo o autor, ao tratá-lo desta forma, o pesquisador não estaria fazendo nenhum juízo de valor sobre a idéia de civilização; como se fosse possível furtar-se a este juízo na própria escolha dos

<sup>26</sup> Cf. Febvre. Op. cit. p. 22-23.

<sup>27</sup> Cf. Benveniste. Op. cit. p. 211.

<sup>28</sup> Ver: Arno Mayer. *A Força da Tradição: A persistência do antigo Regime (1848-1914)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987. Neste livro, o autor defende a tese de que a sociedade do Antigo Regime se prolongou após o processo revolucionário francês, só vindo a termo com a primeira grande guerra mundial.

<sup>29</sup> Nicéforo. Op. cit.

<sup>30</sup> Fica evidente, pela envergadura do livro, sua quantidade de levantamentos estatísticos, que Nicéforo já vinha refletindo e pesquisando sobre o tema desde antes da primeira grande guerra mundial.

<sup>31</sup> Nicéforo Op. cit. p. 30. e Alfredo Nicéforo. *La civilisation. Le problème des valeurs*. In: Febvre et alli. op. cit. p. 114.

critérios que nortearão a descrição, ou na metodologia que conduzirão a análise qualitativa, o que revela o traço fortemente empirista do estudioso italiano.

Sem perceber, ao propor uma avaliação que pretende ser objetiva do “nível de civilização” de cada sociedade pesquisada, Nicéforo impõe automaticamente um escalonamento, uma relação hierárquica entre elas a partir dos resultados obtidos em sua pesquisa que, obviamente, é norteadada tanto pela metodologia a ser utilizada como pelos critérios eleitos pelo pesquisador.

Além de designar valores morais e intelectuais, a idéia de civilização também encontra-se imbricada à idéia de desenvolvimento material. Não obstante Louis Weber ter chamado atenção em seu artigo sobre os preconceitos greco-latinos quanto às artes manuais e à preeminência dos conhecimentos teórico e abstrato sobre aquele de caráter prático,<sup>32</sup> a idéia de civilização trouxe em si a questão material, seja no âmbito da técnica ou da vida econômica. Ela foi associada ao desenvolvimento do comércio, da indústria e da tecnologia. Lucien Febvre, citando Raynal em 1770, mostra como o desenvolvimento do comércio é associado com o polimento, à civilização dos franceses.<sup>33</sup> Cita ainda Millar em seu *Observation sur les commencements de la société*, de 1773, quando este menciona que: “A civilização e a polidez dos costumes que vêm a ser uma conseqüência natural da abundância e da seguridade”.<sup>34</sup> A civilização seria entendida, portanto, como uma decorrência do desenvolvimento material, que conduziria à dignidade e, conseqüentemente, ao que seria preconizado como os “bons modos”.<sup>35</sup> Esta forma de pensar a civilização ganhou força no século XIX, sobretudo após 1870, com o advento da Segunda Revolução Industrial, quando o processo de desenvolvimento técnico acelerou-se sobremaneira. Nesta concepção, civilização aparece como decorrência do progresso entendido como desenvolvimento material – técnico e econômico.<sup>36</sup> Embora esta percepção da

---

<sup>32</sup> Cf. Louis Weber. La civilisation. Civilisation et technique. In: Febvre et Alli. Op.cit. p. 133.

<sup>33</sup> Cf. Febvre. Op. cit. P. 21-22.

<sup>34</sup> Ibidem. Op. cit. P. 22.

<sup>35</sup> O que era entendido como bons modos ou maneiras e seu desenvolvimento na Europa do renascimento pode ser encontrada em Elias Op. cit. Vol 1. p. 65-214.

<sup>36</sup> Ver Braudel. Op.cit. p. 27.

relação entre civilização e “progresso material” somente viesse a ganhar maior projeção na segunda metade do século XIX, ela, como se observou, surgiu no setecentos. Não por acaso, a utilização impressa mais remota que Lucien Febvre encontrou de "civilização" foi com um homem da técnica, o engenheiro M. Boulanger,<sup>37</sup> da *École de ponts et chaussées*, então, o maior bastião do desenvolvimento tecnológico francês. Também não foi por acaso que Fernand Braudel identificou um manuscrito nos arquivos de Paris, como a primeira aplicação do termo, em 1752, por um expoente da escola econômica fisiocrata, Turgot, alguém cuja biografia foi marcada pelas preocupações no campo do desenvolvimento material<sup>38</sup>.

No entanto, a idéia de civilização remetia para além da referência do desenvolvimento material. A palavra poderia também significar simplesmente desenvolvimento, progresso. Este entrelaçamento da idéia de civilização com a de progresso ganha as letras com Guizot, ainda na terceira década do século XIX. Em 1828, o intelectual francês oferece um curso na Sorbonne que recebeu o título *La civilisation en Europe* e, em 1829, um outro: *La civilisation en France*. Guizot acreditava que a civilização era um fato, algo que poderia ser descrito através da investigação do historiador e que poderia ser narrada em uma História geral<sup>39</sup>, pois acreditava que havia uma História geral da civilização a ser apreendida. Na visão do intelectual francês, existiam várias civilizações, mas acima delas colocava-se a civilização - palavra no singular - enquanto entidade una. Esta, desenvolveria um movimento meta-histórico, no qual cada uma das civilizações encontrar-se-ia em um estágio, cada uma delas apresentaria um nível de progresso da civilização, mais ou menos próximo do ideal de perfectibilidade que a palavra aplicada no singular designava para Guizot. Segundo o historiador francês: “a idéia do progresso, do desenvolvimento me parece ser a idéia fundamental contida sob a palavra civilização”.<sup>40</sup>

<sup>37</sup> O texto chama-se “L’antiquité dévoilée par ses usages”. Cf. Febvre. Op. cit. p. 5

<sup>38</sup> Cf. Braudel. Op. Cit. p. 25.

<sup>39</sup> Cf. Febvre. Op. cit. p. 33 e 35.

<sup>40</sup> Guizot. *Civilisation en Europe*. Paris, 1828. p. 15. Apud: Febvre. Op. cit. p. 35.

Portanto, a essência do termo "civilização" é "progresso", pois civilização traduz mesmo o movimento histórico de desenvolvimento progressivo dos povos, sobretudo dos povos europeus. Para Guizot, "civilização", entendida no singular, logo pensada como progresso da História, resulta fundamentalmente do aperfeiçoamento de dois aspectos de uma sociedade: do seu desenvolvimento social e do intelectual<sup>41</sup>. Para a perfeição de uma civilização, uma sociedade deveria aprimorar, ao longo do tempo, sua estrutura social e o nível intelectual de seus componentes.

Esta idéia ganharia força ao longo do século XIX, adentrando mesmo o Novecentos, sendo não somente traduzida pelo termo "civilização", como em Guizot, mas também pela palavra "progresso" ou, mais especificamente, "progresso social", como aparece na tinta de Nicéforo: "*O conceito de progresso social, enfim (e não somente, então, de progresso material, ou somente de progresso moral ou intelectual etc.), indica um melhoramento de junção das condições de vida material, intelectual, moral, através do tempo*"<sup>42</sup>.

Além da idéia de desenvolvimento, melhoramento e, conseqüentemente, de transformação, presentes na palavra "progresso", esta também trás consigo a idéia de continuidade<sup>43</sup>. Uma civilização é um passado, melhor dizendo, a idéia de um passado que informa o presente. No dizer de Fernand Braudel: "*Cada civilização tria pouco a pouco, afasta ou favorece a massa de bens ou de atitudes que o seu passado e seus desenvolvimentos impelem para ele e lhe propõem ; e, por suas escolhas, recompõem uma fisionomia nunca inteiramente nova, nunca a mesma*"<sup>44</sup>. Ela é mais que uma economia ou sociedade, mas um núcleo comum de elementos, insertos em uma tradição, que vão sendo mantidos ou dispersados conforme as demandas de cada época. "*Uma civilização não é, pois, nem uma dada economia, nem uma dada sociedade, mas aquilo que, através das séries de economias, das séries*

---

<sup>41</sup> Cf. Starobinsky. Op. cit. p. 11 e Febvre. Op. cit. p. 35-36.

<sup>42</sup> Cf. Nicéforo. Op. cit. p. 45.

<sup>43</sup> Cf. Starobinsky. Op. cit. p. 12.

<sup>44</sup> Cf. Braudel. Op. cit. p. 51.

*de sociedades, persiste em viver, só se deixando infletir muito pouco e lentamente*”<sup>45</sup>.

Mais do que as permanências de uma dada economia e sociedade que se adequam às mudanças dos tempos sem perder elementos pretéritos, como pensa Braudel, a idéia de civilização que se desenvolveu no século XIX intercambiou-se com a idéia de cultura, de cultivação do espírito, de desenvolvimento estético, moral e intelectual.

Na Inglaterra, o primeiro texto a usar a palavra civilização foi de 1772, de autoria de Boswell. Nele, o termo aparece com o sentido de cultura. No entanto, segundo Norbert Elias, tanto ingleses como franceses tinham algo em comum quanto a idéia de civilização. Para ambos, esta sintetiza o orgulho pelo papel que jogam as suas nações para o que percebiam como o progresso da humanidade<sup>46</sup>. Ainda seguindo Elias, "civilização", nas Línguas Inglesa e Francesa, remete a realizações, tanto no campo material – econômico e tecnológico -, como no campo sócio-político – democracia e bem-estar social - e a comportamento, a observação de procedimentos pré-estabelecidos, entendidos como civilizados<sup>47</sup>. Enfim, o conceito em questão pode estar relacionado a *“fatos políticos ou econômicos, religiosos ou técnicos, morais ou sociais”*<sup>48</sup>.

Na língua e cultura alemãs, a palavra insere-se de maneira distinta, com um outro status, com menor projeção e importância no âmbito da cultura local. A palavra alemã "zivilisation" é tida como mera aparência externa, sem referência ao espírito. Segundo Elias, a palavra que melhor expressaria o orgulho de ser alemão seria "kultur", que designa o desenvolvimento do espírito, da cultivação das coisas próprias deste, da atividade estética e intelectual<sup>49</sup>.

O termo alemão "kultur" também aparece no século XVIII. A primeira vez que figura como verbete de um dicionário é em 1793, na 2a.

---

<sup>45</sup> Cf. Braudel. op. cit. p. 54.

<sup>46</sup> Cf. Elias. Op. cit. Vol . 1. p. 23-24.

<sup>47</sup> Ibidem. p. 24.

<sup>48</sup> Ibidem.

<sup>49</sup> Ibidem.

edição do Dicionário Adelung, de 1774. No Adelung, a palavra aparece com dois significados, um primeiro de afrancesamento moderno do espírito, a *aufklaerung*. No segundo, figura como a finesa, as boas maneiras, o polimento<sup>50</sup>. Com efeito, no século XVIII, quando do seu surgimento, o termo "kultur" apresentava o mesmo sentido da palavra francesa "civilisation". No entanto, desde o início do século XIX, a palavra alemã vai adquirindo um outro significado, sensivelmente distinto daquele primeiro, no qual era associada à polidez. Entre 1807 e 1813 "kultur" aparece no lexicógrafo de Campe como um sinônimo do termo alemão *bildung*, que significa a edificação do espírito, a formação interior do indivíduo; o que já dá nota do novo campo semântico que a palavra vai abrangendo<sup>51</sup>.

O termo "kultur" também se encontrava associado ao Romantismo alemão. Intelectuais germânicos, como Goethe e Alexander Von Humboldt, pensavam a palavra como acúmulo de tradições, costumes e conhecimentos próprios a um povo em particular<sup>52</sup>, ou seja, a cultura de uma comunidade afim, para além de uma sociedade determinada. Assim, distintamente do termo "civilisation" - que é perpassado pelo universalismo iluminista e que apresenta uma idéia de movimento a qual tende a eliminar a diferença entre os povos - , a palavra "kultur" tende a afirmar estas diferenças, ressaltando o que é próprio em cada povo, o que germina em que cada comunidade, sem nenhuma referência à inexorabilidade de algum movimento .

No entanto, é importante notar que o termo "kultur", no primeiro terço do século XIX, ainda não havia se distinguido por todo da idéia de "civilisation", figurando ainda o sentido de polidez desta última no campo semântico da primeira. Isto fica claro, por exemplo, com o uso indiscriminado que Hegel fez de ambos em 1830 nos seus escritos, quando professor da Universidade de Berlim<sup>53</sup>. Quem parece melhor ter definido o lugar da palavra "kultur" na sociedade alemã e seu significado é Wilhem Van Humboldt - irmão

---

<sup>50</sup> Cf. Tonnelat, E. Kultur. Histoire du mot, évolution du sens. In: Febvre et alli. Op. cit. p. 62.

<sup>51</sup> Cf. Tonnelat. Op. cit. p. 62.

<sup>52</sup> Ibidem. p. 69.

<sup>53</sup> Cf. Braudel. op. cit. p. 27.

de Alexander Von Humboldt – que, escrevendo em 1836, não somente define a palavra, como a diferencia dos termos "zivilization" e "bildung", que vinham aparecendo em seu campo semântico. Segundo Wilhem Van Humboldt, no seu livro *Ueber die kawi sprache*:

“Por zivilisation é necessário entender tudo isto que, na ordem material, no desenvolvimento dos costumes e na organização social, tende a abdicar o destino dos homens, à humanizar e a fazer nascer em seguida entre os indivíduos ou os povos de sentimentos de bem querer recíproco, visão de amizade; a palavra kultur acrescenta a esta primeira idéia uma nuance de refinamento: ela indica que os homens souberam se elevar acima das simples considerações de utilidade social e que eles têm empreendido o estudo desinteressado das ciências e das artes. Mas mais alto ainda que o conceito de kultur é preciso colocar este de bildung, que designa um estado de realização intelectual e moral ao qual conseguem chegar somente algumas individualidades particularmente dotadas<sup>54</sup>”.

Assim, já no segundo terço do Oitocentos, a palavra "kultur" vai definindo de maneira mais clara o seu significado, constituindo um campo próprio de significações. Ao que parece, "kultur" adquire uma maior relevância diante de "zivilization", acrescentando-lhe outros sentidos como o intelectual, do emprego dos indivíduos às atividades estética e científica de forma desinteressada, e o moral, que faz com que o refinamento não se reduza à mera expressão externa, mas à manifestação do desenvolvimento do espírito. É ainda importante observar que W. Humboldt atribui à palavra "bildung" uma superioridade em relação à "kultur" no que tange às questões do espírito. No entanto, a primeira é uma referência de desenvolvimento do espírito que só pode ocorrer em nível pessoal, individual. Já o termo segundo tem uma designação para além da referência singular, pessoal; ele pode se referir a um povo, como no caso da designação “cultura germânica”, sendo assim, como já foi salientado, a palavra privilegiada para expressar o orgulho nacional alemão. Mais ainda, "kultur" foi tornando-se, na Alemanha, a palavra preferencial para designar a junção dos elementos materiais, sócio-políticos, morais e intelectuais de um povo, assim como a palavra "civilisation" na França, que ao

---

<sup>54</sup> Cf. Tommelat. Op. cit. p. 68-69.

longo do século XIX passou a abranger - ao contrário do seu sentido de polidez do século XVIII - este mesmo campo de significações<sup>55</sup>.

De forma distinta da alemã "kultur", ligada em sua origem filológica com a idéia de cultura, cultivo do campo; a palavra "civilização" tem uma relação filológica com a idéia de cidade. A palavra deriva do latim "civilitas", que tem como uma de suas traduções "a arte de governar as cidades"<sup>56</sup>. No século XVIII, no qual sabemos que "civilisation" significou comportamento, polimento, polícia; Le Bret designa "policé" como "a ordem pública de cada cidade"<sup>57</sup>. Ainda no século XVII, em 1694, Frutière apresenta no seu dicionário o termo "civilidade" como "*maneira honrada, suave e gentil de atuar e conversar em grupo*" e completa dizendo que "*só os camponeses, a gente grosseira, carece de civilidade*"<sup>58</sup>, ou seja, "civilidade", "civilização" são palavras que se definem em contraposição ao campo, definindo-se como própria das cidades. Da mesma forma, para o marquês de Mirabeu, escritor do "Ami des hommes", a palavra também se relaciona à urbanidade, aos hábitos urbanos, a "policé" e às regras de convivência necessárias à vida no aglomerado humano característico das cidades<sup>59</sup>. Portanto, no século XVIII, civilizar-se significava urbanizar-se, adquirir urbanidade.

Mesmo no século XIX, a referência à cidade continuou acompanhando a palavra civilização. Quando na França o termo *civilisation* passou a ser utilizado no plural<sup>60</sup>, em 1819<sup>61</sup>, passou a indicar também a organização sócio-política de alguns outros povos, que passaram a ser aludidos com este termo. Segundo Fernand Braudel, o sinal exterior mais evidente que orientou a designação de determinadas sociedades como civilizações foi,

<sup>55</sup> Cf. Braudel. Op.cit. p.27.

<sup>56</sup> Cf. Nicéforo. Op. cit. p. 26.

<sup>57</sup> Cf. Febvre. Op. cit. p. 11.

<sup>58</sup> Cf. Starobinsky. Op. cit. p. 15.

<sup>59</sup> Cf. Benveniste. Op. cit. p. 212.

<sup>60</sup> Cf. Braudel. Op.cit. p.28.

<sup>61</sup> A introdução de civilização no plural marcou um novo sentido à palavra que, para além da idéia de polidez, de controle dos comportamentos, típica do século XVIII e de desenvolvimento e superioridade sócio-político, intelectual, moral e material, característicos do século XIX, passou a designar a organização em sociedade de alguns outros povos.

justamente, a existência de cidades em seu seio<sup>62</sup>. Daí a referência à civilização egípcia, asteca, chinesa etc., entre outros povos dotados de estrutura urbana, nos quais a aplicação do termo foi, e ainda é, corrente pelos ocidentais. No entanto, segundo Lucien Febvre, a dissociação destas duas noções de civilização presentes no oitocentos, só se operou de fato a partir da segunda metade do século XIX<sup>63</sup>, em um contexto de maior aproximação dos europeus para com povos de diversos lugares do mundo; movimento induzido pela franca expansão imperialista.

As cidades tiveram um papel fundamental na História. Além de serem o espaço privilegiado para o desenvolvimento da urbanidade, da polidez, da democracia, da cultura e da ciência; indicadores oitocentistas de uma civilização, elas também se consagraram como espaço por excelência do progresso.

## 2.1.b

### A idéia de progresso

A idéia moderna de progresso é desenvolvida em fins do século XVII. Ela nasce embalada pela disputa entre antigos e modernos, através de Fontenelle, um cartesiano estudioso das ciências naturais, que se posicionava favoravelmente à nova via de conhecimento que o seu século produzia<sup>64</sup>. No embate entre os defensores da superioridade das obras clássicas e os defensores da supremacia dos autores seiscentistas, Fontenelle desenvolveu o argumento

---

<sup>62</sup> Braudel chama a atenção para a distinção que alguns antropólogos fazem entre civilizações e culturas, que se distinguiriam, de maneira mais visível, pelo fato das primeiras apresentarem uma estrutura urbana. Cf. Braudel. Op. cit. p. 38.

<sup>63</sup> Cf. Febvre. Op. cit. p. 44-45. Lucien Febvre classifica esses dois usos do termo civilização como científico e pragmático. A primeira, refere-se a todo grupo de seres humanos e seus meios de ações materiais e intelectuais. O segundo significa toda a idéia de superioridade intelectual, moral e material dos povos brancos da Europa e da América Anglo-Saxônica.

<sup>64</sup> Quanto ao nascimento da visão moderna de progresso com Fontenelle, no século XVII, estão de acordo os dois maiores estudiosos da idéia de progresso na Europa, John Bury e Robert Nisbet. No entanto, Nisbet argumenta que a idéia de progresso já existia desde a antiguidade. Ver: John

de que os homens do século XVII não eram piores do que Virgílio, Sêneca, Platão ou Homero, pois a natureza, as árvores e os animais, por exemplo, não se degradaram da época clássica até os seus dias. Tal premissa levava-o a concluir que os homens também não poderiam ter perdido em qualidade para aqueles da época dos gregos e romanos, uma vez que também eram seres da natureza, como as árvores e os animais. Assim, parte integrante de um todo não degradável, e possuidor de faculdades racionais, o que lhes permitia acumular conhecimentos de seus precedentes, o homem tendia a aperfeiçoar de maneira constante e infinita os seus conhecimentos, encontrando-se, desta feita, fadados ao progresso<sup>65</sup>.

Em Fontenelle, a idéia moderna de progresso configurava-se, pois seus dois elementos fundamentais já apareciam em suas concepções, a perspectiva de um futuro que tendia a melhorar e a certeza desta como algo necessário e certo. Tal convicção o intelectual deixou clara, quando afirmou que se Descartes não existisse, outro teria perpetrado seus avanços no mesmo século XVII, pois haveria uma ordem que regularia o progresso do conhecimento humano, algo independente da genialidade de um indivíduo em particular<sup>66</sup>.

A idéia moderna de progresso surgiu, portanto, pouco antes da idéia de civilização, numa época em que o pensamento cartesiano era o instrumento privilegiado no combate às idéias medievais<sup>67</sup>. A idéia de civilização, datada de meados do século XVIII, pertencia à época do Iluminismo. Com este, a razão foi em tal nível exaltada que extrapolou o âmbito político, sendo projetada na própria História, que passava a ser percebida, sob o ponto de vista ontológico, como algo dotado de uma racionalidade, detentora de movimento e de sentido todo próprios.

O século XIX marcou também o início do historicismo no horizonte da reflexão histórica que, por sua vez, ia iniciando a sua configuração como campo do conhecimento. No entanto, orientando o

---

Bury. *La Idea del Progreso*. Madrid: Alianza Editorial, 1971 e Robert Nisbet. *Historia de La Idea de Progreso*. Barcelona. Gedisa, 1981.

<sup>65</sup> Ver: Nisbet. *Op. cit.* p. 216-223 e Bury. *Op. cit.* p. 95-119.

<sup>66</sup> Bury. *Op. cit.* p. 105.

<sup>67</sup> *Ibidem.* p. 110-111. Bury delimita esta época no intervalo entre 1680 e 1740.

historicismo e várias outras idéias que surgiram em fins do século XVIII e ao longo do século XIX, estava a idéia de progresso, principal idéia de força da modernidade que, podemos dizer, sob o ponto de vista epistemológico, tornou-se a estrutura de pensamento dominante no Oitocentos. A idéia de progresso, já presente desde fins do Seiscentos, vinha a ocupar o espaço vazio que o impacto das idéias iluministas criaram na visão religiosa do mundo. A idéia judaico-cristã de providência divina, até então preponderante quanto à percepção da História, seus rumos e sentido, afigurava-se ora descreditada. Assim, ganhou força a idéia de progresso, que pensava um homem menos relativo à vontade de Deus, embora ainda pouco autônomo quanto ao peso da História, doravante legitimada em seu movimento pela razão.

Dada a influência da idéia de progresso na Europa, não foi raro que a mesma interferisse no desenvolvimento de outras. Em um mundo cada vez mais dinâmico, como o que emergia das revoluções industrial e francesa, parte significativa das idéias eram pensadas em movimento, sendo algumas mesmas orientadas em uma perspectiva teleológica ou, ainda, teleonômicas. Assim, a idéia de civilização também foi influenciada por este contexto intelectual, articulando-se fortemente aquela de progresso. Na sociedade inglesa, que já passava pela Revolução Industrial no século XVIII, tais palavras já eram associadas, John Millar, um intelectual inglês, articula-as várias vezes em seus textos, nos quais aparecem sintagmas como: “*o progresso e o refinamento de uma pessoa na civilização*” e “*o progresso da civilização*”<sup>68</sup>. Esta articulação de idéias também se delineou na França com o escrito de Guizot sobre a civilização na Europa, em 1828. Nele, o intelectual francês deixa clara a vinculação: “*A idéia do progresso, do desenvolvimento me parece ser a idéia fundamental contida sob a palavra civilização*”<sup>69</sup>.

Observa-se que, na associação de idéias produzidas por Guizot, é o progresso que se encontra contido na civilização, ou seja, a idéia de civilização aparece como principal, pois contém mesmo, em si, o progresso. Com efeito,

<sup>68</sup> John Millar. Apud Benveniste. Op. cit. p. 213.

<sup>69</sup> Guizot. civilisation en Europe. Paris, 1828. p. 15. Apud: Febvre. Op. cit. p. 35.

este, como concebido por Guizot, aparece subsumido à idéia de civilização,<sup>70</sup> sua questão fundamental.

No entanto, a idéia de progresso foi fortalecendo-se ao longo do século. Ela foi embalada pelo grande desenvolvimento tecnológico verificado com a Segunda Revolução Industrial. Uma época em que o fetiche da técnica parecia dominar boa parte da elite européia da segunda metade do século XIX, do que dão nota as seguidas exposições internacionais<sup>71</sup> e o crescimento do número de invenções técnicas no mundo<sup>72</sup>. A admiração pelo desenvolvimento técnico, pelo progresso da industrialização, se amalgamava-se também com o sentimento de orgulho nacional, o que projetava a idéia de progresso, ampliando o seu alcance para outras camadas da população que não as elites econômicas<sup>73</sup>, suas primeiras entusiastas.

Com efeito, na segunda metade do século XIX, a idéia de progresso vai ganhando novos contornos<sup>74</sup>. Ela vai, cada vez mais, caracterizar-se como desenvolvimento do progresso técnico, da tecnologia, da industrialização e de todo desenvolvimento material daí decorrente. Da mesma forma, a idéia de progresso vai sobrepujando a de civilização, atingindo maior força e prestígio. As duas continuaram relacionadas, muito embora, na sociedade européia da segunda metade do Oitocentos, a idéia de progresso tenha suplantado a de civilização em importância. O desenvolvimento das estradas de ferro, da navegação, da construção civil, das indústrias e de todos os avanços tecnológicos que surgiam com notável rapidez na segunda metade do século XIX fizeram com que um dos apologetas da idéia de uma civilização francesa, Charles Seignobos, expressasse bem a nova relação entre progresso e civilização: “*a civilização consiste em estradas, portos e cais*”<sup>75</sup>.

<sup>70</sup> Fica clara a importância maior que Guizot atribui à civilização, sobretudo quando analisamos o título de seus cursos na Sorbonne e seus textos, nos quais a idéia de civilização é o foco principal.

<sup>71</sup> Uma análise destas exposições pode ser encontrada em: Margarida de Souza Neves. *As Vitrines do Progresso*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/FINEP, 1986 (Mimeo.)

<sup>72</sup> A respeito de tais invenções técnicas, características da 2ª. revolução industrial, ver: Geoffrey Barraclough. *Introdução à História Contemporânea*. São Paulo: Círculo do Livro, 1964. p. 39-58

<sup>73</sup> Ver: Eric Hobsbawm. *A Era do Capital*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 303-304.

<sup>74</sup> Segundo Bury, na Segunda metade do século XIX a idéia de progresso na Europa vai ficando cada vez mais vinculada a idéia de desenvolvimento material. Ver: Bury. *Op. cit.* 295.

<sup>75</sup> Seignobos. *Apud Braudel. Op.cit.* p.27.

Portanto, na segunda metade do Oitocentos, a idéia de progresso já era a idéia dominante<sup>76</sup>. Segundo Bury, as revoluções de 1848 foram propulsoras desta idéia<sup>77</sup> que, desde então, foram mais vulgarizadas, passando a atingir as camadas médias e populares. Estas, como já foi mencionado, também foram influenciadas pelos avanços técnicos, sobretudo nos anos 70, com as inovações encetadas pela Segunda Revolução Industrial. No entanto, desde o período de 1830, com a dissolução das relações de produção feudais ainda remanescentes e a liberação das forças produtivas decorrentes dos processos revolucionários de 1830 e 1848, o desenvolvimento material da Europa crescia em ritmo firme e tornava-se sensível aos seus contemporâneos<sup>78</sup>. Entre 1825 e 1850 grandes inovações materiais apareciam na Europa, como o telégrafo e as estradas de ferro. Resultante deste contexto, em 1851, surge a primeira grande exposição internacional, realizada em Londres, uma espécie de reconhecimento público do desenvolvimento material da época. Nela, a percepção do desenvolvimento material traduzia-se em entusiasmo, como atesta o discurso de abertura da exposição pelo príncipe consorte:

“Por outro lado, o grande princípio da divisão do trabalho, que pode ser entendido como o motor da civilização, se está estendendo a todos os ramos da ciência, indústria e a arte(...) Senhores, a exposição de 1851 há de ser uma prova e uma plasmação vivente do ponto de desenvolvimento a que chegou a totalidade da humanidade em sua grande tarefa, assim como um novo ponto de partida desde o que todas as nações poderiam dirigir os seus esforços futuros<sup>79</sup>”.

A exposição de 1851 era percebida como ponto de culminância do progresso material da humanidade e, ao mesmo tempo, um ponto de partida para um desenvolvimento maior ainda, uma vez que a idéia de progresso,

---

<sup>76</sup> Cf. Bury. Op. cit. p. 281.

<sup>77</sup> *Ibidem*. p. 285.

<sup>78</sup> Ver: David S. Landes. *Prometeu Desacorrentado. Transformação Tecnológica e Desenvolvimento Industrial na Europa Ocidental, desde 1750 até a Nossa Época*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. p. 201-238.

<sup>79</sup> Discurso de abertura da exposição internacional de Londres, proferido pelo príncipe consorte, em 1851. Citado em Bury. Op. cit. p. 295.

enquanto desenvolvimento material, era percebida como um movimento irresistível, que tenderia sempre a conduzir a humanidade a avanços intermináveis. No discurso do príncipe, fica claro o papel de ascendência do desenvolvimento material, pois a divisão do trabalho, base do desenvolvimento econômico capitalista, é entendida como “*o motor da civilização*”, que se estende à ciência e à indústria.

É interessante também notar que o príncipe consorte se utiliza no texto do termo “desenvolvimento”, quando afirma que “*a exposição de 1851 há de ser uma prova e uma plasmação vivente do ponto de desenvolvimento a que chegou a totalidade da humanidade*”. Tal aplicação do termo, que aí conota claramente o sentido de progresso, era corrente na Europa do século XIX, na qual as “palavras” “progresso”, “desenvolvimento” e “evolução” eram utilizadas indistintamente, remetendo a um mesmo significado<sup>80</sup>.

Portanto, “progresso”, “evolução” e “desenvolvimento” indicaram o mesmo sentido de um movimento inexorável com destino a um futuro sempre melhor que, nos séculos XVIII e primeira metade do XIX tinham uma conotação ampla, envolvendo melhorias que seriam, sobretudo, de caráter intelectual, moral e político-social. Já na segunda metade do Oitocentos, a idéia de progresso passa a ter a sua tônica postada na idéia de desenvolvimento material, mesmo que não tenha perdido a sua abrangência no campo político-social, moral, intelectual etc.

O primeiro intelectual a tratar a idéia de progresso de uma forma sistemática foi Turgot<sup>81</sup>. Economista fisiocrata, Turgot notabilizou-se mais por sua passagem como ministro da economia de Luís XVI, do que como pensador. De fato, o economista francês não chegou a desenvolver uma obra específica sobre a questão do progresso, muito embora a tenha tratado com interesse. Na concepção deste fisiocrata, cada uma das épocas é o resultado dos

---

<sup>80</sup> Cf. Nisbet. Op. cit. p. 247. Quanto ao termo evolução em particular, John Bury julga-o um termo distinto, que remete à uma idéia de neutralidade científica e que poderia ser compatível tanto com posturas otimistas como com aquelas pessimistas. Vide Bury. Op. cit. p. 300-301. Já segundo Nisbet, Darwin seria um bom exemplo da indistinção dos três termos, uma vez que este aplicou com o mesmo sentido as palavras progresso, desenvolvimento e evolução.

<sup>81</sup> Cf. Nisbet. Op. cit. p. 255.

progressos alcançados na anterior e o desenvolvimento da arte e da ciência seriam os padrões para se mensurar este progresso das sociedades<sup>82</sup>.

Não obstante a relevância de Turgot, o primeiro filósofo do progresso a desenvolver um trabalho sistemático sobre o assunto foi Condorcet. Também filiado à escola de reflexão fisiocrata, ele foi discípulo de Turgot, mestre ao qual dedicou uma biografia. Tendo privado da amizade de Turgot, Condorcet pôde tomar por base algumas de suas reflexões, a fim de atribuir-lhes novas significações<sup>83</sup>.

Em 1793, durante a época do terror, Condorcet escreveu sua principal obra sobre o assunto: “Esboço do quadro histórico do progresso do espírito humano”, na qual estabelecia dez períodos de civilização<sup>84</sup>, seguindo a lógica implícita na idéia de progresso de Turgot, a incorporação dos avanços das épocas precedentes. No entanto, o mais notável, nesta obra, é a visão de progresso que Condorcet desenvolve. Para ele, o progresso consiste fundamentalmente no desenvolvimento do conhecimento, do esclarecimento no tempo, uma concepção de todo iluminista, na qual o desenvolvimento do saber é o elemento central. No entanto, na visão do fisiocrata, os progressos do conhecimento adviriam do desenvolvimento das ciências naturais, de suas leis que, uma vez submetidas pelo intelecto humano, evitariam os erros políticos<sup>85</sup>.

Escrevendo sua teoria do progresso em meio aos acontecimentos da Revolução Francesa, Condorcet concedeu destaque à idéia de progresso político, a qual vê postada nos ideais revolucionários de liberdade e igualdade. Para o discípulo de Turgot, a essência do progresso, o progresso intelectual, aparecia indissociável da liberdade, que dele surgiria como uma decorrência inevitável, resultado do esclarecimento e da diluição das superstições. O esclarecimento das sociedades através das ciências, principalmente a ciência natural, marcaria a décima e última fase da teleonomia do progresso concebida por Condorcet, ponto mais alto desta escalada. Quanto ao progresso no seu âmbito político, sua meta seria a igualdade, considerada a finalidade dos

---

<sup>82</sup> *Ibidem.* p. 263.

<sup>83</sup> Cf. Bury. *Op. cit.* p. 189.

<sup>84</sup> *Ibidem.* p. 191.

<sup>85</sup> *Ibidem.*

esforços sociais. A Revolução Francesa, então em curso, seria a expressão desta dimensão do progresso, retratada pelas ações niveladoras de Robespierre.

A sociedade futura pensada por Condorcet seria governada por cientistas<sup>86</sup>, na qual seriam registrados progressos nas artes, nas ciências, nos princípios morais e no polimento, na conduta dos indivíduos, o que significaria, no entender de Condorcet, um forte desenvolvimento da liberdade e da igualdade entre os seus membros.

Enfim, para ele, o progresso, movimento inexorável da História, conduziria inevitavelmente a um maior apuramento da civilização. Assim sendo, o intelectual francês considera o estudo da civilização fundamental, pois traria um duplo benefício, permitiria estabelecer o fato do progresso e possibilitaria determinar o seu sentido futuro, propiciando acelerar o seu desenvolvimento<sup>87</sup>. O progresso conduzia à evolução da civilização que, por sua vez, percebida neste, permitiria, enquanto objeto de estudo histórico, o controle e a aceleração deste mesmo progresso.

Ainda no final do século XVIII surgiria um dos maiores teóricos do progresso, Saint Simon. Este, tomando por base as considerações de Condorcet, aperfeiçoou as suas reflexões acerca do progresso da História. Conde francês, nascido em 1760, Saint Simon fez parte do setor ilustrado da nobreza<sup>88</sup>, alguém cujo empenho maior fora conceber um sistema de controle de uma sociedade que se percebia claramente em modificação.

A fim de poder melhor conceber este controle de uma sociedade que passava por rápidas modificações, Saint Simon engendrou uma interpretação da História que, ao seu juízo, operava uma alternância de épocas. Estas seriam duas, que denominou organização ou construção e crítica ou revolucionária. Assim, a História seria marcada pela sucessão de eras em que se sedimentavam padrões e outras em que estes seriam revolucionados, a fim de permitir um novo momento de organização<sup>89</sup>.

---

<sup>86</sup> Cf. Nisbet. Op. cit. p. 296.

<sup>87</sup> Cf. Bury. Op. cit. p. 193.

<sup>88</sup> Cf. Danilo Marcondes e Hilton Japiassu. Dicionário básico de filosofia. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. p. 218.

<sup>89</sup> Cf. Bury. Op. cit. p. 256.

Obviamente, o filósofo francês percebia a sua época como revolucionária, um momento da História, em que o conhecimento tornou-se menos especulativo e mais positivo, sendo este o sentido do progresso, caminhar rumo à positividade do conhecimento.

O teórico advogava que a sociedade precisava de uma nova religião para organizá-la. Esta seria necessária para superar a fase do cristianismo como organizador da sociedade que, como percebera, não se apresentava mais capaz de fazê-lo. No entanto, esta nova religião preconizada seria uma religião da *physis*, na qual os sacerdotes seriam os cientistas, orientadores e gestores da sociedade do futuro, à qual o progresso conduziria.

Saint Simon era pouco afeito aos princípios liberais. Democracia e liberdade não eram valores de sua estima. A rigor, o filósofo francês pode ser considerado um antiliberal. Defendia um Estado forte, interventivo e se autointitulava um socialista, não obstante aceitar a propriedade privada que, no seu entender, seria legítima desde que tivesse uma função social.

A sociedade em mudança que Saint Simon buscava controlar através da ciência deveria, no entender deste, ser uma sociedade de bem-estar social. Como os operários seriam maioria nesta sociedade - uma sociedade de progresso industrial - a meta desta deverá ser a melhoria das condições de vida do operariado, a extinção da miséria, que era vista por Simon como o principal problema político a ser resolvido<sup>90</sup>.

O poder político na sociedade concebida por Saint Simon seria um poder de todo forte, cioso de sua autoridade, posto que detentor da verdade científica<sup>91</sup>. Ele seria exercido por uma sinergia política que envolveria operários, industriais e cientistas, que conduziriam as mudanças sempre de maneira gradual, controlada, na qual a educação pública jogaria um papel fundamental<sup>92</sup>.

O desaparecimento da pobreza pela organização do trabalho e da produção em uma sociedade gerida por sábios, que contariam com a

---

<sup>90</sup> Ibidem. p. 257.

<sup>91</sup> Cf. Nibet. Op. cit. p. 346.

<sup>92</sup> Ibidem. p. 347. Ver Bury. Op. cit. p. 258.

colaboração ampla de industriais e operários, seria, portanto, a meta política, a utopia de Saint Simon<sup>93</sup>. Para o fidalgo francês, seria para onde se encaminharia o progresso.

O primeiro quartel do século XIX já começaria a conhecer as obras de um dos principais pensadores que contribuíram para a idéia de progresso. Trata-se de Auguste Comte. Com base nas reflexões de Condorcet e Saint Simon, Comte, nascido na França, em 1798<sup>94</sup>, formou-se engenheiro na Escola Politécnica de Paris. Tal formação teria forte influência no caráter de suas reflexões, pois o objetivo epistemológico do politécnico era a assimilação dos métodos científicos próprios das ciências naturais aos estudos da sociedade<sup>95</sup>. Daí a referência de seus estudos sobre a sociedade serem calcados em uma metodologia empirista e quantitativa, hostil ao idealismo<sup>96</sup>.

Não obstante as considerações epistemológicas presentes na obra de Comte, a finalidade última de seu sistema de pensamento é política<sup>97</sup>. Assim como Saint Simon, Comte pensou uma sociedade estruturada em padrões científicos, na qual a unidade de pensamento era vista como fundamental para a sua organização<sup>98</sup>. A unidade de pensamento como condição de uma sociedade harmônica fazia parte de um ideal maior sustentado por Comte, a unidade da humanidade.

As reflexões do sociólogo francês sobre a unidade humana são feitas a partir de um prisma meta-histórico. Aí reside a sua vinculação com a idéia de progresso, pois o pensador francês concebe três etapas de evolução – progresso – histórico, que denomina “leis dos três estados”<sup>99</sup>. Segundo o

---

<sup>93</sup> Marcondes e Japiassu. Op. cit. p. 218.

<sup>94</sup> Cf. Tom Bottomore (org.). Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. p. 290.

<sup>95</sup> *Ibidem*.

<sup>96</sup> Cf. Marcondes e Japiassu. Op. cit. p. 198.

<sup>97</sup> *Ibidem*.

<sup>98</sup> Cf. Raymond Aron. Op. cit. p. 88.

<sup>99</sup> Ver Benjamim Oliveira Filho. A Filosofia Social de Augusto Comte. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1954. p. 43-65.

fundador do positivismo<sup>100</sup>, o desígnio único da História seria o progresso do espírito humano. Nela, entende-se que este teria passado por três fases ao longo da História: a primeira, chamada “teológica”, seria aquela cujo espírito humano explicaria os fenômenos atribuindo-os a forças supra-humanas; a segunda, denominada “metafísica”, caracterizar-se-ia pela explicação dos fenômenos através de entidades abstratas, como a natureza; a terceira, designada como “positiva”, seria aquela na qual o homem orientar-se-ia pela observação atenta dos fenômenos, dos quais depreenderia regularidades passíveis de serem transformadas em leis gerais.

A lei dos três estados, síntese do progresso do espírito humano na História, não pode, na perspectiva do positivismo, ser percebida em separado da classificação que Comte faz das ciências, sua teoria do progresso no campo epistemológico. Segundo o politécnico francês, algumas ciências teriam atingido primeiro o estado positivo, o que ocorreria por terem um nível menor de complexidade, fato que tornaria mais fácil o pensamento positivo sobre elas. Outras, pelo seu maior nível de complexidade, somente depois de algum tempo teriam a reflexão positiva adaptada a si<sup>101</sup>. Assim, do mais simples ao mais complexo, as ciências teriam progredido na seguinte seqüência: Matemática, Astronomia, Física, Química, Biologia e Sociologia, cada qual tendo por base a precedente, a fim de alcançar um nível maior de complexidade. Assim como a história, as ciências também progrediam, pois o progresso seria a tônica do espírito humano.

Quanto a sua concepção política, Comte não pode ser enquadrado como liberal clássico, nem como um socialista. Ele defendeu a propriedade privada, embora ressaltasse que esta não teria validade se não tivesse função social. Não obstante, Comte aceitou a concentração da riqueza e a autoridade dos industriais que, juntamente com os cientistas, deveriam reger a sociedade, pois, para o politécnico francês, a razão de ser dos indivíduos não se define pela hierarquia sócio-econômica, mas sim por uma ordem espiritual. O operário, por exemplo, posicionado de maneira inferior nesta ordem, pode vir a

---

<sup>100</sup> Atribui-se a Comte mais do que a fundação do pensamento positivista, teria sido ele o inaugurador da sociologia sistemática. Ver: Nisbet. Op. cit. p. 245.

<sup>101</sup> Ver: Bury. Op. cit. p. 264; Aron. Op. cit. p. 74 e Marcondes e Japiassu. Op. cit. p. 198.

ter um posicionamento superior na ordem espiritual, que é a dos méritos morais, que são reconhecidos conforme o maior ou menor grau de dedicação à sociedade<sup>102</sup>.

Também afeito à idéia de progresso foi o cientista inglês, Charles Robert Darwin, nascido em 1809. Darwin foi um dos intelectuais cujas reflexões mais impactaram na idéia de progresso. Oriundo de uma família de médicos, o jovem britânico começou a sua incursão pelo mundo acadêmico estudando Medicina em Edimburgo, de onde saiu sem concluir o curso para estudar Teologia em Cambridge. Nesta última, começou a definir os seus caminhos, pois travara contato com geólogos e botânicos conceituados. Por meio destes contatos, em 1831, Darwin sai em uma expedição científica que o conduziria a cinco anos de estudos pela América do Sul, África e Oceania, o que iniciaria os estudos básicos de algumas idéias que se tornariam célebres no campo da biologia<sup>103</sup>. Em 1838, o jovem cientista lê a teoria econômica de Thomas Malthus, pela qual seria influenciado, pois a partir desta, que defendia o descompasso entre o crescimento da população e o dos alimentos, Darwin passou a desenvolver a idéia de que a sobrevivência só poderia ser apanágio dos mais aptos na luta pela vida. Após vários anos de estudos sobre os seres vivos de diversos lugares do mundo, Darwin lançou, em 1859, seu livro clássico. *A origem das espécies*, revolucionário no campo das idéias. Nele, o naturalista inglês defende a tese da seleção natural na evolução das espécies, a qual se baseava na idéia de que somente os indivíduos e as espécies mais adaptadas ao seu meio sobrevivem e evoluem ou, no dizer do cientista, progridem<sup>104</sup>.

As teorias de Darwin tiveram forte impacto no Ocidente. Elas implicaram na contestação científica da idéia, então reinante, de que Deus fora o criador de todos os seres vivos e, ainda, convidou a um redimensionamento da autopercepção do homem, uma vez que, de criatura divina, este passava à descendente de criaturas primitivas.

---

<sup>102</sup> Cf. Aron. Op. cit. p. 82-83.

<sup>103</sup> Ver Nélío Marco. O Que é o Darwinismo. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 7-17.

<sup>104</sup> Ver Nisbet. Op. cit. p. 247.

No entanto, a obra de Darwin surtiu efeito para além dos campos biológico e teológico. Ao defender a teoria da seleção e evolução das espécies, o cientista inglês, que utiliza com o mesmo sentido em sua obra os termos evolução, progresso e desenvolvimento<sup>105</sup>, reforçou a idéia de progresso, conferindo-lhe um respaldo científico que as reflexões especulativas de Condorcet, Saint Simon e Comte não haviam conquistado<sup>106</sup>. No caso das áreas humanas do conhecimento, suas conclusões serviram, sobretudo, àqueles que defendiam o *statu quo* nos campos social, político e econômico<sup>107</sup>. Estes, doravante, poderiam, com base nas teorias de Darwin, argumentar que a pobreza, ou mesmo a miséria, fariam parte de um processo natural de seleção social. O desenvolvimento da economia industrial capitalista, não obstante as suas implicações de concentração de renda e exclusão social, fariam parte da evolução – progresso – cujo modelo de sociedade produzido seria mera decorrência de um processo natural necessário, contra o qual não caberia resistência. Esta idéia, denominada “darwinismo social” ganhou campo rapidamente. Três anos após a publicação de *A origem das espécies*, em 1862, eram organizadas palestras para operários na Inglaterra, a fim de transpor as considerações biológicas de Darwin ao campo social<sup>108</sup>. No campo antropológico, o próprio Darwin encarregou-se de fazer a transposição, reforçando as idéias de superioridade racial, conferindo-lhes legitimidade científica. Chegou mesmo a considerar que algumas raças seriam naturalmente mais civilizadas e evoluídas, mais aptas ao progresso e que outras seriam inferiores, tendendo, portanto, a serem eliminadas. É como nos diz o próprio cientista, em uma carta, no último ano de sua vida, em 1881:

“Europa poderia esforçar-me e mostrar que a seleção natural fez e ainda faz para os progressos da civilização, mais do que aquilo que pareceis admitir. Lembrai-vos dos perigos que correram as nações européias, alguns séculos atrás, de serem

---

<sup>105</sup> Ibidem.

<sup>106</sup> Ver Bury. Op. cit. p. 300. É sabido que no oitocentos as ciências sociais não gozavam do status de ciência. Assim, o fato de um dos campos das ciências naturais ter afirmado a idéia de progresso, já presente na reflexão sociológica, conferiu grande impulso à idéia que, doravante, passou a ser percebida como cientificamente comprovada.

<sup>107</sup> Embora tenha sido mais utilizada pelos setores conservadores da sociedade européia, a teoria da evolução de Darwin inspirou teóricos de esquerda, como Karl Marx.

<sup>108</sup> Marco. Op. cit. p. 62.

esmagadas pelos turcos e do quanto esta idéia nos parece ridícula hoje em dia. As raças mais civilizadas, que chamamos de caucásicas, bateram os turcos em campo raso na luta pela existência. Fazendo um relance sobre o mundo, sem olhar num porvir muito longínquo, quantas raças inferiores serão em breve eliminadas pelas raças que têm um grau de civilização superior<sup>109</sup>”.

Com o prestígio de Darwin, estas idéias disseminaram-se rapidamente. A raça branca seria considerada naturalmente superior no processo de evolução da espécie humana, uma raça que seria a vanguarda no movimento que o próprio cientista denominou “*progressos da civilização*”, o qual poderia ser entendido como “evolução da espécie”.

Um dos maiores teóricos do progresso do século XIX foi Herbert Spencer. Nascido em 1820, na Inglaterra, Spencer iniciou ainda jovem suas publicações sobre o tema. Em 1852, em *Hipótese e desenvolvimento*, portanto antes de *A origem das espécies* de Darwin (1859), este filósofo já exprimia a idéia do evolucionismo<sup>110</sup>. Não obstante, sua principal obra atinente à questão do progresso só surgiria cinco anos depois, em 1857: *O progresso, sua lei e causa*.

Herbert Spencer pensa a sociedade na mesma referência de Darwin, o organicismo, entende as sociedades como um organismo<sup>111</sup> que, assim como nos reinos animal e vegetal, deve evoluir, a fim de melhor adaptar-se ao seu meio. A sociedade seria, então, como um corpo, que tem suas células. Estas desenvolver-se-iam e complexificar-se-iam, integrando-se e, por complexificarem-se cada vez mais, tenderiam à diferenciação, provocando assim uma heterogeneidade integrada pelo organismo. A sua percepção do progresso vincula-se a sua percepção do que seria a evolução cósmica, de todos os organismos, na qual haveria um movimento que iria de uma homogeneidade instável para uma heterogeneidade estável<sup>112</sup>. Nisto consistiria, no entender de

<sup>109</sup> Citado em Marco. Op. cit. p. 69.

<sup>110</sup> Cf. Marcondes e Japiassu. Op. cit. p. 228.

<sup>111</sup> Cf. Fernando Vela . Abreviatura de Princípios de Sociologia de Herbert Spencer. Buenos Aires: Revista de Occidente. Argentina, 1947. p. 144-148.

<sup>112</sup> Cf. Tom B. Bottomore. Introdução à Sociologia. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. p. 269.

Spencer, a evolução, um movimento que vai do mais simples e homogêneo ao mais complexo e diferenciado<sup>113</sup>.

Assim, a sociedade mais consoante com o movimento do progresso seria uma sociedade de caráter liberal, individualista e plural, na qual a liberdade de cada indivíduo só seria limitada pela liberdade de todos os indivíduos<sup>114</sup>. Com efeito, o objetivo do progresso residiria no desenvolvimento e aperfeiçoamento da liberdade e da heterogeneidade, resultantes de uma sociedade que passa por uma constante complexificação de suas relações.

Segundo Spencer, todo mal existente deriva da falta de adaptação de um organismo às suas condições, o que seria uma lei aplicável a todos os viventes, tanto em nível físico quanto mental e social<sup>115</sup>. Em sua avaliação otimista quanto ao desenvolvimento histórico, o mal existente nos organismos, biológicos ou sociais, tenderiam sempre a desaparecer, pois a evolução consistiria justamente em um processo de adaptação contínua. Partindo desta premissa, Spencer pensou a civilização como representando as adaptações já efetivadas. Distintamente, o progresso seria a sucessão de passos neste processo<sup>116</sup>. Seria o processo de desenvolvimento das adaptações necessárias ao organismo que cada sociedade configura. Desta forma, o progresso não é um acidente, mas sim um imperativo da História. Ele marca a necessidade que a sociedade tem de melhorar constantemente.

A civilização seria um fenômeno consubstancial à evolução da natureza, pois ela não seria mais que um desenvolvimento das capacidades ocultas do homem. Este é visto como um ser que é constantemente instado a adaptar-se às novas demandas que lhe são propostas pelo seu meio. Neste processo rumo à civilização chamado progresso, todas as deficiências devem desaparecer, a fim de permitir a melhor adaptação, um movimento *sine qua non* da civilização, uma lei da natureza, lei da sociedade.

---

<sup>113</sup> Cf. Nisbet. Op. cit. p. 322.

<sup>114</sup> Ibidem. p. 323.

<sup>115</sup> Cf. Bury. Op. cit. p. 301.

<sup>116</sup> Ibidem. p. 303.

No entanto, as sociedades, a exemplo da natureza, não operam este processo de forma abrupta e radical, mas sim de maneira lenta e gradual<sup>117</sup>. Assim, o progresso não poderia ser conduzido politicamente por idealistas radicais ou governos autoritários, mas sim por governantes liberais, que propiciassem instrumentos para o desenvolvimento da liberdade individual, permitindo assim o estabelecimento da diferença na sociedade. Desta forma, no plano político, Spencer defendia um liberalismo que, longe de ser visto como a melhor opção de gestão de uma sociedade, era entendido como a própria expressão do progresso em marcha, condição da civilização.

## 2.2

### **O Rio de Janeiro do Período do Vice-Reinado. Alguns Conceitos Denotativos das Idéias de Progresso e de Civilização**

A idéia de civilidade, presente na Europa desde o século XVI, ganha projeção no Rio de Janeiro no século XVIII, em virtude da mudança de estatuto da cidade que, de simples vila, passa a sede do Vice-Reino do Brasil.

A cidade já vinha se desenvolvendo com o comércio intenso que mantinha com a região das Minas Gerais, na qual os tropeiros desempenhavam um papel fundamental<sup>118</sup>. Da mesma forma, o Rio de Janeiro enriquecia como centro captador do ouro mineiro, uma vez que era o porto exportador do ouro extraído dessa região. Em 1763, preocupado com o contrabando do ouro brasileiro, o Conde de Oeiras torna o Rio de Janeiro a sede do Vice-Reino do Brasil, o que trouxe à cidade diversos burocratas vindos da capital do Império português fato que, somado a uma nova elite que crescia em torno da economia mineira, exigia maior demanda por luxo e novas formas de legitimação simbólica.

---

<sup>117</sup> Ibidem. p. 304.

<sup>118</sup> Ver André Nunes de Azevedo e Valdeci Lopes de Araújo. A História de Pirai. Rio de Janeiro/Pirai: Uerj/ Prefeitura Municipal de Pirai, 1997.

Novos hábitos e valores eram introduzidos na urbe, como as modas de Lisboa e de Paris, novos gestos se faziam necessários para distinguir um cavalheiro ou uma dama, enfim, um homem civil, dotado de urbanidade. Nessa época, segundo Luís Edmundo: "*Nós vamos encontrar, assim, a Metrópole, pela época do vice-reinado do Brasil, no Rio de Janeiro, de olhos postos na corte de Luís XV, a copiar-lhe as elegâncias de vestuário que aqui também, por vezes, logravam chegar a nau de Lisboa*<sup>119</sup>".

Com este novo código de urbanidade presente na cidade, agora sede do Vice-Reino, um novo componente acrescentava-se na vida cotidiana dos cidadãos: a moda. O uso do gibão francês, das pintas artificiais, da peruca e o porte da espada impunham-se aos habitantes que ansiavam ser percebidos como civilizados. O uso da cabeleira, por exemplo, tornou-se imperativo às autoridades e aos homens que tinham, ou pleiteavam, algum destaque na sociedade. Embora as novas práticas impusessem sacrifícios aos habitantes de uma cidade tropical, pouco acostumada aos códigos de civilidade, a sociedade carioca dispôs-se a aceitar as dificuldades inerentes à nova condição urbana do Rio de Janeiro :

"Foi, no entanto, a época dos vice-reis, a época do esplendor da cabeleira postiça no mundo inteiro.

Ao tormento de suportar sobre a cabeça esse estapafúrdio edifício de cabelos e seus disparatados atavios, só se podia comparar o suplício do polvilhamento, pela época em que a cabeleira tinha que ser rigorosamente branca. Que ela, antes de ser branca, foi ruiva, loira e preta<sup>120</sup>".

Nesta época de identificação com o mundo cortesão, a cidade desenvolveu uma série de profissões, até então inexistentes na urbe, dedicadas ao incremento e aperfeiçoamento da moda francesa nos trópicos brasileiros, a fim de atender às novas demandas de civilidade surgidas na cidade. O Rio de Janeiro deixava-se permear cada vez mais pelos novos códigos urbanos:

---

<sup>119</sup> Cf. Luis Edmundo. O Rio de Janeiro no tempo do Vice-reis. Rio de Janeiro, Athena, 2a. edição. p. 185.

<sup>120</sup> Luis Edmundo. Op. cit. p. 209

Por curiosidade, paremos a nossa serpentina à porta do Evaristo, que é cabeleireiro, à rua da cadeia, e que, segundo se sabe, faz penteados e polvilha a moda de Paris, tendo na gaveta de sua mesa de Jacarandá, em estilo rainha Ana, a Enciclopedie perruquière de Marchand, e na cabeça, bem decoradinhos, os ensinamentos de Leonard e de Legros<sup>121</sup>.

Na época dos Vice-Reis, a cidade ganhou diversos melhoramentos, foram feitos os Aquedutos da Lapa em estilo romano, foi seco o espelho d'água em frente ao Convento de Santo Antônio, a fim de ganhar-se mais terreno na zona urbana, diversos arruamentos foram introduzidos e foi construído o Passeio Público, visando estimular a urbanidade no Rio de Janeiro. Não obstante, a palavra "civilização" não era familiar ao habitante da cidade que, no mais, encontrava-se ainda longe dos padrões de civilidade preconizados pelos manuais da época<sup>122</sup>.

O termo "civilização" surge na França de meados do século XVIII e faz-se presente como verbete de dicionário francês no final deste mesmo século, o que já indica a comum utilização da palavra neste país na última década do Setecentos.

No Brasil, sua utilização mais geral tardaria ainda algumas décadas. Verificando a 1ª edição do Dicionário Moraes, de 1789<sup>123</sup>, que modifica e acrescenta ao dicionário do Padre Rafael Bluteau, de 1726, percebe-se a ausência do verbete "civilização". No entanto, termos correlatos figuram como verbete, tais como "civel", "civil" e "civilidade", que se encontram na origem da palavra.

Na primeira edição do Dicionário Moraes, o adjetivo **civel** aparece assim: “*Que compõe o corpo de mercância, e mecânicos, oposto à corte, gente civel, não cortesã. Não nobre. Gente vil, de más manhas*<sup>124</sup>”. Já ao também adjetivo **civil**, é atribuído outro sentido: “*Que pertence à cidade ou a*

<sup>121</sup> Ibidem. p. 209.

<sup>122</sup> Para uma noção dos hábitos de civilidade preconizados a época ver Luís Edmundo. Op. cit. Passim.

<sup>123</sup> Ver: Antônio de Moraes Silva. Dicionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antônio de Moraes silva. 1a. edição. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

<sup>124</sup> Silva. Op. cit. Verbetes civel.

*sociedade de homens que vivem debaixo de certas leis. Direito civil. Homem civil, urbano, cortes e a fim modo.*<sup>125</sup>” Já o substantivo feminino **civilidade** é entendido como: “*Ação de homem do povo, de mecânico, vil. Comentário de Albuquerque: sofrer civilidades e vilanias. Outros escrevem civeldade, civilidade hoje significa cortezia, urbanidade*<sup>126</sup>”.

Diante destas três significações, nota-se algumas aproximações e modificações de significado, então em curso que esta edição do Dicionário Moraes flagrou. O termo **cível** indicava uma inserção social de pouco reconhecimento: “*Que compõe o corpo de mercância, e mecânicos, oposto à corte, gente cível, não cortesã. Não nobre*”. Ao mesmo tempo, traz em si uma conotação negativa, indicando problemas morais: “*gente vil*” e de comportamento: “*de más manhas*”, levando-nos a uma associação desta condição social aos juízos negativos presentes na significação da palavra. A própria explicação desta situação social, de ser cível, tem a sua definição postada na oposição ao nobre, cortesão, revelando assim o prisma pelo qual o autor do dicionário percebe a semântica das palavras e que conotação este atribui aqueles que tem como “não nobre”. Tal fato reflete a organização da sociedade portuguesa na altura desta edição: hierárquica, estamental.

Assemelhada a "cível" aparece **civilidade**, que é entendida como “*Ação de homem do povo, de mecânico, vil*”. Mais uma vez, a condição de não nobre é associada a um juízo moral negativo, agora de maneira mais direta, pois a ação do *homem do povo, do mecânico*, é entendida como vil, de onde se deduz que a boa ação, a preconizada, é aquela que parte do homem cortesão, que não se presta, ou não precisa prestar-se às atividades mecânicas. Ainda, Moraes reproduz um comentário que acentua o axioma negativo que a palavra portaria: “*sofrer civilidades e vilanias*”. Portanto, sofrer civilidades ou civeldades poderia ser entendido como sofrer malefícios.

No entanto, como aponta o autor, a palavra "civilidade" tinha, em sua época, adquirido um outro significado, mais usual, de cortesia e urbanidade, o que lhe aproximaria mais do sentido de "civil" do que de "cível". "Civil" designaria o homem da cidade, que possui urbanidade e que portanto

---

<sup>125</sup> Ibidem. Verbete civil.

<sup>126</sup> Ibidem. Verbete civilidade.

viveria sob leis que ordenariam seus procedimentos. Assim, civilidade pode ser entendida como caráter do que é civil, do que vive segundo normas.

Com efeito, constata-se a associação de "civil" com o mundo urbano, em contraste com o universo camponês. A sociedade camponesa é percebida como uma sociedade já controlada, poderíamos dizer, evocando Durkheim, com uma forma de solidariedade orgânica<sup>127</sup>. Já nas sociedades urbanas, nas quais impera a impessoalidade, uma maior liberdade de pensamento e expressão e uma maior diversidade, tanto social quanto ideológica, é necessário a criação de instrumentos de administração desta diversidade, de controle das disrupções sociais. Sendo assim, a idéia de civilidade nasce como maneira de regradar, controlar as ações em um meio no qual a manutenção da ordem era tarefa mais complexa. Não foi casual o surgimento do termo "civilidade" no século XVI, período em que o crescimento urbano proporcionava abalos na hegemonia<sup>128</sup> da Igreja e na estrutura da sociedade medieval. Assim, ser civil significou, como indica a 1ª edição de Moraes, viver de baixo de certas leis, e assim fazê-lo na cidade, embora pudesse o homem civil ser um habitante do campo que freqüentasse a corte e comungasse com os seus códigos de procedimentos.

A associação de civilidade com urbano também se faz presente no seu contrário, o termo **bárbaro**. Moraes atribui a este adjetivo a significação de contrário à urbano: "*Homem rude, sem polícia, nem civilidade, oposto ao civilizado e urbano*<sup>129</sup>". O próprio termo **polícia**, aqui utilizado na oposição ao bárbaro, remete, em Moraes, à idéia de urbano, através da palavra "urbanidade": "*No tratamento decente, cultura, adorno e urbanidade dos cidadãos, no falar, no termo, nas boas maneiras*<sup>130</sup>". Por seu turno, o substantivo feminino **urbanidade** tem em Moraes a significação de: "*A cortezia e bom termo, os estilos da gente civilizada e polida, civilidade,*

<sup>127</sup> Ver: Émile Durkheim. De La División del Trabajo Social. Buenos Aires: Schapire Editor, 1967. p. 99-116.

<sup>128</sup> O conceito de hegemonia de que me utilizo é o de Antônio Gramsci. Ver: Carlos Nelson Coutinho. Gramsci. Um Estudo Sobre o Seu Pensamento Político. Rio de Janeiro: Campus, 1992. p. 35-42.

<sup>129</sup> Cf. Silva. Op. cit. Verbete bárbaro.

<sup>130</sup> Ibidem. Verbete polícia.

*polícia*<sup>131</sup>”; enquanto o adjetivo **urbano** aparece como: “*Dotado de urbanidade. Conforme os termos da urbanidade*”<sup>132</sup>, o que também o relaciona diretamente à idéia de civilidade.

Portanto, os termos "civil", "civilidade", "polícia", "urbano" e "urbanidade" apresentam uma significativa relação semântica. Com efeito, a palavra **urbanizar**, uma vez figurando como verbete no Dicionário Moraes não poderia de fato aparecer de maneira muito distinta de como foi significada pelo dicionarista: “*Fazer urbano, civilizar*”<sup>133</sup>. De onde, seguramente, pode-se depreender que urbanizar denota uma ação de civilizar, de tornar o indivíduo civil, polido, com um código de procedimentos já conhecidos e, portanto, mais controlável enquanto alguém que vive em uma comunidade cultural e socialmente diversificada, logo passível de rebelar-se politicamente de maneira abrupta.

Quanto à palavra progresso, pode-se notar que ela ainda não figurava como verbete na 1ª edição do Dicionário Moraes. Da mesma forma, confirmando o que já fora afirmado quanto aos termos "progresso", "desenvolvimento" e "evolução"<sup>134</sup>, eles também não aparecem nesta edição. No entanto, algumas palavras semanticamente próximas como "desenvolver" e "adiantamento" figuram como verbetes. O verbo **desenvolver** aparece como: “*Estender, desdobrar o que está envolto, encolhido. Fazer crescer o feto, o embrião, o germe; fazer abrir, desabotoar a flor do capulho, botão*”<sup>135</sup>. A palavra teve portanto dois sentidos, o de desfazer da condição de dobrado algo que assim se encontrava e um sentido mais biológico, ligado a processos da natureza. A este último viria a se acrescentar o termo "evolução"<sup>136</sup> na segunda

---

<sup>131</sup> Ibidem. Verbetes urbanidade.

<sup>132</sup> Ibidem. Verbetes urbano.

<sup>133</sup> Ibidem. Verbetes urbanizar.

<sup>134</sup> Ver a página 22 desta tese, na qual afirmo que as idéias de progresso, desenvolvimento e evolução eram utilizadas indistintamente no século XIX.

<sup>135</sup> Silva. Op. cit. Verbetes desenvolver.

<sup>136</sup> Cabe notar que aparece como verbete na 1ª edição do dicionário Moraes a palavra evoluções, que tem um sentido distinto daquele que o termo evolução adquiriria no século XIX. Moraes significa evoluções como “*Os movimentos e figuras que se mandam fazer aos batalhões, e esquadrões: evolução difícil, bem ou mal feita.*”. Ver Silva. Op. cit. Verbetes evoluções.

metade do século XIX, que passou a conotar processos da natureza e outros em uma perspectiva de adequação e melhoria constante.

Mais consoante com a idéia de progresso, aparece como verbete no Dicionário Moraes o termo **adiantamento**. Nele sua significação é traduzida como: “*vantagem que se tem em ir adiante. Progresso e melhoramento. Adiantamento em estudos, honras, postos, virtudes, fazendas*<sup>137</sup>”. É curioso notar que a palavra "progresso", embora não figure como verbete nesta edição do dicionário, apareça como parte da explicação de um outro verbete que lhe é correlato. Tal registro dá a dimensão da presença da idéia de progresso no Brasil e possivelmente deve-se ao fato da palavra em si não ter adquirido na época grande circulação literária, a fim de ter legitimada a sua presença como verbete em um dicionário da Língua Portuguesa; muito embora sua utilização oral já devesse ser comum entre os lusófonos da época, pois figura como termo explicativo no texto de um dos verbetes do dicionário. Em face disto, conclui-se que, não obstante a utilização da palavra progresso no português falado, sua aplicação literária era pouco usual, cabendo mais, neste âmbito, a utilização do termo "adiantamento", quando necessária a alusão à idéia de progresso. Como o próprio verbete do Dicionário Moraes afirma, "adiantamento" significa progresso, melhoramento, vantagem em ir adiante; a mesma idéia positiva de avanço, de melhoria que vai a frente, presente no campo semântico da palavra "progresso".

### 2.3

#### **Os Conceitos de Civilidade e Progresso no Rio de Janeiro de D. João VI**

Com a vinda da Corte portuguesa para o Brasil, o Rio de Janeiro mudaria as suas feições. Estima-se em 15.000 indivíduos o contingente que aqui aportou em 8 de março de 1808<sup>138</sup>. Nesta ocasião, calcula-se que a cidade

---

<sup>137</sup> Ibidem. Verbetes adiantamento.

<sup>138</sup> Cf. Oliveira Lima. D. João VI no Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. p. 65.

possuísse cerca de 50 mil habitantes. Em um curto período de dez anos, o Rio de Janeiro passaria a 110 mil moradores<sup>139</sup>.

Em 1808, a cidade vivenciaria um novo estatuto político. Para muito além de uma capital colonial, a cidade transformava-se repentinamente na capital do Império Português, detentor de posses nos cinco continentes da Terra. Para a cidade não só vieram rei, rainha e nobres, como vários órgãos da superestrutura político-administrativa de Portugal. A presença do Estado português fazia-se sentir mais uma vez, no entanto, em novos moldes. Não obstante a entrada dos nobres na cidade já apontar, em termos de significado, as novas demarcações políticas na urbe com o “bota fora”, a cidade ganharia em cosmopolitismo, mudança de hábitos, cultura, instituições e economia.

A passagem de estatuto político demandou mudanças no espaço urbano carioca, o que, sem dúvida, contribuiu sobremaneira para a mudança do significado da cidade<sup>140</sup>. O ambiente adequava-se a nova função da cidade. A sua modificação fora proponente de novos códigos urbanos, que deveriam estar consoantes com o novo espírito da urbe<sup>141</sup>.

Do ponto de vista econômico, o Rio de Janeiro vivenciou uma forte dinamização de seu comércio com a Abertura dos Portos, fato que somou para a afirmação da tradição comercial da cidade<sup>142</sup>. A queda na taxa alfandegária para as “nações amigas” provocou um aumento significativo na entrada de mercadorias, o que acarretou em novas exigências por parte da população carioca. O luxo e a sofisticação passaram a ser um imperativo não só para as elites que vieram de Portugal, mas para setores privilegiados da

---

<sup>139</sup> Ver: Maria Eulália Lahmeyer Lobo. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978. p. 121-125.

<sup>140</sup> É importante notar que não só o uso da cidade interfere na sua função, como sua função interfere na forma do uso urbano. Para uma discussão a respeito da relação entre uso e função urbana ver: Lucrécia Ferraro. *Ver a Cidade*. São Paulo, Nobel, 1982. É importante afirmar que antigas usanças da cidade não sofreram alteração, pois o Rio de Janeiro continuava uma cidade escravista, onde as regras de civilidade tinham um limite óbvio na escravidão.

<sup>141</sup> Sobre os rituais cortesãos que se fizeram presentes na cidade com a vinda da Família Real portuguesa e os novos códigos de polidez que foram introduzidos na sociedade carioca ver: Oliveira Lima. *Op. cit.* 593-603.

<sup>142</sup> A respeito dessa tradição comercial, presente na cidade desde o século XVI ver: Vivaldo Coaracy. *O Rio de Janeiro do século XVII*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1965; Charles Boxer. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*. São Paulo; Brasiliense, 1973; Alice Piffer Canbrava. *O comércio português no Rio da Prata (1580-1640)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984 e João Luís Fragoso e Manolo Florentino. *O Arcaísmo Como Projeto*. Rio de Janeiro; Hucitec, 1993.

sociedade carioca que habitavam a urbe desde antes de 1808. Estes buscavam orientar a sua vestimenta pelos modelos europeus, que julgavam mais condizente com a nova condição da cidade. Mesmo as camadas sociais intermediárias<sup>143</sup> começavam a utilizar cada vez mais produtos importados<sup>144</sup>, a fim de defender seu status na cidade-corte, pois encontravam-se pressionados entre a massa urbana de escravos e despossuídos e a elite cortesã, que ostentava as suas riquezas pelas ruas.

O crescimento do Rio de Janeiro como cidade importadora trazia no seu bojo novos hábitos, a cidade-corte sugeria um novo padrão de civilidade. Elementos da elite rural fluminense passaram a vir morar na capital, buscando maior legitimação social. Rituais como o “beija mãos” e a participação nos espetáculos do Teatro Real passaram a fazer parte do cotidiano daqueles que desejavam afirmar ou conquistar destaque na sociedade carioca.

Em franco contraste com os novos códigos de urbanidade sugeridos pela nova situação da capital, estava o Rio de Janeiro cidade escravista. Com ruas estreitas e sinuosas, sem infra-estrutura sanitária, freqüentada por escravos descalços e sem camisa e mercadores que alardeavam seus produtos ocupando pequenos espaços, o Rio de Janeiro era uma cidade exótica aos olhos dos europeus que por aqui passavam<sup>145</sup>. Acanhada, com pequenas dimensões, a urbe encontrava-se localizada junto ao litoral, ocupando parte da sua atual região central. A cidade não ia muito além da Rua da Ajuda no seu sentido sul, ou do Largo de São Domingos no seu sentido Oeste<sup>146</sup>.

Durante o período de D. João VI, ocorre a primeira experiência de expansão planejada da cidade, que passa a conquistar o terreno localizado entre os morros do atual Catumbi e o canal do Mangue, chamados Cidade Nova. Em

---

<sup>143</sup> A utilização que ora faço da designação “camadas sociais intermediárias” tem por base o texto de Sérgio Buarque de Holanda. Ver: Sérgio Buarque de Holanda. *A Democracia Improvisada*. In: Sérgio Buarque de Holanda (org.). *História da Civilização Brasileira*. Tomo II. O Brasil Monárquico. 5º vol. Do Império à República. São Paulo: Difel, 1985. p. 80.

<sup>144</sup> Cf. Caio Prado Júnior. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1972. p. 133.

<sup>145</sup> Alguns dos comentários de estrangeiros que transitavam pelo Rio de Janeiro podem ser vistos em: Frédéric Mauro. *O Brasil no Tempo de Dom Pedro II*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 13-17.

<sup>146</sup> Ver: Eduardo Canabrava Barreiros. *Atlas da Evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro (1565 – 1965)*. Prancha n. 12. Rio de Janeiro: IHGB, 1965. p. 17.

algumas outras áreas do Centro e São Cristovão, também se registra um crescimento, que só iria tomar maior impulso na década de 40 do século XIX<sup>147</sup>.

No entanto, as principais inovações introduzidas na cidade que colaboraram para o desenvolvimento da idéia de civilização no período joanino foram menos de caráter urbanístico e mais de natureza institucional, sobretudo, aquelas ligadas ao âmbito da cultura e vida intelectual. Durante a sua gestão, D. João VI criou a imprensa régia, a fim de dar nota dos atos e informações do governo; a Biblioteca Pública, na qual importantes obras vieram com a corte de Portugal; o Real Horto, denominado Real Jardim Botânico em 1819, que serviu de experimento para a introdução de novas culturas no Brasil e refúgio bucólico; o Museu Real, criado em 1818, a fim de promover o estudo científico; a Academia Médico-cirúrgica do Rio de Janeiro, destinada a suprir a falta de médicos da cidade e a Academia Real Militar, instituída em 1810, visando substituir a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, existente desde o século XVIII<sup>148</sup>.

Do ponto de vista da promoção das artes, D. João VI criou a figura do compositor da Corte no Rio de Janeiro, papel que coube ao Padre José Maurício Nunes Garcia, um mestiço que, embora sacerdote católico, iniciou a laicização da música no Brasil<sup>149</sup>. Ainda no campo da música erudita, trouxe Sigmund Neukomm, um compositor e pianista austríaco<sup>150</sup>. Também incentivou o teatro local, criando o Teatro Real o qual freqüentava como os demais membros da Corte e os senhores e senhoras da terra, que ocupavam boa parte dos seus camarotes<sup>151</sup>. No entanto, a sua maior iniciativa neste campo foi ter trazido ao Rio de Janeiro em 1816, por sugestão do Conde da Barca, a

---

<sup>147</sup> Cf. Osvaldo Porto Rocha. *A Era das Demolições*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento Geral de Documentação e Informação cultural. Divisão de Editoração, 1995. p. 28.

<sup>148</sup> Um bom panorama desse conjunto de criações pode ser encontrado em Fernando de Azevedo. *A Cultura Brasileira*. Introdução ao estudo da Cultura no Brasil. Distrito Federal: Ed. UNB, 1963. p. 377.

<sup>149</sup> Azevedo. *Op. cit.* p. 451-452.

<sup>150</sup> *Ibidem.* p. 452.

<sup>151</sup> Cf. Oliveira Lima. *op. cit.* p. 143.

Missão Artística Francesa, na qual vieram o arquiteto Grandjean de Montigny, o gravador Charles Pradier, o escultor Auguste Taunay, os pintores Jean Batiste Debret e Nicolas Antoine Taunay e, como chefe, Joaquim Lebreton, do Instituto de França. Tais artistas seriam o núcleo da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, fundada no mesmo ano e que, em 1826, já obtendo um prédio para o seu funcionamento regular, se chamaria Academia das Artes<sup>152</sup>.

Com estas iniciativas, D. João VI buscava adequar o Rio de Janeiro a sua nova condição de cidade-corte, capital do Império ultramarino português, no entanto, tais iniciativas encontravam duas fortes barreiras, a tradição colonial brasileira e a portuguesa, pouco afeitas ao conhecimento científico, e o fato do Rio de Janeiro ser uma cidade escravista, o que impunha uma limitação social para o desenvolvimento da cultura na urbe.

Embora estas contradições fossem presentes na sociedade carioca, o período joanino foi vincado por um notável esforço nos campos do desenvolvimento material e cultural. Segundo Oliveira Lima, o homem público mais empenhado nesta empreitada fora o Ministro Linhares, que acumulou várias pastas. Para ele, a questão do desenvolvimento material cumpria um papel estratégico, sendo impulsionador do “avanço moral”: *“Linhares de todo tempo só acreditou em eficaz desenvolvimento moral baseado no bem-estar material, para o qual por isso convergia o melhor do seu esforço”*<sup>153</sup>. Portanto, ao juízo de Linhares, o progresso material tinha um papel decisivo a cumprir no desenvolvimento de uma das principais facetas da idéia de civilização: os valores. Estes, entendidos como encarnação da verdade no campo moral, eram percebidos como os “corretos”, em detrimento de outros, percebidos como deletérios à sociedade. Certamente, a noção de moral como algo rígido e atemporal gerava tensão em uma sociedade cujos valores preconizados eram aqueles derivados da sociedade de corte em franco contraste com a sociedade escravista. Por isso, Oliveira Lima afirmou sobre o Ministro Linhares: *“Querida sinceramente o bem do povo, mas contanto que lhe fosse outorgado pela coroa e que o progresso material não invadisse e desmanchasse o arcabouço*

---

<sup>152</sup> Ibidem.

<sup>153</sup> Cf. Oliveira Lima. Op. cit. p. 149.

*político, o qual se devia ciosamente conservar*”<sup>154</sup>. Ou seja, para um dos principais homens do governo de D. João VI, o progresso material era um valor relativo, que se subordinava a manutenção da estrutura política vigente, não devendo, portanto, ameaçar o que era visto como fundamental: o arcabouço político daquela sociedade que, no entender das suas elites dirigentes, era o valor fundamental de sua civilização. As melhorias não deveriam partir da iniciativa popular, mas sim da Coroa que, como “justo juiz” da sociedade, deveria outorgar os benefícios que julgasse cabíveis a esta<sup>155</sup>.

Embora houvessem ponderações quanto ao progresso material, o governo joanino foi marcado por empreendimentos impulsionados pelo setor público, o que foi permitido por uma conjuntura econômica internacional favorável. Segundo Oliveira Lima:

“O momento era azado e favorável à produção brasileira. O embargo americano determinara maior procura em Londres e portanto a subida dos preços de vários dos nossos principais gêneros, a começar pelo algodão. Pelo mesmo motivo crescera o fumo cinco vezes de valor e outro tanto acontecera ao arroz. Também o sebo andava altamente cotado, cerca de cento por cento e mais de aumento, por ser artigo que costumava vir da Rússia, nação com a qual se achava a Inglaterra então em guerra, por aliada da França. O próprio açúcar, cujo valor diminuía muito pela impossibilidade de reexportá-lo para o continente da Europa em virtude do bloqueio Napoleônico, além da chegada de grandes cargas das Índias Orientais e Ocidentais e do fato de pagar pesados direitos todo o que não procedia das colônias inglesas, subira nos últimos tempos no mercado britânico por causa da procura dos destiladores de licores espirituosos, proibidos de destilarem grãos comestíveis. A diminuição nas taxas determinara aumento nas vendas do café apesar de , não sendo produto comercial inglês, sofrer proibição de transação para o consumo e ser somente franca a transação de exportação, não fazendo pois concorrência ao chá da Índia”<sup>156</sup>.

Diante de tais oportunidades, e embalados pela abertura comercial<sup>157</sup>, o governo joanino encetou algumas iniciativas. Criaram-se empreendimentos na metalurgia, na indústria bélica, na de tecidos e estabeleceu-

---

<sup>154</sup> Ibidem, p. 124.

<sup>155</sup> Ibidem. Linhares e os demais Ministros de D. João VI pensavam a política de sua sociedade na perspectiva política do absolutismo português.

<sup>156</sup> Ibidem, p. 137.

<sup>157</sup> O impacto dessa abertura comercial no fluxo de comércio de todo o Brasil pode ser percebido pela pesquisa de Caio Prado Júnior. Ver: Caio Prado Júnior. Op. cit., p. 132-133.

se o telégrafo aéreo na costa<sup>158</sup>, ao mesmo tempo em que abriam livrarias, melhoravam o passadio e o asseio na venda dos comestíveis, surgindo até mesmo a figura dos varredores de rua<sup>159</sup>.

É neste contexto de abertura dos portos, aumento do fluxo de comércio, maior desenvolvimento material, expansão urbana e de reforço de uma civilidade cortesã, que surge pela primeira vez como verbete de um dicionário da Língua Portuguesa o termo "progresso". Tal figuração possivelmente indica uma ampliação do uso da palavra no campo literário.

A figuração da palavra em dicionário dá também nota do aumento da relevância da idéia de progresso desde a 1ª edição do Dicionário Moraes, em 1789, momento anterior a fatos históricos impulsionadores desta idéia como o processo revolucionário francês e o avanço da industrialização no continente europeu. Ainda, a presença da palavra "progresso" como verbete denota os acontecimentos pelos quais passava a Corte Portuguesa no Rio de Janeiro, momento de novos empreendimentos técnicos, culturais e econômicos.

Segundo o Dicionário Moraes, na sua 2ª edição de 1813 e na sua 3ª edição de 1823, na qual o texto explicativo aparece idêntico ao da sua precedente, o substantivo masculino **progresso** aparece como: “*Adiantamento em proveito, ou efeito: fazer progressos nas artes, ciências: o comércio fez grandes progressos desde o reinado do Senhor D. José I. Fazer progressos na virtude. O progresso da vida; o progresso da idade; continuação, adiantamento*”<sup>160</sup>. Assim, a palavra "progresso" aparece sintetizando dois termos que lhe eram anteriores: “adiantamento” e “melhoramento”, pois ambos tinham o vocábulo "progresso" no seu texto explicativo, enquanto verbete, da 1ª edição do Dicionário Moraes. No entanto, o termo "progresso" constituiu um campo semântico próprio, cujo significado gira em torno da idéia geral de um avanço, de uma ação continuada de melhoria em direção ao futuro. Ainda que se tenha essa idéia geral, o seu significado também aparece especificado no texto explicativo do verbete, como fazer progresso nas artes, ciências e comércio, que aparecem aglutinadas na mesma seção do texto, dando nota da

<sup>158</sup> Oliveira Lima. Op. cit. p. 144-145.

<sup>159</sup> Ibidem. p. 145.

pouca distinção entre progresso material e cultural na época. Em outra seção, aparece com conotação moral, *progresso da virtude*, ou transmitindo a idéia de sucessão dos anos de uma pessoa, continuação ou melhoria da vida.

Os termos "desenvolvimento" e "evolução", utilizados indistintamente com a palavra "progresso" na 2ª metade do século XIX ainda não figuravam como verbetes nesta edição.

Quanto à palavra "civilização", ela não figurou na 2ª, nem na 3ª edição do Dicionário Moraes. No entanto, termos correlatos como Civil e Civilidade continuaram figurando. De acordo com as 2ª e 3ª edições do citado dicionário, o adjetivo **civil** é notado como:

“Gente civil: epíteto que se dava aos mecânicos, que moravam em cidade cercadas, e não nos campos, em castelos como a gente nobre, e guerreira; aliás vilãos:(...). Que pertence a cidade ou sociedade dos homens, que vivem debaixo de certas leis. Direito civil e este se opõe ao canônico, que regula os homens a respeito de matéria de religião, ou conexas, e dependentes do espiritual do homem, enquanto as leis dirigem as ações do homem enquanto cidadão, ou membro do estado secular, e regulado pelo soberano. (...)Guerra civil entre o soberano e vassallos, ou entre cidadãos da mesma cidade ou Estado. (...)Homem civil; urbano, cortês: e assim modos, maneiras civis etc.<sup>161</sup>”

Desta significação do verbete podemos notar que a idéia de homens que vivem debaixo de leis do direito civil, e de homens urbanos, da cidade, com modos cortesões marcam continuidade em relação à significação apresentada no mesmo verbete na 1ª edição do Dicionário Moraes. O que aparece nesta 2ª edição marcando novidade em relação à 1ª é a significação do termo como mecânicos que vivem nas cidades cercadas, ou seja, os artesãos dos burgos e a idéia de guerra civil. Quanto à idéia de Direito Civil, o autor, sensível ao processo revolucionário francês, acrescenta à 1ª edição comentário que opõe o Direito Laico ao Canônico, falando também de Estado Secular - embora reverente ao Estado absolutista português crescente - regulado pelo soberano.

<sup>160</sup> Ver: Antônio Moraes Silva. Dicionario da lingua portugueza. 2ª edição. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Verbetes progresso. Ver também: Antônio Moraes Silva. Dicionario da lingua portugueza. 3ª edição. Lisboa: Typographia de M. P. de Lacerda, 1823. Verbetes progresso.

<sup>161</sup> Cf. Silva. Op. cit. 2ª edição. Verbetes civil e Silva. Op. cit. 3ª edição. Verbetes civil.

Quanto a outra palavra correlata a "civilização", encontramos nas 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> edição do Dicionário Moraes o substantivo feminino **civilidade**, que é assim significado: “*ação de homem do povo, de mecânico vil. Sofrer civilidades, vilanias. Outros escrevem civeldades. civilidade hoje significa cortezia, urbanidade, oposição a rusticidade, grosseria*”<sup>162</sup>. Pode-se notar que desde a 1<sup>a</sup> edição não houve modificação no texto, apenas um pequeno acréscimo no seu final que reforça o caráter urbano da idéia de civilidade, colocando-a em oposição a rusticidade, esta, entendida como grosseria. Assim, urbano é entendido como polido, o que é reforçado pela significação do verbete "urbano" e seus correlatos, como "urbanidade" e "urbanizar" nas três primeiras edições, nas quais não sofrem nenhuma alteração. A palavra "urbanizar", de modo particular aparece nestas três edições como "*civilizar*", que significava, no século XVIII e primeiro quartel do século XIX, polir, tornar os modos urbanos, cortesãos.

## 2.4

### O Surgimento Lexicográfico da Palavra Civilização na Língua Portuguesa e o Desenvolvimento do Conceito de Progresso

A palavra "civilização" surge pela primeira vez em um dicionário da Língua Portuguesa no ano de 1831, na 4a. edição da obra de Moraes. Como havia sido observado anteriormente, a palavra havia surgido com a ilustração, na França de meados do século XVIII, e sabe-se que sua utilização já era ampla na Literatura Política de Portugal da segunda década do século XIX.<sup>163</sup>

O aparecimento do termo "civilização" em um dicionário da Língua Portuguesa editado em Lisboa, está diretamente associado ao crescimento do ideário liberal em Portugal. Este pensamento ganhou forte projeção com a revolução do Porto, ocorrida em agosto de 1820, na qual o

<sup>162</sup> Cf. Silva. Op. cit. 2<sup>a</sup> edição. Verbetes civilidade e Silva. Op. cit. 3<sup>a</sup> edição. Verbetes civilidade.

<sup>163</sup> Sobre a utilização da palavra civilização nos artigos de jornais e panfletos políticos desta época, ver: Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves. *Corcundas e Constitucionais: a Cultura Política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan/Faperj, 2003. p. 166.

monarca português D. João VI, então no Rio de Janeiro, foi convocado para submeter-se à uma constituição, dividindo assim a sua soberania com as Cortes que, segundo as elites do vintismo e a coimbrã, representariam a vontade da maioria do povo português<sup>164</sup>.

A elite política portuguesa que operou a Revolução Liberal de 1820 demonstrou nos seus discursos ser tributária do movimento ideológico das luzes<sup>165</sup>, não obstante as luzes portuguesas representadas pelos revolucionários do Porto apresentarem um caráter notadamente menos radical que alguns dos grupos políticos envolvidos no processo revolucionário francês, como os *sans culottes* e os *jacobinos*. A rigor, a palavra chave para a elite política vintista, composta fundamentalmente de grandes comerciantes não era "revolução", um termo que remetia à idéia de caos e desordem política, mas sim "regeneração"<sup>166</sup>, uma palavra que figurou pela primeira vez no Dicionário Moraes na sua segunda edição, de 1813, com o significado de: "*Regenerador da Nação, que a reformou e quase a criou de novo - no sentido moral - dando leis, policiando, introduzindo as artes, reformando o comércio, a agricultura e tudo o que faz o bom governo*"<sup>167</sup>.

A idéia de regeneração tem origem religiosa, ligada à purificação do batismo<sup>168</sup>. Por isto, foi entendida como um novo nascimento - das cortes de 1640 que proclamaram rei D. João IV - um resgate moral que se apoiava sobretudo na idéia de ordem, à qual a noção de revolução não era vista como compatível. Assim, a idéia de regeneração da "ordem social", anunciada pelos agentes políticos do vintismo, foi uma idéia central no ideário liberal português

<sup>164</sup> Sobre a cultura política das elites de Portugal neste período, ver: Lúcia Maria Bastos P. Das Neves. Op. cit. Passim.

<sup>165</sup> Cf. Isabel Nobre Vergues. *A Aprendizagem da Cidadania em Portugal (1820-1823)*. Coimbra, Minerva, 1997. p. 35.

<sup>166</sup> Cf. Lúcia Maria Bastos P. Das Neves. Op. cit. p. 169-174.

<sup>167</sup> Cf. Antônio de Moraes Silva. 2a. edição. Op. cit. Verbetes regeneração. Dois trabalhos importantes na discussão do conceito de regeneração no vocabulário dos revolucionários do Porto são: Lúcia Maria Bastos P. Das Neves. Op. cit. e Maria Cândida Proença. *A Primeira regeneração. O Conceito e a Experiência Nacional (1820-1823)*. Lisboa: Horizonte, 1990.

<sup>168</sup> Moraes também traduz o termo regeneração como: "Segundo nascimento, mudança de estado em que acha o que recebe a graça pelo batismo." Escreve também: "Regeneração do Império português pelo Sr. D. João IV". Ver: Antônio de Moraes Silva. 2a. edição. Op. cit. Verbetes regeneração.

da época. A ordem social já não significava mais o resultado da hierarquização das classes, na qual o rei detinha a soberania nacional e os seus demais vassallos obedeciam. A noção de ordem social regenerada supunha o governo pelas leis, que representariam a vontade da maioria e determinariam uma relação pacífica entre os governantes e os governados<sup>169</sup>.

É interessante notar que, na definição do conceito-chave de regeneração fornecida pelo Dicionário Moraes, a palavra surge também associada com dar leis, polícia -polimento -, comércio e agricultura, idéias que, como se verá mais adiante, aparecerão na explicação da idéia de civilização na 5a. edição do mesmo Dicionário Moraes.

No entanto, na 4a. edição do lexicógrafo Moraes, de 1831, a explicação do verbete "civilização" é feita de forma lacônica, expressando a dificuldade que a própria elite cultural portuguesa tinha de exprimir o significado de uma palavra que comportava uma ampla significação. Com efeito, segundo o dicionário Moraes, **civilização** significava: "*O ato de civilizar: o estado do povo civilizado*"<sup>170</sup>.

Não obstante a concisão do texto explicativo do verbete, algumas considerações podem ser depreendidas da notação. A explicação da palavra "civilização" presente nesta edição do lexicógrafo divide-se em duas, a primeira: "*o ato de civilizar*", que indica o movimento de tornar civil que, como se observa desde a 1a. edição do Dicionário Moraes, significa o homem urbano e cortês que vive debaixo de certas leis. Portanto, "civilizar" significaria neste contexto fazer respeitar a ordem social baseada na lei e na urbanidade que, enquanto regra de polidez, é avessa aos sobressaltos das revoluções. A segunda é descrita como: "*o estado do povo civilizado*". Assim, "civilização" não indicaria somente uma ação ou um movimento, mas também o que se supunha ser um estágio de superioridade moral, de organização social e política, cultural e material na qual um determinado povo chegou, alcançou, em seu movimento progressivo de aperfeiçoamento. Seria o estado do povo civilizado que, bem entendido, seriam os povos cristãos da Europa.

---

<sup>169</sup> Cf. Telmo dos Santos Verdelho. *As Palavras e as Idéias na Revolução Liberal de 1820*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1981. P. 315.

<sup>170</sup> Ver: Cf. Silva. *Op. cit.* 4ª edição. Verbetes civilização.

A 4a. edição do Dicionário Moraes traz também um sutil, porém importante, acréscimo na explicação do verbete **progresso**, que figura no léxico com o mesmo significado da 3a. edição deste dicionário, de 1823, cuja a idéia central expressa é a de adiantamento em proveito ou efeito<sup>171</sup>. No entanto, na 4a. edição, de 1831, é acrescentado: "*(...)sucessão continuada, com aumento a bem, ou mal, ou no mesmo estado*"<sup>172</sup>.

É importante salientar a presença da idéia de "*sucessão continuada*", ou seja, um movimento que não cessa, mantém-se sempre dinâmico, uma idéia mais consoante com o sentido moderno, teleológico, da palavra. Também chama a atenção a indicação de um "*aumento a bem, ou mal, ou no mesmo estado*". Assim, percebe-se nesta edição que se a palavra "progresso" já incorpora o seu sentido moderno de teleologia, ela ainda não aparece denotada com a idéia otimista que o século XIX lhe conferiu, de melhoramento constante. O movimento do progresso poderia, portanto, ser entendido como uma melhora ou piora, ou mesmo uma sucessão que não modifica o estado, a situação de algo, quase um paradoxo para o sentido que a palavra obteria na língua em meados do Oitocentos.

Uma outra palavra correlata a "progresso" surgiria pela primeira vez em um dicionário da Língua Portuguesa, a palavra "desenvolvimento". Nesta 4a. edição do Dicionário Moraes, ela é assim traduzida: "*Ação, e efeito de desenvolver, ou de se desenvolver; desdobramento, descobrimento do que estava envolto. Crescimento, incremento: - do feto, de uma planta, etc. : abrimento; - de uma flor: ação de ampliar, e explicar alguma coisa; - de um plano, de um sistema*"<sup>173</sup>.

Assim como a palavra "progresso", o termo "desenvolvimento" também ainda não havia adquirido o seu sentido moderno, que foi utilizado por Darwin com o mesmo significado de "progresso" ou "evolução". A palavra figurava com o sentido mais empírico de desdobrar ou desenrolar algo, com a conotação de explanação de uma idéia/ teoria, ou com o sentido de uma ação da natureza, conotação esta que não passaria despercebida por Darwin,

---

<sup>171</sup> Cf. Silva. Op. cit. 3a. edição. Verbetes progresso.

<sup>172</sup> Ver: Silva. Op. cit. 4ª edição. Verbetes progresso.

quando aplicou o conceito de evolução em sua obra "*A origem da espécie*" em meados do século XIX.

## 2.5

### **Os Conceitos de Progresso e de Civilização nas Primeiras Décadas do Brasil Politicamente Emancipado**

O período que segue a presença de D. João VI no Rio de Janeiro é marcado pela emancipação política do Brasil e uma série de crises que se estenderiam até o início do Segundo Reinado.

Os anos 20 do século XIX são marcados por uma série de insurreições militares na capital, chegando mesmo o Rio de Janeiro a ser ocupado pelos mercenários da campanha platina, que exigiam o pagamento pela sua atuação no Uruguai. As condições econômicas eram adversas, pois D. João VI partira a Portugal com o numerário do Banco do Brasil e o novo país via-se em meio a grandes gastos militares, como os relativos ao combate às tropas portuguesas e a campanha da Cisplatina. Ao mesmo tempo, os tratados internacionais que eram celebrados oneravam ainda mais um erário já debilitado. A isto somava-se a seca e a rebelião de escravos no Nordeste, que atingiam a produção canavieira junto com a pressão decrescente dos preços do açúcar induzida pela produção antilhana. Tal quadro produziu uma inflação crescente e um forte aumento do custo de vida<sup>174</sup>.

Em meio ao caos econômico, desenvolviam-se as contradições políticas do Primeiro Reinado, que fazia conviver uma superestrutura jurídico-político burguesa a uma base material escravista. O governo de D. Pedro I via-se premido entre dois desafios: a administração do conflito entre “brasileiros” e “portugueses” e a manutenção da hegemonia interna do Rio de Janeiro, sobretudo, contra as elites do Nordeste<sup>175</sup>. Desgastado com as contradições

---

<sup>173</sup> Ver: Silva. Op. cit. 4ª edição. Verbete desenvolvimento.

<sup>174</sup> Ver Manoel Maurício de Albuquerque. Pequena História da Formação Social Brasileira. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 349-352 e Nelson Werneck Sodré. As Razões da Independência. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1978. p. 196-199.

<sup>175</sup> Cf. Albuquerque. Op. cit. p. 352.

presentes na sociedade brasileira, D. Pedro I, em 1831, renuncia ao trono brasileiro em favor de seu filho de cinco anos de idade, dando ensejo às regências e a uma década de fortes turbulências na política do Brasil .

O período regencial é marcado por seguidas revoltas regionais e grande instabilidade política, decorrência do vazio de hegemonia que se abriu com a abdicação de D. Pedro I. Em 1835, estourou a revolta popular dos Cabanos no Pará, que só terminou em 1839; ainda em 1835 inicia-se a Revolta dos Farrapos, com a tomada de Porto Alegre pelas tropas do general Bento Gonçalves, rebelião que só terminaria em 1842; em 1837 é a vez de eclodir a Revolta dos Sabinos na Bahia, que perduraria até o ano seguinte e, em 1838, rebelam-se os “Balaios”, em uma revolta popular que se estenderia até 1841. Com a torrente de revoltas, de maior ou menor monta que emanavam do caos político dos anos 30, o Rio de Janeiro encontrava-se abalado como centro de gerenciamento dos conflitos nacionais e, em decorrência, a cidade encontrava-se sem projeto de desenvolvimento para si, sem um norte para a sua expansão, portanto, prosseguia sem planejamento urbano.

No final da década de 30, com a ascensão de Araújo Lima como regente em 1838, começou-se a constituir aquilo que Ilmar de Mattos denominou “tempo saquarema”<sup>176</sup>, uma época em que setores das classes dominantes brasileiras vivenciaram uma experiência comum de enfrentamento de revoltas, fossem elas no âmbito da *plebe*<sup>177</sup>, fossem elas no interior do *povo*. Esta experiência tornou patente a fragilidade da estrutura política brasileira dos anos 30, evidenciando a debilidade dos mecanismos institucionais nela presentes, que deveriam absorver as divergências no interior do *povo* e reprimir as convulsões provenientes da *plebe*.

A clareza de percepção dessa demanda por setores da elite foi a responsável pela revisão da posição de alguns dos liberais que, temendo pela estabilidade do domínio da *casa*, formaram o grupo dos regressistas. Foi deste

<sup>176</sup> Ver: Ilmar Rohloff de Mattos. *O tempo saquarema, a formação do Estado imperial*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

<sup>177</sup> No texto do historiador Ilmar de Mattos, pelo qual nos referenciamos para escrever esta página, algumas metáforas são utilizadas, como “casa”, que significa os colonos, os proprietários escravistas da colônia e “rua”, que quer dizer a massa de homens livres pobres, a “plebe”, sempre vista como foco potencial de desordem. O “povo” são os proprietários, cidadãos ativos. Ilmar de Mattos. Op. cit.

que surgiu, em meio ao contexto de revoltas contínuas, para as quais não havia solução no horizonte da regência liberal de Feijó, a chamada “trindade saquarema”<sup>178</sup>, um grupo de três homens públicos que constituíram a liderança do que viriam a ser os conservadores do II reinado.

Com os monopólios em risco em virtude do contexto de alta instabilidade política, começa-se a desenhar o quadro conservador no Brasil, com a regência de Araújo Lima, em 1838. Nela, iniciou-se o processo de centralização com a interpretação do Ato Adicional de 1834. A revisão do Ato Adicional de 1834 data de 1840, último ano da regência de Araújo Lima. Este movimento centralizador dos regressistas - conservadores após 1840 - retirou poder dos progressistas - liberais após 1840 - , o que moveu este último grupo ao golpe da maioria, que se operou no mesmo ano. O golpe surtiu efeito contrário, deslocando, alguns meses depois do seu acontecimento, o poder para as mãos dos conservadores.

A partir daí, o projeto político dos Saquaremas começaria a ser confeccionado, em meio a revoltas do *povo* como as de São Paulo e Minas Gerais, em 1842. Como afirmou Ilmar de Mattos, os Saquaremas tinham dois grandes referenciais em sua ação política: a manutenção da ordem e a difusão de uma civilização<sup>179</sup>.

É na difícil tarefa de reprimir as revoltas da plebe e assimilar os setores dissidentes do povo à sua lógica de governo, com a qual se deparavam a elite dirigente brasileira no Segundo Reinado, que se constituiu o “tempo saquarema”, uma época na qual a questão da lei, da ordem e da civilização cumpriam papel fundamental no campo das idéias.

Sensível ao momento pelo qual o Brasil passava, e também a Europa, tomada pela onda revolucionária de 1830 e o aumento dos movimentos que almejaram diluir a ordem feudal, é que os termos correlatos à palavra “civilização” passam a adquirir uma conotação mais ampla em um dicionário da Língua Portuguesa. Trata-se da 5ª edição do dicionário Moraes, de 1844<sup>180</sup>, feito a pedido do IHGB, núcleo de intelectuais ligados ao ideal de formação de

---

<sup>178</sup> Esses homens eram: Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí), Paulino José Soares de Sousa (Visconde do Uruguai) e Eusébio de Queirós.

<sup>179</sup> Cf. Mattos. Op. cit. p. 200.

uma ordem centralista que percebiam a necessidade de um vocabulário para traduzir as novas idéias que pululavam no Brasil dos anos 30 e 40. Segundo esta edição do dicionário Moraes, **civilização** é: “*O ato de civilizar: o estado do povo civilizado*”. Portanto, civilização aqui aparece como ação de civilizar e como situação do povo civilizado, seu nível de civilização, o que dá a entender que a civilização é percebida como um processo. Já o verbo **civilisar** é notado no dicionário Moraes como: “*Fazer civil o povo, a nação, os costumes; ilustrar, dar-lhe instrução*”. Assim, civilizar é entendido como ilustrar, dar instrução, o que no sentido atual da língua portuguesa seria tornar culto, educar. Esta ação seria vista como fundamental no processo que leva à civilização, que torna um povo civilizado, ou seja, para que um povo seja civilizado, ele deve receber educação e cultura, a fim de chegar a um bom estado – estágio – de civilização.

O termo que mais nos chamou a atenção nesse conjunto de inovações vocabulares relativo ao radical civil na edição de 1844 do Dicionário Moraes foi **civilisado**, segundo esta edição, a palavra aparece como:

“(civilisado, policiado, polido) – civilisado diz-se de um povo, quando tendo deixado os costumes bárbaros se governam por leis. Policiado quando pela obediência as leis tem adquirido o hábito das virtudes sociais. E polido quando em suas ações mostra elegância, urbanidade e gosto. A civilização estabelece-se pelas leis que formarão os bons costumes. E estes aperfeiçoarão as leis e policarão os povos. A polidez segue-se depois”.

Nesta definição, nota-se a insistência na utilização da palavra “leis”, que figura quatro vezes em um texto de apenas cinco linhas. A primeira idéia é de que um povo civilizado é aquele que se governa por leis. Uma idéia assaz afinada com o espírito que a elite dirigente Saquarema buscava imputar tanto ao povo como à plebe na organização política e social brasileira, diante de um contexto no qual estouravam revoltas populares e de setores dissidentes da elite brasileira. Para o projeto de centralização política nas mãos da Coroa e de sua elite dirigente, visando manter os monopólios fundamentais do povo, era necessário um respeito rigoroso às leis e instituições que então se constituíam.

---

<sup>180</sup> Ver: Antônio Moraes Silva. Dicionario da lingua portugueza. 5ª edição. Lisboa: Typographia de Antônio José da Rocha, 1844.

No texto explicativo do verbete, no seu segundo período, aparece também a explicação do que é *policidado*, um dos sinônimos apresentados à civilizado, “*Policidado quando pela obediência as leis tem adquirido o hábito das virtudes sociais*”. Aí se tem a idéia de que o respeito à lei conduz à virtude social, ou seja, obedecer a lei é mais do que uma questão de integração na sociedade, é visto também como virtude, uma vez que o contexto político dos anos 30 e início dos anos 40 é marcado pela falta de consenso em torno da organização política do Brasil, da forma de constituição do Estado brasileiro. Tal contexto propiciou que o respeito à lei deixasse de ser uma resultante do pacto político e passasse a tornar-se virtude.

No terceiro período deste texto aparece um outro sinônimo para "civilizado": *polido*, que é quando um indivíduo “(...)em suas ações mostra elegância, urbanidade e gosto”. Esse é o único trecho no qual a idéia de lei não figura, dando espaço àquelas ligadas à gosto, à elegância no portar-se e à urbanidade que, como já vimos, significa civilidade.

Já no quarto período do texto explicativo do verbete, aparece novamente a referência à *lei*, quando afirma-se que “*A civilização estabeleceu-se pelas leis que formarão os bons costumes*”. Neste trecho, pode-se depreender um traço da cultura política da elite brasileira evidenciada por Roque Spencer de Barros<sup>181</sup>, aquela idéia que julga que a confecção de “boas leis” pode controlar procedimentos, modificar costumes e posturas, enfim, interferir na cultura, de onde se conclui, reforçado pela interpretação do texto, que a lei induziria à civilização.

Por fim, no último período, que tem caráter conclusivo das idéias expostas no texto explicativo do verbete, temos: “*E estes [os bons costumes] aperfeiçoarão as leis e policarão os povos. A polidez segue-se depois*”. A guisa de conclusão, o autor parece sugerir uma relação dialética entre a obediência às leis – o policiamento pessoal - e o desenvolvimento da polidez, da urbanidade, de onde se infere que um formaria e aperfeiçoaria o outro, a fim de criar indivíduo, sociedade ou nação “civilizada”. Portanto, na definição da 5ª edição do Dicionário Moraes de 1844, estes três últimos elementos

---

<sup>181</sup> Ver: Roque Spencer Maciel de Barros. *A Ilustração Brasileira e a idéia de Universidade*. São Paulo: Edusp, 1959.

“civilizados” teriam que se assentar sobre dois princípios: o policiamento no respeito às leis e a urbanidade. Ambos, coadunados, seriam indutores da civilização.

## 2.6

### **Os Conceitos de Progresso e Civilização na Cidade do Rio de Janeiro das Primeiras Décadas do Segundo Reinado.**

O início do Segundo Reinado, com o golpe da maioria, encaminha a estabilidade política do Brasil, embora o início dos anos 40 tenham sido marcados por desavenças entre liberais e conservadores, o que comprova as revoltas liberais ocorridas em Minas Gerais e São Paulo no ano de 1842. Mesmo assim, em 1844, os liberais assumem o comando do parlamento, no qual ficariam até 1848 e no qual retornariam em composição com os conservadores em 1853, naquele que ficou conhecido como o “gabinete da conciliação”.

O período que vai de 1850 até 1868 é marcado por uma maior estabilidade política, um período no qual a hegemonia Saquarema encontra-se sedimentada. Esta estabilidade política, viável pelo entendimento entre liberais e conservadores, favoreceu o desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro.

A capital do Império era uma cidade com vários problemas estruturais. Sofria com um sistema precário de abastecimento de água e de saneamento e sua disposição urbana não favorecia o trânsito. Possuía ruas sinuosas e estreitas, herança da presença árabe em Lisboa, que apresentava os mesmos problemas viários que o Rio de Janeiro<sup>182</sup>. Muitas delas nasceram através do aproveitamento de trilhas e atalhos, o que confirmava o caráter pragmático da cultura dos colonizadores.<sup>183</sup> As ruas da cidade eram, em geral,

---

<sup>182</sup> A esta consideração deve excetar-se a Baixa Pombalina, construída no último quartel do século XVIII, após o terremoto de Lisboa, sob um plano iluminista, com um sistema de vias em linhas retas.

<sup>183</sup> Sobre esse traço da cultura portuguesa, ver: Sérgio Buarque de Holanda. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

de calçamento pé-de-moleque, com pedras dispostas irregularmente nas margens e com diferença de nível na superfície<sup>184</sup>, sendo a largura das mesmas variante de acordo com o trecho. Boa parte das ruas e becos não chegavam a três metros de comprimento e a maioria das ruas do Rio de Janeiro não era maior que três braças ou cinco metros e quarenta centímetros. A Rua do Ouvidor, centro social da cidade não possuía mais que seis metros e oitenta centímetros de largura. A maior rua da cidade era a Rua Direita, que apresentava largura menor que trinta metros<sup>185</sup>.

Entretanto, mesmo em meio a tais problemas, o Rio de Janeiro ia registrando melhorias. O sistema de águas que, antes de 1840, baseava-se na coleta de água nas 147 bicas dos dezoito chafarizes existentes na cidade passou, nos anos 40, a contar com um serviço privado de distribuição em domicílio através de carroças com pipas. O lixo, que somente era recolhido das ruas em uma periodicidade de três vezes na semana por negros forros, passou a ser recolhido no centro da cidade, em 1847, todos os dias, duas vezes pela manhã e pela tarde por carros alugados pelo Senado da Câmara e, em 1852, algumas ruas de áreas nobres da urbe passaram a ser irrigadas.<sup>186</sup>

Em 1854, por iniciativa de Mauá, através de concessão pública à sua Companhia de Iluminação a gás, o centro do Rio de Janeiro perdia o seu tom avermelhado, característico da cidade colonial. Este tipo de iluminação era um aparato urbano que iluminava as capitais mais modernas da Europa<sup>187</sup>.

O sistema de esgotamento sanitário, embora longe de alcançar uma solução, também registrou melhoria. Em 1840, os barris com dejetos passaram a ser recolhidos por carroças e levados por embarcações para serem despejados no meio da Baía de Guanabara, evitando que fossem transportados por escravos pelas ruas da cidade e atirados nas praias.<sup>188</sup>

---

<sup>184</sup> Cf. Adolfo Morales de los Rios. *O Rio de Janeiro Imperial*. Rio de Janeiro: Toopbooks, 2000. p. 96.

<sup>185</sup> Rios. *Op. cit.* p. 94.

<sup>186</sup> *Ibidem.* p. 101-105.

<sup>187</sup> *Ibidem.* p. 119.

<sup>188</sup> *Ibidem.* p. 106.

Em 1860, o urbanista francês Auguste François Glaziou inicia um processo de arborização da cidade, que até então era criticada por viajantes estrangeiros pela pouca arborização e pelo descaramento com a organização da paisagem nas praças públicas<sup>189</sup>.

Em 1852, iniciou-se a Estrada de Ferro Mauá, que ligava o Rio de Janeiro a Raiz da Serra de Petrópolis, dando início a um processo de desenvolvimento ferroviário que despertaria entusiasmo na sociedade brasileira. O *Jornal do Comércio* publicaria um artigo no dia seguinte à inauguração do primeiro trecho dessa estrada, em 1854, dizendo que: “*A máquina devorava o espaço através dos campos e entre os animais espantados*”<sup>190</sup>.

Em 1855, constitui-se a *Companhia Estrada de Ferro D. Pedro II*, que se configurou como o maior empreendimento ferroviário do Império. Inicialmente, desenvolveu-se com uma distância de 62 km, em um trecho que ia do Rio de Janeiro até Belém - atual Japerí. As ferrovias administradas por esta Companhia rapidamente se expandiram, partindo tanto do Rio de Janeiro para as cidade cafeeiras do Vale do Paraíba – principal motivador do desenvolvimento ferroviário no Brasil -, quanto da região central da capital para os seus subúrbios<sup>191</sup>.

Nos anos 50 e 60 do século XIX, a cidade encontrava-se esperançosa quanto ao “progresso”. O desenvolvimento do café no Vale do Paraíba, a abolição do tráfico negreiro, com a lei Eusébio de Queiróz em 1850, a expansão do trabalho livre no Rio de Janeiro, as melhorias nos serviços urbanos, o crescimento demográfico e a afirmação da estabilidade política do Império foram decisivas para encetar um clima de otimismo na cidade<sup>192</sup>.

<sup>189</sup> Ver Pedro Carlos da Silva Telles. *História da Engenharia no Brasil*. Rio de Janeiro: Clavero, 1994. p. 147. Aqui, Telles explicita a crítica, de 1858, do francês Charles Ribeyrolles quanto ao Campo da Aclamação, o Largo do Rocio e o Largo do Paço.

<sup>190</sup> *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 1º de maio de 1854. Apud Telles. Op. cit. p. 237.

<sup>191</sup> Ver: Maurício de Abreu. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLAN-Rio/Zahar, 1988.

<sup>192</sup> Ver: Maria Yedda Leite Linhares. *História do Abastecimento, uma Problemática em Questão (1530-1918)*. Brasília: Binagri, 1978. p. 150.

Na Europa, o entusiasmo com o desenvolvimento tecnológico era ainda maior. A onda revolucionária de 1848 dissolveu uma série de entraves remanescentes da economia feudal ao desenvolvimento das forças produtivas e o período que vai desta data a 1873 é marcado por um crescimento econômico em ritmo acelerado<sup>193</sup>. De forma particular, a década de 50 do século XIX foi marcada pelo surgimento de várias obras significativas para a história da idéia de progresso. Em 1850, Comte publicou o “*Catecismo positivista*”, em 1852, Spencer traz a público o seu “*Hipótese e desenvolvimento*”, em 1854, Comte lança o seu “*Sistema de política positiva*” e, em 1857, edita a sua principal obra: “*O progresso, sua lei e sua causa*”. Fechando a década da reflexão sobre o progresso, Darwin conclui o clássico: “*A origem das espécies*”.

Com efeito, aparece pela primeira vez, na 6ª edição do Dicionário Moraes de 1858, o verbete "desenvolvimento", que dá nota do reforço da idéia de progresso a época. O verbete "progresso" aparece nesta edição sem alterações diante da 5ª edição, de 1844<sup>194</sup>. O vocábulo **evolução** também figura pela primeira vez, mas com o sentido do termo "evoluções", que já figurava no Dicionário Moraes desde a 2ª edição, de 1813, um sentido absolutamente distinto daquele empregado por Darwin. Assim, Moraes define "evolução": “*Movimento que se manda fazer aos batalhões. Evolução dos grandes exércitos*”<sup>195</sup>.

Termo relevante na história da idéia de progresso, **desenvolvimento** figura pela primeira vez como verbete de dicionário da Língua Portuguesa. Nesta 6ª edição do Dicionário Moraes, a palavra é assim definida: “*Ação ou efeito de desenvolver; desdobramento, desenrolamento, descobrimento do que estava envolto. Crescimento, incremento: do feto, de uma planta. Abrimento de uma flor. Ação de ampliar ou explicar alguma coisa, de um plano ou sistema*”<sup>196</sup>. Desta forma, o vocábulo aparece com três sentidos: ação de desdobrar um objeto que estava dobrado; explicar alguma

<sup>193</sup> Ver: Landes. op. cit.

<sup>194</sup> Ver: Antônio Moraes Silva. Dicionario da lingua portugueza. 6ª edição. Lisboa: Typographia de Antônio José da Rocha, 1858. Verbetes progresso.

<sup>195</sup> Silva. Op. cit. Verbetes evolução.

<sup>196</sup> Silva. Op. cit. Verbetes desenvolvimento.

idéia; ou crescimento, incremento de algo. Nesta última conotação, que se vincula à idéia de progresso, são fornecidos alguns exemplos ilustrativos da aplicação da palavra, sendo todos eles ligados à idéia de evolução da natureza . *Crescimento, incremento: do feto, de uma planta. Abrimento de uma flor.* A palavra desenvolvimento, que então fazia a sua primeira aparição como verbete no Dicionário Moraes, ocupava o campo de significação que, mais tarde, após a publicação de “A origem das espécies” de Charles Darwin em 1859, seria do termo "evolução". O cientista foi o responsável pela vulgarização da palavra evolução que, como já mencionamos, utilizava indistintamente com os vocábulos desenvolvimento e progresso. Antes da publicação da principal obra de Darwin, em 1859, o termo dominante para significar a idéia de crescimento ou ritmo próprio da natureza, tanto na metafísica quanto nas ciências naturais, era desenvolvimento<sup>197</sup>.

O campo semântico relativo à idéia de civilização não apresenta, nesta 6ª edição, diferenças de significado em relação à edição de 1844. Verbetes como "civilidade", "civilização", "civilisado" e "civilisar", figuram da mesma forma que na edição precedente. A única novidade nesse campo é o surgimento da palavra **civilizador** como verbete. Na edição de 1858 do Dicionário Moraes ela assim aparece: “*Que civiliza, ilustra, promove a instrução e pole os costumes de um povo*”<sup>198</sup>. Para além do verbo civilizar, já presente na edição de 1844, que, como tal, indica uma ação – uma ação genericamente indicada pela apresentação infinitiva do verbo -, a palavra "civilizador" personifica esta ação, que pede um pronome, um agente civilizador. No caso do Brasil, o Estado Saquarema, encarnado na figura do Imperador que, como foi visto, propunha-se manter a ordem e a desenvolver uma civilização.

---

<sup>197</sup> Ver: Bury. Op. cit. p. 299.

<sup>198</sup> Silva. Op. cit. Verbetes civilizador.

## 2.7

### Os Conceitos de Progresso e Civilização nas Últimas Décadas do Segundo Reinado (1868-1889)

#### 2.7. a

#### O Progresso pela Ciência como Elemento de Legitimação Política

Nas duas primeiras décadas do Segundo Reinado, a estrutura política institucional do Império mostrou-se capaz de responder aos desafios propostos pela sociedade brasileira. Tal estrutura, favorecida pela homogeneidade da elite dirigente do país,<sup>199</sup> foi capaz de mediar as demandas oriundas do povo e diminuir sensivelmente as conturbações provenientes da plebe. Instituições como o Poder Moderador e o Conselho de Estado obtinham a tolerância mesmo daqueles que delas divergiam, e a monarquia e a escravidão não eram ainda objetos de críticas desestabilizadoras de setores politicamente organizados da sociedade.

No entanto, as três primeiras décadas posteriores ao golpe da maioria foram marcadas pelo desenvolvimento de contradições presentes na sociedade brasileira. Do ponto de vista econômico, o Brasil registrou sensível crescimento com o aumento da produção cafeeira do Vale do Paraíba e com o avanço das estradas de ferro. Em decorrência, as cidades brasileiras desenvolviam-se, com destaque para o Rio de Janeiro. O crescimento desta foi acompanhado pelo desenvolvimento de uma camada social intermediária urbana, composta sobretudo por funcionários públicos e comerciantes. Logo, expandiu-se também na cidade o número de estudantes que freqüentavam os diversos colégios do Rio de Janeiro<sup>200</sup> e as instituições de ensino superior da

---

<sup>199</sup> Sobre a importância da homogeneidade da elite brasileira no processo de construção da hegemonia conservadora no Brasil, ver: José Murilo de Carvalho. *A construção da ordem*. Rio de Janeiro: Campus, 1980 e Sérgio França Adorno de Abreu. *Os Aprendizes do Poder: O Bacharelismo Liberal na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

<sup>200</sup> Para uma panorâmica dos colégios existentes no Rio de Janeiro a época, ver: Fernando Azevedo. *Op. cit.* p. 590.

cidade: a Faculdade de Medicina, a Escola Militar e a Escola Central.<sup>201</sup> Tais grupos percebiam seus interesses em contradição com aqueles próprios de uma sociedade rural e escravista. Com efeito, já nos anos 70 despontavam no cenário político do Rio de Janeiro movimentos como o republicano e o abolicionista. Em paralelo, o campo político das elites agrárias começava a fracionar-se com o desenvolvimento da cafeicultura paulista que, poderosa economicamente, ansiava o poder político que os cafeicultores em decadência do Vale do Paraíba detinham em sua aliança junto à Coroa. Ainda nos anos 70 do Oitocentos, a Guerra do Paraguai se encerrava, marcando uma série de episódios que indispunham o exército com as elites dirigentes do Império. A isto somavam-se os conflitos do Império com a Igreja Católica, traduzidos nas questões religiosas. Estas novas disposições políticas expressavam contradições que, em um contexto de complexificação da sociedade brasileira, tornavam-se mais agudas, menos toleráveis.

As contradições presentes na sociedade brasileira referiam-se sobretudo a duas instituições-chaves relativas à vida política e sócio-econômica do Império: primeiro, o poder moderador como instrumento de mediação política quanto aos conflitos intra-elites e sua ingerência no sistema de representação política da sociedade brasileira<sup>202</sup> e, segundo, a escravidão<sup>203</sup> que, além de entrave ao desenvolvimento econômico nacional, colocava em questão a inserção do país no mundo Ocidental, de tradição européia, cuja adesão aos padrões era percebida como condição do desenvolvimento da civilização.

Crescia na sociedade do Império a percepção de que a existência da escravidão era contraditória ao desenvolvimento de uma organização política moderna, com ampliação da representação política e mecanismos institucionais de base parlamentar, autônomos ao imperador, como o era na

---

<sup>201</sup> Esta se desmembrou da Escola militar em 1858 a fim de tornar civil o estudo da engenharia. Mais adiante, neste mesmo capítulo, teremos oportunidade de abordar com mais vagar as modificações por que passaram o ensino da engenharia no Brasil.

<sup>202</sup> Para esta discussão tomamos por base as considerações de José Murilo de Carvalho. *Eleições e Partidos: o erro de Sintaxe Política*. In: *Teatro de Sombras. A Elite Imperial*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.

<sup>203</sup> Para esta discussão tomamos por base as considerações de José Murilo de Carvalho. *A Política da Abolição. O Rei Contra os Barões*. In: *Teatro de Sombras. A Elite Imperial*. Op. cit.

Inglaterra, país que apresentava tal ordem sem comprometer o regime monárquico<sup>204</sup>. Como diria Joaquim Nabuco, a escravidão era um mal que comprometia o futuro político brasileiro, uma vez que viciava a maior parte dos futuros cidadãos em obedecer e a elite em mandar sem ser questionada<sup>205</sup>.

De uma maneira geral, pode-se afirmar que houve alguns marcos da decomposição do consenso político presente na sociedade brasileira desde o início do Segundo Reinado. Um dos mais paradigmáticos foi a dissolução do gabinete liberal de Zacarias Góes em 1868, em favor da ascensão do conservador Caxias, em uma conjuntura difícil em meio ao conflito contra o Paraguai. Tal gesto apontado pelo Conselho de Estado e executado pelo já então desgastado instrumento político do Poder Moderador, propiciou a ruptura de parte dos liberais com as regras que vinham prevalecendo no jogo político do Segundo Reinado e deu origem ao Partido Liberal Radical e, posteriormente, ao Partido Republicano. Este, lançou o seu manifesto em 1870 no Rio de Janeiro, expressando a insatisfação das camadas médias da capital com as contradições da política Imperial. Outro marco foi a aprovação da Lei do Ventre Livre, em 1871, que abalava as relações da Coroa com a sua base de apoio política, os cafeicultores do Vale do Paraíba. Estes apresentavam-se perplexos diante da intenção manifesta da Coroa de acabar com a escravidão, uma vez que já vinham se percebendo ameaçados na reprodução de sua mão-de-obra pela ação governamental em virtude da lei Eusébio de Queiros, de 1850, e também com os altos preços do tráfico interno<sup>206</sup>. Tais fatos, enfraquecedores do poder político da Coroa, deram ensejo à formação do Partido Republicano Paulista, surgido com o Congresso de Itú, em 1873<sup>207</sup>, que organizou politicamente os interesses dos cafeicultores do oeste paulista; estes que vinham se tornando os principais agentes econômicos do Império. O final

---

<sup>204</sup> Diante da preservação do regime e da ampliação das conquistas liberais no campo político a Inglaterra era tida como modelo político tanto para liberais como para conservadores do Império. Ver: José Murilo de Carvalho. Op. cit. p. 120.

<sup>205</sup> Ver: Joaquim Nabuco. O Abolicionismo. Conferencias e Discursos Abolicionistas. São Paulo: Instituto Progresso Editorial S. A., 1978. p. 203.

<sup>206</sup> Ver: Emília Viotti da Costa. Da Monarquia à República. Momentos Decisivos. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 247.

<sup>207</sup> Sobre a formação do Partido Republicano Paulista, ver: Iraci Galvão Salles. Trabalho, Progresso e a Sociedade Civilizada. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 33-53.

da Guerra do Paraguai, em 1870, também estimulou a crise, pois marcou uma celeuma duradoura entre a Coroa e os militares, pois estes retornaram da guerra julgando-se pouco reconhecidos no cenário político nacional.

Enfim, a estrutura político-institucional brasileira não fora capaz de redimensionar-se e de tornar-se consoante às mudanças ocorridas na sociedade brasileira nas três primeiras décadas do Segundo Reinado. As elites dirigentes não souberam criar novos canais institucionais, para absorver as demandas que surgiam de uma sociedade que cada vez mais se complexificava, apresentando uma diversidade de interesses que o Império, com a sua estrutura política engendrada pelos Saquaremas, tinha dificuldade de administrar.

Assim, a hegemonia Saquarema encontrava-se abalada, a monarquia e a escravidão eram postas em questão por setores organizados e politicamente relevantes na sociedade Imperial<sup>208</sup>. A participação política do Imperador através do poder moderador passava a ser cada vez mais contestada, não sendo mais suficiente o prestígio de sua figura para unir a diversidade dos interesses em torno da Coroa, pois a contradição entre tais interesses ia se tornando-se progressivamente mais aguda.

Em face ao acirramento das contradições presentes na sociedade brasileira e da dificuldade que apresentava o Império em ordenar esta sociedade em novos moldes institucionais, lançava-se à Coroa o repto de operar a soldagem que reunificasse as fissuras abertas no processo de diversificação da sociedade brasileira. À Coroa coube, portanto, a tentativa de buscar refazer-se como elo que mantinha os diferentes segmentos da sociedade coesos, intuito no qual se fazia fundamental manter a sua imagem de neutralidade política e de canalizar os diferentes interesses a uma causa pública estratégica na construção de um futuro nacional que aproximasse o Brasil do Ocidente.

Mediante as dificuldades da Coroa em modificar instituições basilares sobre as quais foi construído o Estado Imperial<sup>209</sup>, e sob pena de ao

---

<sup>208</sup> A escravidão foi posta a prova pelos camadas médias urbanas, organizadas no movimento abolicionista e a República foi defendida por parte desta mesma camada e pelos cafeicultores paulistas. É importante ressaltar que a defesa da abolição não implicou a defesa da República e vice-versa.

<sup>209</sup> Entre as quais podemos destacar a escravidão, o Conselho de Estado e o Poder Moderador.

fazê-la ver ampliada a fissura política já exposta com a queda do gabinete liberal em 1868, a formação dos partidos Republicanos do Rio de Janeiro e de São Paulo e a Lei do Ventre Livre, tornava-se necessária uma ação incisiva no campo simbólico. A ação no plano simbólico, em contraste com a atuação cautelosa no campo político-institucional, devia-se ao distinto grau de possibilidades de aumento das fissuras políticas presente nos dois campos. Se, neste último, qualquer ação implicaria uma mudança no equilíbrio de forças que sustentava o Império, colocando portanto em risco a manutenção do mesmo, as ações no campo simbólico seriam mais sutis e menos incautas quanto aos riscos presentes no jogo pela conquista da hegemonia política. O ônus político que implicava era, sabidamente, menor.

Com efeito, a monarquia - que na Europa do século XVIII buscou legitimar-se por idéias correlatas à idéia de civilização, e que teve na construção de uma civilização no Brasil um dos objetivos do Tempo Saquarema<sup>210</sup> - percebia que esta forma simbólica de legitimação não mais respondia à necessidade de manutenção da coesão política que a sociedade brasileira dos anos 1870 exigia. Uma nova estratégia de legitimação simbólica se impunha, devendo recompor a imagem quebrantada de justo juiz que o Estado Imperial construiu nas primeiras décadas do Segundo Reinado. Assim, fazia-se necessário transmitir a idéia de neutralidade e de universalidade, fundamentais no intuito de recomposição da imagem de “justo juiz” que a Coroa construíra durante o Segundo Reinado e que beneficiava a ação do poder moderador. Ao mesmo tempo, a Coroa percebia a necessidade de apresentar-se como parte de algo maior, como fizeram as monarquias absolutistas ao se apoiarem na idéia de "direito divino". Assim, era fundamental para a monarquia brasileira tomar parte em algo supostamente mais forte que a vontade humana e que a tornasse co-participante do que era moderno sem, contudo, comprometer os fundamentos de sua legitimidade tradicional, entre os quais se encontrava uma idéia que lhe era cara, a de civilização.

---

<sup>210</sup> Cf. Ilmar de Matos. Op. cit. p. 201 e Ilmar de Mattos. O Rio de Janeiro e a Experiência Imperial. In: André Nunes de Azevedo. (org.). Rio de Janeiro: Capital e Capitalidade. Rio de Janeiro: Departamento Cultural/SR-3/UERJ, 2002. p. 85. Nesta última, Mattos afirma que ao Império não bastava ordenar as grandes famílias, mas também promover uma civilização.

Desta feita, a Coroa buscou na idéia de ciência a neutralidade e a universalidade que necessitava associar ao seu discurso e na idéia de progresso a sua inserção em algo maior, em um movimento inexorável da História no qual o Brasil não deveria retardar o seu ingresso. A associação da Coroa com a idéia de ciência representava uma novidade no campo das idéias, no qual, até então, o romantismo vinha prevalecendo, posto que necessário no início do Segundo Reinado com o intuito de construir a nação brasileira como ente singular<sup>211</sup>. Não obstante a idéia de uma nação singular continuar sendo sustentada pelo Império, o momento – pós 1870 – sugeria uma guinada ao universal, ao iluminismo<sup>212</sup> expresso na idéia de ciência e, mais especificamente, na crença da força da educação científica como propulsora do progresso<sup>213</sup>.

No entanto, o Império buscou não somente fazer parte de algo “maior” - o progresso da História; e “neuro” - a educação científica. O Império necessitava inserir-se em algo “universal”, algo que o elevasse às divergências entre as classes sociais e às frações de classe pela sua adesão a um ideal superior, uma referência que ao mesmo tempo que marcasse a sua inserção em um registro moderno, o mantivesse alicerçado na legitimidade da tradição.

Com efeito, o Império encampou a idéia de progresso - quando já bastante difundida no Velho Continente - tomando-a como seu agente privilegiado no Brasil. Todavia, a concepção de progresso assumida pela Coroa distinguia-se daquela que prevalecia na Europa<sup>214</sup>. A idéia de progresso à qual buscava associar-se a monarquia brasileira não se afigurava tão fortemente vinculada à idéia de desenvolvimento material, muito embora a contivesse. A idéia de progresso brasileira estava ligada à idéia de civilização,

---

<sup>211</sup> A busca de se construir uma identidade de fundo romântico para o Brasil através da manipulação da memória nacional foi trabalhada por Lúcia Guimarães. Ver: Lúcia Maria Paschoal Guimarães. *Debaixo da Imediata Proteção de sua Magestade Imperial: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1994 (mimeo.).

<sup>212</sup> Cf. Roque Spencer M. de Barros. *Op. cit.* p. 25.

<sup>213</sup> *Ibidem.* p. 23.

<sup>214</sup> Na Europa, sobretudo após o último terço do século XIX, com o advento da 2ª revolução industrial, foi predominando na Europa uma idéia de progresso cada vez mais associada ao desenvolvimento material, sobretudo no seu aspecto técnico. Vide a página 20 deste capítulo.

na qual encontrava-se compreendida. A civilização brasileira, por sua vez, encontraria a sua "atualização histórica" na promoção da ciência, algo que possibilitaria ao Brasil aproximar-se do "progresso da civilização" dos principais países europeus.

Residia na associação dessas duas idéias - progresso e civilização - a articulação necessária entre o tradicional e o moderno, que buscava dotar a monarquia brasileira de universalidade e imparcialidade às vistas de sua sociedade, ao mesmo tempo que a inseria em um movimento superior, meta-histórico. Progresso, como entendido e propagado pela Coroa significava um movimento de melhoria contínua na qual, necessariamente, encontrava-se compreendido o aperfeiçoamento da civilização. Portanto, no entender da Coroa, a idéia de civilização era percebida não como parte integrante do progresso, mas como algo consubstancial a este, intuito superior do seu movimento, razão orientadora de sua manifestação.

## **2.7. b**

### **O Desenvolvimento da Ciência como Elemento Central da Idéia de Progresso da Coroa**

As duas últimas décadas do Segundo Reinado foram marcadas por um significativo avanço da idéia de ciência no Brasil, país de parca tradição científica<sup>215</sup>. A tradição intelectual brasileira era tributária ao humanismo eclesiástico, difundido desde os tempos coloniais pelos padres da Companhia de Jesus, representantes de uma escola intelectual fundada na metafísica e, logo, pouco afeita à observação metódica da natureza, ao ensino técnico e às atividades mecânicas.

Tendo em vista tal característica da tradição intelectual brasileira, não foi difícil às elites das primeiras décadas do Segundo Reinado desenvolver a idéia de nação tendo como instrumento intelectual os conceitos mais abstratos do Romantismo, pouco contraditórios com a tradição humanista que

---

<sup>215</sup> ver: Fernando Azevedo. Op. cit. p. 367-432.

marcou a educação brasileira. De forma distinta, quando a Coroa estimulou a formação intelectual científica, a fim de desenvolver um elemento de universalidade e neutralidade para soldar as fissuras presentes na sociedade brasileira, deparou-se com tarefa mais dificultosa, uma vez que o fomento à formação científica não encontrava uma tradição educacional<sup>216</sup> que beneficiasse a recepção da forma de pensar própria à ciência.

Assim, buscou-se desenvolver uma tradição científica no Brasil, conforme percebia-se existir em países considerados civilizados, como Inglaterra, Alemanha e França. No entanto, dada a cultura e a tradição intelectual brasileira e as contradições sociais presentes no Brasil, onde se destaca a existência da escravidão, o modelo mais "desenvolvido" de "progresso científico", o inglês, não poderia ser adotado, pois dependeria de uma sociedade civil vigorosa, com forte tônus empreendedor. Mediante tal realidade, e considerando-se o caráter pragmático da elite política brasileira<sup>217</sup>, a Coroa buscou a execução de tal intuito no modelo francês, menos distante da realidade nacional<sup>218</sup>.

A França, ao ser derrotada na Guerra Franco-Prussiana, buscava recuperar o seu orgulho nacional, ao mesmo tempo em que envidava esforços, para se afirmar no contexto internacional como grande Império. A esses intuítos serviu o modelo francês para o desenvolvimento da ciência que se aproximava da realidade brasileira por apresentar uma forte imbricação com o Estado<sup>219</sup> e por possuir um caráter universalista, ao mesmo tempo em que promovia a exaltação nacional. É como afirmou o eminente cientista francês Louis Pasteur na década de 1870:

“Eu tenho, ao mesmo tempo, duas convicções profundas: a primeira é de que a ciência não tem país; a segunda, em contradição com a primeira, é de que a ciência é

---

<sup>216</sup> Cf. Nelson Werneck Sodré. Síntese de História da Cultura Brasileira. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. p. 53.

<sup>217</sup> Sobre o caráter pragmático da elite política brasileira, ver: José Murilo de Carvalho. Op. cit. p. 122.

<sup>218</sup> Segundo José Murilo de Carvalho, quando se tratava de constituir leis específicas a França era preferida por estar mais próxima das condições brasileiras. Carvalho. Op. cit. p. 131.

<sup>219</sup> Cf. Patrick Petitjean. Ciências, Impérios, Relações Científicas Franco-Brasileiras. Apud. Amélia Império Hamburguer et al. (orgs.). A Ciência nas Relações Brasil-França (1850-1950). São Paulo: Edusp/ Fapesp, 1996. p. 30.

a personificação direta da nação. A ciência não tem país porque o saber pertence a toda a humanidade. Mas, ao mesmo tempo, a ciência é a mais alta personificação da nação, porque a nação leva o mais longe os produtos do pensamento e da inteligência”<sup>220</sup>.

O Brasil seguiu o modelo de desenvolvimento científico francês, que beneficiava tanto a exaltação da nação quanto a imagem de universalidade e neutralidade, estratégicas diante do contexto político brasileiro das duas últimas décadas do Império. Fiel ao modelo franco, as instituições de promoção científica foram criadas e/ou renovadas pelo Império em lugares que não a universidade<sup>221</sup>, o que em parte explica a inexistência de uma universidade no Brasil Imperial, não obstante ter havido projeto em tal sentido na câmara dos deputados<sup>222</sup>.

Logo, a Coroa desenvolveu uma política consciente de promoção científica no último terço do Segundo Reinado<sup>223</sup>, o que supôs tanto a criação de novas instituições, como um aperfeiçoamento daquelas já existentes. Nesse período o Observatório Nacional foi modernizado, a Escola Central transformou-se em Escola Politécnica (1874), foram criadas a Escola de Minas de Ouro Preto (1875), a Comissão geológica do Brasil (1875) e o Laboratório de Fisiologia do Museu Nacional (1880)<sup>224</sup>, entre outras iniciativas.

Com o intuito de disseminar a ciência nos trópicos, D. Pedro II mandou a Paris correspondentes, a fim de recrutar especialistas franceses para a promoção da ciência no Brasil. O próprio Imperador teve o cuidado de ir pessoalmente à capital francesa entre 1871 e 1872, para melhor operar o fomento à ciência em seu país. Posteriormente, ele enviaria novas equipes à Europa com a finalidade de conhecer os laboratórios, instituições e a estrutura

---

<sup>220</sup> Patrick Petitjean. Op. cit. p. 30.

<sup>221</sup> Ibidem. p. 33.

<sup>222</sup> Ver: Roque Spencer. Op. cit. cit. p. 319.

<sup>223</sup> Cf. Patrick Petitjean. Op. cit. p. 36.

<sup>224</sup> Algumas dessas criações podem ser encontradas listadas em Amélia Império Hamburguer e Maria Amélia M. Dantes. A ciência, os Intercâmbios e a História da Ciência: Reflexões sobre a atividade científica no Brasil. Apud. Amélia Império Hamburguer et al. (orgs.). Op. cit. p. 20.

da organização científica na França, para adaptá-las à realidade brasileira<sup>225</sup>. Vários especialistas europeus, alguns renomados, foram no Brasil aproveitados, ou mesmo trazidos pelo Imperador para projetos específicos, como Louis Agassiz, que chefiou estudos de geologia, Emanuel Liais e Louis Cruls que dirigiram o Observatório Imperial, Henry Gorceix, que dirigiu a Escola de Minas de Ouro Preto, Auguste Daubrée, Diretor da Escola de Minas de Paris e Arthur Morin, Diretor do Conservatoire National des Arts et Métiers<sup>226</sup>.

Segundo Isidoro Alves<sup>227</sup>, a Coroa, em 1870, teria iniciado um novo modelo de educação que denominou “modelo politécnico”, caracterizado pela competência técnica e científica que se oporia à predominância do bacharelismo, um modelo que, a seu juízo, perduraria até 1930.

No entanto, divergindo da idéia de “modelo politécnico” desenvolvida por Alves, que sugere uma homogeneidade de modelo para desenvolvimento científico entre 1870 e 1930, consideramos que tal período é perpassado por diferenças, que desautorizariam a idéia de um modelo para o corte cronológico proposto.<sup>228</sup> Entende-se ainda que o corpo técnico-científico que a Coroa fomentava não visava constituir uma oposição à tradição bacharelista brasileira, a qual o Imperador continuava cultivando, do que dão nota suas escolhas políticas para cargos-chaves do Estado brasileiro, como o Senado e o Conselho de Estado. De fato, é a Coroa através de suas ações quem inicia e fomenta o desenvolvimento do campo técnico<sup>229</sup> no Brasil. Todavia, tal campo ainda se apresentaria incipiente no Brasil imperial, vindo somente a constituir-se no período da República Velha, quando uma série de mudanças na estrutura política brasileira permitiram ao Clube de Engenharia organizar a

<sup>225</sup> Cf. Patrick Petitjean. Op. cit. p. 36.

<sup>226</sup> Sobre estes indivíduos e sua atuação científica no Brasil, recomendamos a leitura de José Murilo de Carvalho. *A Escola de Minas de Ouro Preto. O peso da Glória*. São Paulo: Editora Nacioanal, 1978; Fernando Azevedo. Op. cit. e Amélia Império Hamburguer et al. Op. cit.

<sup>227</sup> Isidoro Maria S. Alves. *Modelo Politécnico, Produção de Saberes e a Formação do Campo Científico*. Apud. Amélia Império Hamburguer et al. Op. cit. 65-75.

<sup>228</sup> Algumas das diferenças entre o período das duas últimas décadas do Segundo Reinado e o da República Velha são consideradas por Patrick Petitjean. Op. cit. 25-39.

constituição do campo, o que fizeram ordenando os interesses dos engenheiros que atuavam no ramo empresarial e moldando uma nova relação destes com o Estado republicano.

Expressão desta constituição ainda informe do campo técnico no Brasil imperial é a própria idéia de progresso nele existente que, como se ressaltou, ainda não se encontrava autonomizada da idéia de civilização e de toda a carga humanista que esta portava. Em virtude do seu incipiente nível de desenvolvimento e especialização, a técnica não se separava da erudição, sendo esta percebida pelos engenheiros como parte fundamental da educação técnica do homem civilizado. A forte vinculação entre técnica e cultura humanista no Segundo Reinado pode ser percebida na própria estrutura da Escola Politécnica, como se constata em uma das narrativas de Pedro Telles sobre a História da engenharia no Brasil:

Quem hoje analisar esses programas não pode deixar de se impressionar com a extensão e diversidade das matérias incluídas nas cadeiras principais dos 2 últimos anos, sobretudo no programa de 1863, que era uma conseqüência do pequeno número de cadeiras, e que exigia professores com conhecimentos enciclopédicos.<sup>230</sup>

É interessante também notar que o Latim, disciplina icônica do mundo da erudição e das humanidades, era a disciplina do teste de admissão que definia quem ocuparia os primeiros lugares na sala de aula, uma posição de destaque, reveladora da hierarquia de conhecimento, entre os estudantes de engenharia. Assim, nesta época, a demonstração de um alto nível de erudição humanística constituía-se fator de escalonamento entre os futuros representantes da técnica no Rio de Janeiro.

Em 1874, um fato expressou a importância que a Coroa vinha atribuindo ao desenvolvimento do progresso técnico. A Escola Central, criada no ano de 1858 em substituição à Academia Real Militar com o intuito de desvincular o ensino da engenharia da educação militar<sup>231</sup>, embora ainda sob a

---

<sup>229</sup> O desenvolvimento do campo técnico se configura de todo quando o mercado de trabalho na área tecnológica de um país ou região vê-se preenchido fundamentalmente por profissionais nacionais de engenharia que se encontram organizados enquanto categoria profissional.

<sup>230</sup> Pedro Telles. op. cit. p. 110.

<sup>231</sup> É importante ressaltar que em 1858, embora o ensino da engenharia tenha se desvinculado da educação militar, a "escola de engenharia" continuava sob a administração do Ministério da Guerra.

administração do Ministério da Guerra, foi renomeada como Escola Politécnica, em uma clara inspiração na *École Polytechnique* francesa. A nova escola de engenharia marcou a retirada do ensino da engenharia da administração militar, transferindo-a do Ministério da Guerra ao Ministério do Império, o que dá nota do interesse da Coroa no desenvolvimento da ciência e da técnica. A Escola Politécnica oferecia então os cursos de Ciências Físicas e Naturais; Ciências Físicas e Matemáticas; Engenharia Geográfica; Engenharia Civil; Engenharia de Minas e Artes e Manufaturas<sup>232</sup>.

Todavia, o intuito de promoção do progresso técnico-científico da Coroa continuava subsumido ao ideal civilizador característico do Segundo Reinado. Dentro desta perspectiva, o cidadão convidado para ser o primeiro diretor da nova escola foi o então Barão de Rio Branco, homem público, notadamente erudito no campo das humanidades, que gozava da confiança do Imperador. Ao assumir o cargo, Rio Branco não tardou em introduzir na escola uma cadeira de humanidades na qual ele próprio lecionava: Economia Política e Direito Administrativo<sup>233</sup>.

A biblioteca da escola possuía 7.000 volumes, sendo alguns verdadeiras obras-primas da história do pensamento científico que atestam o intuito de continuidade da monarquia brasileira para com a civilização Ocidental. Entre eles, destacam-se:

- Vitruvius (arquiteto romano do século I A.C. ) - *Dell'Architettura*. Veneza, 1629.
- René Descartes - *La Géométrie*. Paris, 1664.
- Isaac Newton - *Philosophiae Naturalis Principia Mathematica*. Genebra, 1739.
- Antoine Laurent de Lavoisier - *Traité Élémentaire de Chimie*. Paris, 1789.
- Jean Lerrond D'Alembert. *Trayté de Dynamique*. Paris, 1796.<sup>234</sup>

---

<sup>232</sup> Pedro Telles. Op. cit. p. 467.

<sup>233</sup> Pedro Telles. Op. cit. p. 474.

<sup>234</sup> Pedro Telles. Op. cit. p. 473.

Era clara a ligação da esfera técnica no Brasil com as humanidades, com o prestígio social que a erudição humanista provia aos que pleiteavam um lugar de destaque na sociedade<sup>235</sup>. A tradição de uma educação humanista baseada na metafísica e na retórica que os jesuítas inseriram no Brasil deixava suas marcas<sup>236</sup>. A sociedade brasileira tinha dificuldade em desenvolver um ensino técnico autônomo à tradição humanista de sua educação e a mesma dificuldade em pensar o progresso técnico e material desvinculado da idéia de civilização. Esta idéia, como mencionamos, era importante na tradição da monarquia, constituindo elemento fundamental de sua legitimação política.

Entretanto, dadas as fissuras entre o povo, a monarquia brasileira não podia mais se legitimar apenas por elementos da tradição. A Coroa percebia que era necessário buscar elementos no que era moderno, no novo. Além de manter a sua legitimação pelo passado, a Coroa buscava então legitimar-se pelo presente e pelo futuro.

Assim, tendo em vista que o antigo continente sempre fora o paradigma de civilização da monarquia brasileira, as modificações em curso nos seus principais países teriam impacto sobre a sociedade do Brasil Imperial.

A nova realidade econômica mundial encetada pela Segunda Revolução Industrial e pela crise econômica de 1873 fez-se sentir no Rio de Janeiro. O movimento de exportação de capitais, por parte dos países industrializados europeus, reforçava a tradição agroexportadora brasileira, ao mesmo tempo em que desenvolvia o setor de serviços da cidade<sup>237</sup>, dotando-a de novos equipamentos e infra-estrutura urbana. Os investimentos de países europeus na capital avolumaram-se de forma ímpar na história da cidade, ao

---

<sup>235</sup> Ver: Fernando Azevedo. Op. cit. p. 572; Jeffrey Nedeel. Belle Époque Tropical. Sociedade e Cultura de Elite no Rio de Janeiro na Virada do Século. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 1993. p.74-86 e Frédéric Mauro. O Brasil no Tempo de D. Pedro II. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 186.

<sup>236</sup> Cf. Fernando Azevedo. Op. cit. p. 571.

<sup>237</sup> No período das duas últimas décadas da monarquia uma série de investimentos de infra-estrutura urbana foram realizados na cidade, sobretudo pelo capital estrangeiro que para cá afluía no contexto do imperialismo. Foram desta época investimentos na iluminação – com a introdução da iluminação elétrica -, em transportes e mesmo no provimento de água, um problema crônico da cidade. Para um melhor quadro destes investimentos na infra-estrutura urbana nestas duas décadas, ver: Francisco Noronha Santos. Meios de Transporte no Rio de Janeiro. vol. 1. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio, 1934; Maurício de Abreu. Op. cit. e Osvaldo Porto Rocha. Op. cit. O primeiro capítulo desta última consiste basicamente em um resumo a obra de Santos, como indicou o próprio autor. Ver Osvaldo Porto Rocha. Op. cit. p. 39.

mesmo tempo que o Estado assumia diretamente alguns novos serviços e abria um período marcado por concessões de obras à iniciativa privada nacional. A instalação de serviços urbanos como os de iluminação e de carris redimensionavam a percepção e a imagem da cidade para os seus usuários<sup>238</sup>.

A sensação de viver em uma cidade que se modernizava constantemente, conectando-se com as novidades da técnica vindas do Velho Continente fazia-se sentir na sociedade carioca. A maior presença de serviços e produtos europeus no Rio de Janeiro estimulou a demanda por tecnologia e produtos industrializados, fomentando uma maior preocupação com o que era considerado moderno. A familiaridade com os objetos de consumo europeus, entre eles os culturais, era cada vez maior, estimulando a busca de aparência, hábitos e códigos sociais que eram vistos como “sofisticados”<sup>239</sup>. Com efeito, durante o Segundo Reinado a cidade viu crescer não somente a sua infraestrutura e população, como também a efervescência da sua vida social e cultural. Foi a época dos salões eruditos e das rodas de literatos das novas confeitaria cariocas, das palestras e discussões públicas sobre temas científicos e artísticos, da inauguração de novos teatros, além de marcar o período de maior intensidade e tolerância na vida política da cidade. A vida social e de entretenimento também se expandiam, foi nesta época que surgiram *clubs* como o Cassino Fluminense e o Jockey, dinamizadores das noites e chás de uma elite que gradualmente ia afirmando os seus códigos de auto-reconhecimento na capital.

Sem dúvida, os novos serviços e produtos urbanos vindos do Velho Continente também estimularam o desenvolvimento da idéia de progresso técnico e material no Rio de Janeiro, não obstante a sociedade carioca ainda não a ter como valor fundamental, posto que esta encontrava limites nas próprias condições materiais brasileiras, marcadas pela economia escravista. A maior relevância e o prestígio social da idéia de progresso técnico e material são funções de uma economia capitalista, na qual o avanço das cidades, o aumento da divisão e da especialização no trabalho e o crescimento da

---

<sup>238</sup> Sobre a relação entre as intervenções urbanas e a mudança de percepção da cidade, ver: Lucrécia D’Aléssio Ferrara. Op. cit.

<sup>239</sup> Alguns desses códigos sociais que identificavam um indivíduo como membro da elite da cidade são apresentados por Jeffrey Needel. Op. cit. p. 106-208.

sociedade de consumo propiciam a autonomização da idéia de progresso em relação a outras idéias com as quais poderia manter uma relação de subordinação.

## 2.8

### O Desenvolvimento dos Conceitos de Progresso e de Civilização na Década de 70 do Século XIX

Na 7ª edição do dicionário Moraes, de 1877, o termo **progresso** aparece com a mesma explicação, já exposta, da 6ª edição desse dicionário, em 1858<sup>240</sup>. Disto pode-se depreender que esta 7ª edição, de 1877, ainda não havia captado as mudanças que começavam a operar-se na idéia de progresso a partir de 1870 no Brasil. Lucien Febvre lembra que é comum as palavras registrarem de forma lenta as mudanças em curso no campo das idéias. Nas palavras do historiador francês: “*Únicas [as palavras], permitem seguir e medir com uma exatidão um pouco lenta ( a linguagem não é um aparelho registrador muito rápido) as transformações de um grupo dessas idéias mestras que o homem se compraz em crer imóveis, porque sua imobilidade parece garantir a sua segurança*”<sup>241</sup>.

Todavia, a 7ª edição do Dicionário Moraes apresenta novos significados para alguns verbetes relacionados à idéia de progresso, como é o caso do termo **desenvolvimento**, que ganha uma conotação distinta daquela presente da 6ª edição de 1858. Vejamos como este verbete figura na 7ª edição: “*Aperfeiçoamento, aumento: desenvolvimento da civilização. Cultura intelectual; progresso nas letras, artes, indústrias, comércio etc.*”<sup>242</sup>

---

<sup>240</sup> Antônio Moraes Silva. Dicionário da língua portuguesa. 7ª edição. Lisboa: Empreza litteraria Fluminense, 1877. Verbetes progresso.

<sup>241</sup> Lucien Febvre Op. cit. p. 1.

<sup>242</sup> Ver: Silva. 1877. Op. cit.. Verbetes desenvolvimento.

A palavra não figura mais com o significado de simples desdobramento ou descobrimento de um objeto, além de não mais aparecer com a conotação de processo da natureza, como na edição de 1858<sup>243</sup>. No entanto, o que mais chama a atenção no texto explicativo do verbete é a idéia de aperfeiçoamento fazendo menção à "civilização", ou seja, um dos significados de "desenvolvimento", uma idéia correlata à de progresso, é a de aperfeiçoamento da civilização. Ainda, o vocábulo aparece com o significado de *cultura intelectual e progresso nas letras, artes, indústrias, comércio etc.*, o que dá nota da associação da idéia de progresso não apenas com o avanço econômico e técnico, mas também com o desenvolvimento intelectual, cultural e artístico. Ao observar o verbete "civilização" na edição de 1877 do Dicionário Moraes conclui-se - em um cotejo com o texto explicativo do verbete "desenvolvimento" desta mesma edição – que, no Brasil Império, a idéia de progresso encontra-se em consubstancialidade com a de civilização, ou seja, no Brasil das últimas décadas do Segundo Reinado, buscar o progresso significou buscar o desenvolvimento da civilização. Observe como figura a palavra **civilização** no texto explicativo de seu verbete, na edição de 1877: “*O ato de civilizar. O estado do povo civilizado. O adiantamento, o progresso, o desenvolvimento do estado social, que se manifesta na perfeição das leis, na brandura dos costumes, nas grandes obras materiais, e na cultura intelectual, representada nas ciências, nas letras e nas artes*”<sup>244</sup>.

Nota-se que a própria palavra "civilização", que é entendida como um estado ou como uma ação, aparece significando progresso quando designa este último. Esta ligação entre "progresso" e "civilização" deverá se traduzir em uma sociedade na qual prevalece um maior nível de igualdade social (“*desenvolvimento do estado social*”), a lei (“*perfeição das leis*”), a polidez (“*brandura dos costumes*”), o desenvolvimento material-técnico, (“*grandes obras materiais*”), da cultura (“*cultura intelectual*”, “*nas letras*”), da ciência (“*representada nas ciências*”) e da arte (“*e nas artes*”). Isto era o que se entendia por "civilização" que, nas últimas décadas do Brasil Império, significava "progresso". Um significado sensivelmente ampliado em

<sup>243</sup> Ver: Silva. 1858. Op. cit.. Verbetes desenvolvimento.

<sup>244</sup> Ver: Silva. 1877. Op. cit.. Verbetes civilização.

comparação com aquele somente ligado à polidez, ao respeito a lei e à instrução, que figuram nas edições de 1844 e 1858 do Dicionário Moraes.

Outro termo correlato à idéia de progresso que se repete como verbete na edição do dicionário Moraes de 1877, com um significado distinto daquele presente na edição de 1858, é **evolução**. No verbete deste dicionário ela aparece como:

“O desenvolvimento de um órgão até a sua completa formação. Evolução histórica ou simplesmente evolução; desenvolvimento e aperfeiçoamento progressivo das sociedades e sua civilização numa ordem determinada. Evolução orgânica; sistema fisiológico, cujos partidários supõem que o novo ser que resulta do ato da geração que preexistia a esse ato. Evolução política-social; desenvolvimento progressivo no espírito público de idéias políticas, ou sociais, de modo a conseguir o seu triunfo sem a violência das revoluções”<sup>245</sup>.

A palavra "evolução" foi utilizada no século XIX como sinônimo de "progresso" e "desenvolvimento". A 7ª edição, de 1877, passou a expressar este sentido moderno da palavra, divulgada através de *A origem das espécies*, de Darwin, obra que fora publicada em 1859<sup>246</sup>. Anteriormente, o sentido do termo "evolução" restringia-se apenas a evoluções militares, ou seja, a manobras e deslocamentos realizados pelas tropas.

Nesta edição, expressando a influência das contribuições de Charles Darwin, o termo adquire uma forte conotação biológica, de natureza organicista, uma conotação que, na 6ª edição do dicionário Moraes, de 1858, cabia apenas ao termo "desenvolvimento". A palavra passa a ter também uma significação historicista<sup>247</sup>, de desenvolvimento, progresso da História e, em consequência, das sociedades e suas estruturas políticas, mas sempre de forma gradual, sem os sobressaltos típicos de um processo revolucionário, fenômeno que não corresponderia ao campo semântico da palavra.

<sup>245</sup> Ver: Silva. 1877. Op. cit.. Verbetes evolução.

<sup>246</sup> Por isso o sentido moderno desta palavra não figurou na 6ª edição do dicionário Moraes, que foi publicada em 1858.

<sup>247</sup> Entendo por historicismo todo tipo de reflexão intelectual que confere um movimento, um sentido à História.

"Evolução" marcaria um processo paulatino de aperfeiçoamento progressivo, mas com uma conotação mais organicista, como algo que já existe em potência, e que vai desabrochando gradualmente até explorar todas as potencialidades contidas naquele organismo, a fim de traduzir-se em um ato que é informado sob as influências do meio.

"Evolução" também encontra-se associada à palavra "civilização", mencionada no texto explicativo do verbete que deixa perceber que o sentido da evolução social e política é o desenvolvimento da civilização.

Assim, conclui-se que todas as palavras que se encontram no campo semântico que designa a idéia de um movimento adiante, que traz em si uma melhoria continuada, como as de "progresso", "desenvolvimento" e "evolução" supõem, nas duas últimas décadas do Segundo Reinado, a idéia de aperfeiçoamento da civilização como a sua finalidade principal e última.

## 2.9

### **As Idéias de Progresso e Civilização nos Discursos da Elite Política Brasileira**

O termo "progresso", tal como concebido pelo Imperador e pela elite política formada no bacharelismo brasileiro,<sup>248</sup> ainda não se tornara autônomo à idéia de civilização, aparecendo, portanto, a esta estreitamente vinculado. Com efeito, a palavra "progresso" foi utilizada abrangendo o campo de significações pertinente à idéia de civilização, à qual estavam ligados as dimensões moral, comportamental, cultural, estética, político-social e material. Esta subsunção da idéia de progresso às significações próprias do termo 'civilização' pode ser percebida tanto nos discursos da elite política brasileira como nos pronunciamentos do Imperador, nos quais a palavra "progresso" é utilizada para além do significado de desenvolvimento material. É como se pode observar no discurso do Deputado Teixeira da Rocha a propósito da

---

<sup>248</sup> Sobre o bacharelismo, ver: Sérgio Buarque de Holanda. Raízes do Brasil. Op. cit .

reforma do ensino superior, no qual defende a liberação da presença dos alunos nas aulas regulares.

“Consta-me na reforma que se projeta do ensino superior do país, não há determinação de número certo e prefixo de anos para os tirocíneos escolares; porém sim de número certo de matérias. Será um grande passo nas vias do progresso: bem vinda seja a salutar inovação”<sup>249</sup>.

No discurso de Rocha, a palavra "progresso" figura como desenvolvimento da educação, da formação de pessoal, um elemento fundamental da idéia de civilização.

Da mesma forma, ela aparece aplicada pelo Imperador, somente mudando a alusão ao tipo de educação, de superior à básica. Vejamos: “*A instrução pública em geral e a profissional, acomodada às atuais circunstâncias, exigem providências de que muito exige o nosso progresso*”<sup>250</sup>.

A palavra é referida não somente à instrução, sendo também utilizada quando designando um avanço que se consideraria moral. Quando alude a Lei da Abolição da Escravidão no Brasil, o Imperador classifica-a como um “progresso”, fazendo referência ao avanço moral que esta encetaria na sociedade brasileira. Como se vê no trecho abaixo:

“Podemos desvanecer-nos do modo pacífico por que se opera a transformação do trabalho em virtude da lei de 13 de maio, cuja decretação tanto me consolou das saudades da pátria, minorando os Meus sofrimentos físicos. O Brasil deu por este ato novo testemunho de sua idoneidade para todos os progressos morais”<sup>251</sup>.

De forma distinta, quando tencionava fazer referência ao processo de desenvolvimento material, o termo usado não era "progresso", mas sim "prosperidade", o que dá nota do significado da palavra para elite política formada no bacharelismo brasileiro. É como aparece nos discursos do

<sup>249</sup> Annaes do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Srs. deputados. Sessão Extraordinária de 1875. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Cia., 1875. p. 225.

<sup>250</sup> Ver: Fala do Trono. Annaes do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Srs. Deputados. Terceira sessão da vigésima legislatura. Sexta e sétima prorogações e apêndice. De 1 a 20 de novembro de 1888. Vol 7. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888. p. 4.

<sup>251</sup> Ibidem. p. 3.

Conselheiro Manuel Pinto de Souza Dantas, quando aborda a questão tributária:

“Todos compreendem que se não é fácil a criação ou o aumento de impostos ainda nas épocas de prosperidade ou de maior produção e riqueza, muito difícil se torna quando as condições de um país não são prósperas e folgadas, para não dizer embaraçosas ou críticas”<sup>252</sup>.

Ou ainda:

“A tarefa seria menos difícil, se não me corresse a obrigação de aditar à exposição dos trabalhos do tesouro algumas considerações, com o intuito de chamar vossa atenção para o estado econômico do país, que, segundo penso, não pode ser considerado próspero”<sup>253</sup>.

Da mesma forma, na Fala do Trono, por ocasião da abertura extraordinária da Assembléia Geral em 1875, o Imperador utiliza a palavra "prosperidade", quando intenciona aludir ao desenvolvimento material do país: *“É sempre animado de ardente fé na proteção do todo poderoso, e com a maior confiança em vossa ilustrada dedicação, que espero o concurso da Assembléia Geral para continuarmos a promover a **prosperidade** de nossa pátria”*<sup>254</sup>.

Ainda, quando o Imperador faz referência ao impulso de crescimento econômico que o Brasil conta por força de suas riquezas naturais: *“Ao vosso patriotismo nos trabalhos desta sessão corresponderá durante o intervalo legislativo, assim o espero, vosso benéfico impulso para que ainda mais frutifiquem em nossa pátria os poderosos elementos de **prosperidade** que*

<sup>252</sup> Discurso do Conselheiro de Estado Manuel Pinto de Souza Dantas. Ata da sessão de 28 de abril de 1883. José Honório Rodrigues (org.). Atas do Conselho de Estado. Vol. XI. Terceiro Conselho de Estado, 1880-1884. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1978. p. 201.

<sup>253</sup> *Ibidem*. p. 209.

<sup>254</sup> Fala do Trono na Sessão Imperial de Abertura Extraordinária da Assembléia Geral em 16 de março de 1875. Annaes do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Srs. Deputados. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Cia., 1875. p. 7.

*nos foram dados por Deus*”<sup>255</sup>. E quando se refere às condições materiais do país: “*A Situação interna é próspera em geral, gozamos de tranqüilidade*”<sup>256</sup>.

Também, era comum no Império que a elite política brasileira, ao aludir o ideal de desenvolvimento material, o fizesse percebendo-o como parte do avanço da civilização e não somente como uma finalidade *per se*. Mais do que proporcionadora de enriquecimento, a prosperidade colaboraria no processo de melhoria política, social e cultural. É o que se pode notar no discurso do Deputado Andrade Figueira, a propósito da expansão das linhas férreas para o interior:

“Não eram unicamente as vantagens econômicas, por demais manifestas, que deviam inspirar o governo do país nesta preferência, mas sobretudo as vantagens morais e civilizadoras de atrair e condensar aos pontos próximos as populações esparramadas no interior, meio de tornar efetivas as garantias sociais e legais e possíveis as reformas pelas quais tanto se clama”<sup>257</sup>.

A civilização também era percebida como um processo, um movimento lento e gradual rumo ao aperfeiçoamento do sistema político. O desenvolvimento da civilização em âmbito político deveria ser traduzido em leis que, por sua vez, seriam facilitadoras do aperfeiçoamento da civilização. Segundo o Conselheiro Visconde de Jaguarí, em resposta à solicitação do Imperador ao Conselho de Estado quanto a reforma do sistema eleitoral:

“O censo exigível para que o cidadão possa ser considerado eleitor, realizada a reforma do sistema eleitoral pelo voto direto, basta que seja o primitivo estabelecido pela constituição pelo artigo noventa e dois no parágrafo quinto para o votante nas assembleias primárias de paróquia, isto é, cem mil réis de renda líquida anual, desaparecendo a distinção feita entre o votante daquelas assembleias e o eleitor; distinção hoje desnecessária, atento ao progresso da civilização e outras

<sup>255</sup> Fala do Trono. Annaes do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Srs. Deputados. Terceira sessão da vigésima legislatura. Sexta e sétima prorrogações e apêndice. De 1 a 20 de novembro de 1888. Vol 7. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888. p. 4.

<sup>256</sup> Fala do Trono. Annaes do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Srs. Deputados. Quarta sessão da vigésima legislatura. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. p. 4.

<sup>257</sup> Ver: discurso do Deputado Andrade Figueira na sessão de 7 de julho. Annaes do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Srs. Deputados. Terceiro anno da décima quarta legislatura. Sessão de 1871. Tomo 5. Apêndice. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Cia., 1871. p. 49.

circunstâncias, que têm facilitado a intervenção do cidadão na escolha dos seus representantes”<sup>258</sup>.

A visão gradualista do desenvolvimento da civilização brasileira era dominante na elite política nacional. Mesmo os setores vinculados à monarquia mais empenhados na modificação da estrutura política do Império buscavam operar as reformas com a preocupação explícita de não afetar o equilíbrio político das instituições com medidas que pudessem causar sobressaltos em grupos politicamente relevantes no cenário nacional. Isto pode ser percebido no discurso do Presidente do Conselho dos Ministros, Visconde de Ouro Preto, empenhado, nos últimos meses do Império, em cumprir um programa de reformas, mas com a nítida preocupação de não melindrar grupos políticos vinculados ao partido conservador. Segundo Ouro Preto, que especulava sobre a possibilidade de dissolver a Câmara de maioria conservadora:

“Não dissolver a Câmara, na qual tem grande maioria o partido conservador, cuja divisão intestina foi confessada, seria abandonar a política reformista que se inaugurou.

Mais isso importaria passo grave e quiçá perigoso ante as irrecusáveis manifestações da opinião nacional em prol das alterações do nosso regime político e administrativo, que expus a Vossa Magestade, quando se dignou ouvir-me antes de cometer-me a penosíssima tarefa de uma organização ministerial.

A nação, Senhor, está trabalhada por um largo espírito reformador; derivado exatamente do progresso da civilização brasileira, exigindo a adoção de medidas que não se amoldariam à índole do partido conservador, sob pena de desvirtuar-se a missão deste partido em detrimento do equilíbrio e manejo regular do regime constitucional representativo”<sup>259</sup>.

O gradualismo reformista seria a tônica do *progresso e desenvolvimento da civilização brasileira*. Tal progresso e desenvolvimento da civilização seriam ainda o fator possibilitador do reformismo, o que revela,

<sup>258</sup> Discurso do Conselheiro de Estado Visconde de Jaguarí. Ata da sessão de 7 de novembro de 1878. José Honório Rodrigues (org.). Atas do Conselho de Estado. Vol. X. Terceiro Conselho de Estado, 1875-1880. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1978. p. 143.

<sup>259</sup> Discurso do Conselheiro de Estado Visconde de Ouro Preto na abertura da sessão de 15 de junho de 1889. Ata da sessão de 15 de junho de 1889. José Honório Rodrigues (org.). Atas do Conselho de Estado. Vol. XII. Terceiro Conselho de Estado, 1884-1889. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1978. p. 240-241.

como já se demonstrou através da análise lexicográfica, a percepção da idéia de ordem e vigência da lei como um dos fundamentos da idéia de civilização. Pois somente seria possível reformar a estrutura política do país por ter-se anteriormente a construído com base em uma ordem política capaz de absorver os conflitos. Do contrário, retornar-se-ia aos golpes e tentativas de revolução, práticas política percebidas como estranhas ao que se concebia como civilização brasileira.

Por outro lado, um sistema político que seria considerado ineficiente ou inadequado comprometeria uma dada civilização, sendo, portanto, a sua reforma uma condição do aperfeiçoamento desta. Segundo o Conselheiro Paulino José Soares de Sousa, que considerava questões relativas à reforma eleitoral:

“Fui dos que promoveram entre nós a eleição direta e fiz quanto pude para torná-la aceita na opinião, desejo vê-la decretada nas convenientes cláusulas censitórias como um dos meios de obviar à perversão dos atuais costumes políticos. Reputo urgente essa reforma e quando não dê ela o desejado efeito, pugnaria por outras medidas tendentes a remediar um estado de coisas, que desabona a nossa educação política e chega mesmo a depor contra a civilização do Brasil”<sup>260</sup>.

Desta maneira, o fundamento do que se entendia por civilização brasileira em nível político é um tipo de organização política baseada na idéia de ordem, de império da lei e de instituições que sejam capazes de absorver os conflitos presentes no seio das elites brasileiras e, ao mesmo tempo, afastar as possíveis disrupções sociais provenientes seja da plebe, ou das camadas médias urbanas.

Além do aspecto político, as idéias de civilização e progresso também abrangiam o campo social. Uma sociedade, para ser considerada civilizada, deveria encontrar-se em uma situação na qual as diferenças sociais não fossem por demais acentuadas e onde os que nela habitassem possuissem um mínimo de dignidade e proteção do Estado.

No Brasil, a questão social avultava com a problemática da escravidão. Joaquim Nabuco foi o homem público que mais se debruçou

---

<sup>260</sup> Discurso do Conselheiro de Estado Paulino José Soares de Sousa. Ata da sessão de 28 de fevereiro de 1880. José Honório Rodrigues (org.). Atas do Conselho de Estado. Vol. X. Terceiro Conselho de Estado, 1875-1880. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1978. p. 213.

sobre esta contradição da sociedade brasileira, denunciando com veemência a sua inadequação política, econômica, moral e social para uma sociedade que se pretendia “civilizada”. Segundo Nabuco:

“É, com efeito, difícil hoje a um liberal ou conservador, convencido dos princípios cardeais do desenvolvimento social moderno e do direito inato – no estado de civilização – de cada homem a sua liberdade pessoal, e deve sê-lo muito mais para um republicano, fazer parte homogênea de organizações em cujo credo a mesma natureza humana pode servir para a base da democracia e da escravidão, conferir a um indivíduo, ao mesmo tempo o direito de tomar parte no governo do país e o de manter outros indivíduos – porque os comprou ou os herdou – em abjeta subserviência forçada, durante toda a vida. Conservadores constitucionais; Liberais, que se indignam contra o governo pessoal; Republicanos, que consideram degradante o governo monárquico da Inglaterra e da Bélgica; exercitando dentro das porteiras da sua fazenda, sobre centenas de entes rebaixados de sua dignidade de pessoa, poder maior que o de um chefe africano nos seus domínios, sem nenhuma lei escrita que o regule, nenhuma opinião que o fiscalize, discricionário, suspeito, irresponsável (...)”<sup>261</sup>.

E, ainda, denunciando a escandalosa contradição entre a vigência da instituição escravidão e o caráter “civilizado” do Brasil, mesmo após a aprovação da Lei do Ventre Livre:

“Foi somente oito anos depois, que essa apatia começou a ser modificada e se levantou uma terceira oposição a escravidão; dessa vez, não contra os seus interesses de expansão, como era o tráfico, ou as suas esperanças, como a fecundidade da mulher escrava, mas diretamente contra as suas posses, contra a legalidade e a legitimidade dos seus direitos, contra o escândalo de sua existência em um país civilizado e a sua perspectiva de embrutecer o ingênuo na mesma senzala onde embrutecera o escravo”<sup>262</sup>.

Diante desta constatação, Nabuco defendeu a imigração como remédio às seqüelas políticas e sociais que previa que a escravidão deixaria ao Brasil<sup>263</sup>. A seu juízo, somente assim, o Brasil poderia minorar aquilo a que se

---

<sup>261</sup> Joaquim Nabuco. Op. Cit. p. 12-13.

<sup>262</sup> Ibidem. p. 5.

<sup>263</sup> Ibidem. p. 7 e 201.

referira como “mancha de Caím”<sup>264</sup>, uma pecha no processo de afirmação de uma civilização brasileira.

Portanto, no entender de Nabuco, a escravidão seria um entrave ao desenvolvimento da civilização, sendo, conseqüentemente, uma barreira ao “progresso”, palavra que o intelectual pernambucano utiliza em *O Abolicionismo* com o sentido de desenvolvimento das idéias, do pensamento: “A escravidão, como é incompatível com a imigração espontânea, também não consente o fluxo das idéias novas. Incapaz de invenção, ela é, igualmente, refratária ao progresso”<sup>265</sup>. A palavra também aparece na pena de Nabuco com o sentido de avanço no campo dos valores sociais: “Os abolicionistas, animando os escravos a confiarem nos progressos da moralidade social, não lhes incutem uma esperança positiva, definida a prazo certo, de cujo naufrágio possa resultar o desespero que se receia; (...)”<sup>266</sup>.

Enfim, para o publicista da abolição, civilização significava antes de mais nada uma ordem política baseada em homens livres, cidadãos com liberdade de reflexão, expressão, organização e ação, igualdade perante a lei e um mínimo de dignidade social, como preconizava o paradigma de nação civilizada no qual se inspirava: a Inglaterra com a sua monarquia liberal.

## 2.10

### **A Cidade do Rio de Janeiro como espaço de experiência do Progresso**

A idéia de progresso técnico da monarquia não se manifestava apenas na sua escola de engenharia. Outros empreendimentos imperiais nos dizem muito sobre a relação íntima entre civilização e progresso. Um deles são as exposições da indústria e inventiva nacional. Seguindo as exposições

---

<sup>264</sup> Ibidem. p. 1.

<sup>265</sup> Ibidem. p. 169.

universais dos países europeus, o império brasileiro promoveu ao longo do Oitocentos uma série de eventos preparatórios às exposições do Velho Continente.

Estes autênticos festivais do progresso técnico procuravam educar o povo brasileiro para as novidades da tecnologia, afigurando-se, portanto, em verdadeira pedagogia do progresso. Ao mesmo tempo, intentavam provar para o restante do mundo que o Brasil também se enquadrava no “movimento do progresso” proposto pelos países europeus.

Além de prova do adiantamento nacional para o exterior e pedagogia do progresso para o brasileiro, as exposições apontavam para o futuro, indicando-nos que o Império percebia com clareza o sentido do desenvolvimento das forças produtivas, apesar de encontrar-se limitado pelos poucos recursos disponíveis e pela situação contraditória em que a indústria encontrava-se a época com a agricultura<sup>267</sup> - base econômica do país e dos principais segmentos políticos que davam sustentação à Coroa. Não obstante as exposições mostrarem que a monarquia brasileira estava atenta aos rumos que a economia mundial seguia, a Coroa sabia, dadas as condições sociais e econômicas específicas do país<sup>268</sup>, que estaria longe dos principais fatores do progresso técnico e econômico da época.

As exposições nacionais funcionavam também como preparação às exposições universais, que foram realizadas nas décadas de 60, 70 e 80 em Londres, Viena e Paris, respectivamente.<sup>269</sup> Afinal, o Brasil não poderia ficar para trás diante da torrente do “progresso internacional”.

(...) a cidade do Rio de Janeiro abriga e promove, a partir de 1861, as exposições nacionais, entendidas como verdadeiras sínteses do progresso do país, ao mesmo tempo que se constituirão em certames de cujo resultado dependerá a participação do Brasil nas grandiosas exposições universais.<sup>270</sup>

---

<sup>266</sup> *Ibidem.* p. 40.

<sup>267</sup> Ver o debate entre os setores industriais e agrícolas no Brasil em: Nícia Luz Vilela. *A luta pela industrialização no Brasil*. São Paulo: Alfa-ômega, 1975.

<sup>268</sup> Dentre estas condições sócio-econômicas sobressai o problema da escravidão.

<sup>269</sup> Cf. Margarida Neves. *As vitrines do progresso*. Op. cit. p. 18.

<sup>270</sup> *Ibidem.*

Além das “exposições universais brasileiras”, o Império encetou na segunda metade do Oitocentos, uma série de obras de caráter infra-estrutural com vistas ao progresso brasileiro. Empreendeu o telégrafo, as construções de estrutura metálica com utilização do ferro fundido, obras de modernização do porto do Rio de Janeiro, incrementação da indústria naval, medições cartográficas, explorações geológicas etc.<sup>271</sup>. Com efeito, nenhuma destas empresas celebrizou-se tanto como símbolo do progresso imperial quanto as estradas de ferro.

Após a primeira estrada de ferro, em 1852, que ligava o Rio de Janeiro com a Raiz da Serra de Petrópolis, seguiram-se várias estradas, como a do Recife ao Cabo, a D. Pedro II, a Cantagalo, a estrada de ferro da Bahia ao S. Francisco etc. A rede ferroviária foi a principal empresa simbólica do progresso a época, era o elemento marcante do imaginário<sup>272</sup> do desenvolvimento técnico no Brasil. Neste período, a Europa e os Estados Unidos construía uma série de ferrovias ficando célebre a Atlântico-Pacífico, obra que realizava o sonho yankee de ligar as duas costas do continente norte-americano.

Em contraste com a admiração e saudação das ações que apontavam para o progresso técnico e pelas ações de uma elite urbana, que se esforçava para desenvolver hábitos que entendiam como civilizados, aparecia uma outra faceta do Rio de Janeiro, um pesadelo que se impunha ao sonho de civilização e progresso acalentado pelas elites da capital. Era a cidade escravista, cujo trânsito constante de negros e mestiços, descalços e sem camisas, pelo centro da urbe não autorizava esquecer as contradições inerentes ao modelo de civilização que a elite Saquarema fomentou no Brasil.

O Rio de Janeiro era uma cidade de ruas estreitas e sinuosas e com precário esgotamento sanitário, na qual a exposição de dejetos em vias públicas unia-se ao grito dos negros ao ganho e alforriados vendendo seus

---

<sup>271</sup> Para se obter um melhor dimensionamento da atuação do império na área de engenharia no século XIX, recomendamos: Pedro Telles. op. cit.

<sup>272</sup> Quanto ao conceito de imaginário, ver: Lucrécia D’Aléssio Ferrara. Cidade: Imagem e Imaginário. In: Cléia Schiavo Weyrauch (org.). Três Visões de Cidade. Rio de Janeiro: Departamento Cultural/UERJ, 2000. P. 38.

produtos e serviços<sup>273</sup>. Um cenário que proporcionava uma sinestesia que marcava a imagem externa da cidade<sup>274</sup>. A eles juntavam-se os brancos imigrantes de uma Europa rural, pouco afeita às civilidades urbanas e os migrantes oriundos da plebe que estranhavam as maneiras da urbanidade<sup>275</sup>.

A cidade crescia rapidamente<sup>276</sup> e com ela os problemas de infraestrutura urbana. A estrutura urbanística do centro da cidade não foi capaz de absorver este aumento demográfico. Após um primeiro surto nos anos 50, a febre amarela tornava a assolar a capital em 1870, registrando mais de 3.500 óbitos somente no ano de 1873<sup>277</sup>. Creditava-se a mortandade principalmente às más condições de habitação popular na região do centro da cidade. A problemática da saúde pública impunha-se. Julgava-se necessário retirar a população de baixa renda do centro da cidade, a fim de evitar a propagação de doenças, então tributada aos miasmas, às supostas emanações de gases pútridos exalados do solo úmido do Rio de Janeiro<sup>278</sup>. Assim, era necessária a drenagem e aterro de pântanos e abertura de vias mais largas que favoreceriam a circulação do ar contaminado.

Tendo em vista tais premências, em 1874, o então Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Conselheiro João Alfredo, nomeia os engenheiros Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim, Marcelino Ramos Pereira e Francisco Pereira Passos para constituir a Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro. A intenção era, através da ação técnica de engenheiros sobre a cidade, melhorar as condições de salubridade da

<sup>273</sup> Sobre a presença dos negros ao ganho nas ruas do Rio de Janeiro, ver: Marilene Rosa Nogueira da Silva. *Negro na Rua*. São Paulo: Hucitec, 1988.

<sup>274</sup> Ver: Frederic Mauro. Op. cit. p. 14-15.

<sup>275</sup> Essa sinestesia urbana pode ser percebida em diversas partes da obra de Luís Edmundo. Luís Edmundo. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938. 3 vols.

<sup>276</sup> A população do Rio de Janeiro avançou de 151.776 habitantes em 1856, para 235.381 moradores em 1870. Cf. Lia de Aquino Carvalho. *Habitações Populares*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995. p. 121.

<sup>277</sup> Cf. Jaime Larry Benchimol. *Pereira Passos: Um Hausmann Tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992. p. 137.

<sup>278</sup> Segundo Fritsch, as doenças que mais mataram no Rio de Janeiro foram: a tuberculose, principal alçoz do carioca; a febre amarela e, por último; a varíola. Ver: Lilian Amorim Fritsch. *Palavras ao Vento: a urbanização do Rio de Janeiro Imperial*. Revista do Rio de Janeiro. Niterói: vol. 1, n. 3, maio/ago, 1986. p. 76.

capital Imperial, o que dava nota da ascensão do prestígio dos homens da técnica a época.

A Comissão, em seu relatório de 1875, projetou uma primeira grande avenida, com 40 metros de largura que se estendia em direção à atual Zona Norte, ligando o Campo da Aclamação a Raíz da Serra do Andaraí, o que faria alargando e retificando as ruas Conde D'Eu, Engenho Velho e Andaraí. Dados os altos custos de desapropriações, a equipe traçou uma outra avenida que iniciando do mesmo lugar, terminava na Rua do Andaraí Grande. Esta avenida seria ligada com um sistema viário que integraria os atuais bairros da Tijuca, Andaraí e Vila Isabel.

Sem dúvida, uma das razões das incisões urbanas terem sido propostas na direção norte da cidade e não no centro é o menor valor desta localidade relativamente à região central e a questão sanitária, que recomendava a diminuição da presença populacional no centro da urbe. Entretanto, o projeto de expansão urbana de 1874 não pode ter a sua compreensão limitada à problemática do saneamento urbano, ele foi mais rico em questões.

Antes de mais nada, é importante lembrar que o projeto da Comissão de Melhoramentos ocorreu no contexto da expansão das linhas de bonde na cidade. Em 1870, surge a Companhia de São Cristovão, de capital americano, que articula os bairros de São Cristovão, Andaraí Pequeno, Saúde, Catumbi e Rio Comprido ao Centro da cidade. Em 1872, surge a Companhia Ferro Carril de Vila Isabel, que liga os bairros do Andaraí Grande – Grajaú, Vila Isabel, Aldeia Campista e Andaraí - , São Francisco Xavier e Engenho Novo com a Rua Uruguaiana<sup>279</sup>.

Em 1873 a Companhia Arquitetônica faz a planta do arruamento de Vila Isabel, mesmo ano em que o bairro surge, recebendo as suas primeiras edificações. Em abril de 1875, inaugura-se um trecho que liga Vila Isabel à Rua Uruguaiana. Ainda nos anos 70, o bairro registra um significativo crescimento. Em 1876, foram transportados 1.617.702 passageiros, quantitativo

---

<sup>279</sup> Cf. Oswaldo Porto Rocha. Op. cit. p. 31.

que dobrou após três anos, no qual foram registrados 3.337.223 pessoas transportadas<sup>280</sup>.

Com efeito, os atuais bairros da Tijuca, Andaraí e Vila Isabel eram regiões em expansão, nas quais se vislumbrava a oportunidade de executar um novo projeto de cidade mais consoante com a idéia de civilização. A nova região que emergia deveria ser diferente da região central do Rio de Janeiro. Ruas largas, com amplos passeios arborizados<sup>281</sup>, construções regulamentadas e asseadas que traduzissem algum sentimento estético, que não fossem resultado do puro pragmatismo, característico das edificações portuguesas. É como o relatório da Comissão de Melhoramentos entende:

“Alheio às mais simples noções de estética e até muitas vezes aos mais insignificantes preceitos da arquitetura, esmeram-se os nossos mestres de obras em sobrecarregar as fachadas dos prédios com molduras e cimalthas sem sujeição, já não diremos, às regras da arte que tanto primam a Grécia e a antiga Roma, e que ainda hoje merecem tanto cuidado nos países mais cultos, mas às leis mais simples da conveniência e da harmonia; intercalam ornamentos sem gosto, nem justeza nas proporções; distribuem irregularmente as aberturas dos edifícios, empregando nelas pesadas e dispendiosas ombreiras e vigas de cantaria mal lavrada, que às vezes são mais tarde pintadas ou caiadas; decoram as vidraças com vidros de cores variadas e mal combinadas, cujos efeitos são, além de prejudiciais, desagradáveis às vistas; forram freqüentemente as paredes exteriores com azulejos que absorvem o calor solar e aquecem horivelmente o interior das casas; fazem, enfim, como essas, muitas despesas inúteis, que, além de darem às nossas ruas uma aparência sem arte e sem gosto, imprópria sem dúvida de nossa civilização, tornam-se ainda nocivas ao conforto do interior do lar”<sup>282</sup>.

Note-se bem que o relatório faz uso de termos como “*gosto*” - que é mencionado duas vezes só neste trecho -; “*noções de estética*”; “*arte*”, todos correlatos à idéia de civilização, palavra que, de resto, aparece citada, fechando o parágrafo, quando os relatores resumem o que seria o caráter

---

<sup>280</sup> Ibidem. p. 32.

<sup>281</sup> Os projetos das ruas principais traziam avenidas de 40 metros, com calçadas arborizadas de 11 metros de cada lado e ruas de 18 metros de comprimento. Sobre o projeto da Comissão de Melhoramento do Rio de Janeiro, apresentado ao Imperador em janeiro de 1875, ver: Lillian Amorim Fritsch. Op. cit.

<sup>282</sup> Relatório da Comissão de Melhoramentos do Rio de Janeiro. Cit. in. Benchimol. Op. cit. p. 146.

impróprio das construções da cidade “(...), além de darem às nossas ruas uma aparência sem arte e sem gosto, imprópria sem dúvida de nossa civilização(...)”.

O projeto de extensão urbana de 1874 era fundado na idéia de criar-se uma "cidade civilizada", o que transparece em várias iniciativas da Comissão de Melhoramentos: projetos de casas para operários no estilo inglês, com jardim na parte dianteira; a criação de uma universidade nesta região; construção de um horto botânico, de um jardim zoológico e de um pavilhão para exposições permanentes de maquinário agrícola e industrial. Tais empreendimentos pretendiam ser "didática da civilização".

Assim, com uma ligação direta com o centro da cidade, obtinha-se a possibilidade de sanear o centro, desobstruindo-o, ao mesmo tempo em que se punha em prática um projeto de civilização e integração de parte do operariado à cidade. Com uma região suburbana digna, civilizada, logo os operários modificariam a forma de uso do seu bairro e do centro do Rio de Janeiro, o que, a longo prazo, repercutiria na própria região central da capital.

Todavia, o projeto foi duramente criticado pelo engenheiro Luís Rafael Vieira Souto em vários artigos publicados no Jornal do Commercio. O trabalho foi qualificado de “imperfeito”, afirmando que as reformas deveriam concentrar-se na Cidade Nova e no centro da urbe<sup>283</sup>, onde as condições sanitárias eram piores.

No entanto, seu mais duro golpe veio de sua dispendiosa execução. A Comissão preconizava o uso do dinheiro público em parceria com o capital privado, mas nenhum nem outro agente econômico foi capaz de assumir o ônus de sua execução. Percebendo a inviabilidade econômica do projeto e amparado pelas críticas de Vieira Souto, o Imperador classifica o projeto de “haussmanização”, indicando que não levaria a cabo as obras preconizadas pela Comissão<sup>284</sup>. No mesmo ano do relatório da Comissão, 1875, cai o Ministro João Alfredo, pondo termo a qualquer chance do projeto vir a ser efetivado.

---

<sup>283</sup> Cf. Fritsch. Op. cit. p. 78.

<sup>284</sup> Ver: Jeffrey D. Needell. Belle Époque Tropical. Op. cit. p. 53.

É importante notar que o projeto de Pereira Passos tinha um enfoque menos postado na questão sanitária, tendo como sua problemática orientadora a questão estética. O próprio relatório da Comissão deixa transparecer uma maior preocupação com o intuito de civilizar a cidade do que com aquele de saneá-la. É como nos diz Lilian Amorim Fritsch:

“A recomendação do governo imperial de se cuidar do saneamento da cidade, dando prioridade às medidas visando à higiene pública, foi mais um “calcanhar de aquiles” da comissão. Esta, ao invés de propor soluções de ordem prática para controlar as epidemias que assolavam a cidade, incorporou essas medidas a um plano de obras envolvendo o embelezamento da cidade, o que demandaria oito anos para terminar o trabalho. Até lá, quantas vidas seriam perdidas? O embelezamento era um aspecto importante dentro do projeto de urbanização, já que traz conforto e satisfação pública; só que, segundo Vieira Souto, “A Comissão de melhoramentos, antes de procurar fazer de nossa cidade uma Viena, deveria projetá-la, e com urgência, uma Lisboa, antes de tudo a saúde”<sup>285</sup>.

A divergência de posicionamento quanto a perspectiva de urbanização do Rio de Janeiro prenunciava o papel que os engenheiros assumiriam na República, o de “médicos da cidade”, saneadores urbanos. Estes organizariam-se como corporação em torno de concessões de obras públicas, a maioria com propósito saneador, um apelo muito mais forte ao dispêndio do erário que a causa do melhoramento estético e cultural da cidade, em geral menos favorável financeiramente à corporação e menos tenazmente defendida.

## 2.11

### **O Desenvolvimento da Engenharia: o Crescimento da Idéia de Progresso Enquanto Desenvolvimento Material no Rio de Janeiro**

A tentativa de se desenvolver uma reforma urbana no Rio de Janeiro e o desenvolvimento da infra-estrutura da cidade, embalada pelo capital estrangeiro, colaboraram para a reflexão de engenheiros e industriais sobre as

---

<sup>285</sup> Cf. Fritsch. Op. cit. p. 79.

possibilidades que se abriam ao seu campo de atuação. No último quartel do século XIX, era evidente que estas possibilidades ampliavam-se. A expectativa de uma reforma urbana e ao aumento de obras de infra-estrutura somava-se a expansão da rede ferroviária pelo Brasil. Os engenheiros e empresários ligados aos empreendimentos técnicos percebiam as oportunidades e suas possibilidades de conquistas, o que os levava à necessidade de organizar o campo técnico brasileiro segundo seus interesses.

Deste modo, em 24 de dezembro de 1880, surge, na cidade do Rio de Janeiro, o Clube de Engenharia. Este foi fundado por um industrial, o Sr. Conrado Niemeyer, contando em sua primeira diretoria com a presença de engenheiros destacados como Francisco Pereira Passos<sup>286</sup>. O Clube de Engenharia justificava a sua fundação por ser uma associação de objetivo filantrópico, o de prestar um auxílio “desinteressado” à causa do desenvolvimento material do Brasil. É como afirma um provável associado do Clube em um artigo de fundo do *Jornal do Commercio*, publicado na revista do Clube de Engenharia:

“O Clube de Engenharia, há poucos anos fundado nesta cidade, jamais fez falar de si senão pelo concurso desinteressado que tem prestado à solução de problemas administrativos da sua especialidade, tendo patenteado a dedicação mais ardente pelo progresso material do Brasil.<sup>287</sup>”

Assim, o Clube buscava transmitir uma imagem pública de associação de filantropos que buscavam promover o progresso material do Brasil<sup>288</sup>. Uma ação que dava a entender ser despretensiosa quanto aos objetivos de ganhos pessoais, movida unicamente pelo ideal da promoção desta

<sup>286</sup> Pereira Passos foi o 1º Vice Presidente do Clube de Engenharia entre 19 de novembro de 1881 e 2 de setembro de 1882. No entanto, parece que ao cabo deste período Pereira Passos vai se desligando da instituição, pois o seu nome não mais aparece nas atas das sessões do Clube de Engenharia.

<sup>287</sup> *Jornal do Commercio*. 2 de julho de 1887. Apud. Revista do Clube de Engenharia. Ano 1. Vol VII, 1887. p. 27-28.

<sup>288</sup> Uma panorâmica sobre a postura ideológica do Clube de Engenharia pode ser encontrada em Kropf. Ver: Simone Petraglia Kropf. *Sonho da Razão, Alegoria da Ordem: o Discurso dos Engenheiros sobre a Cidade do Rio de Janeiro no Final do século XIX e Início do Século XX*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado apresentada à PUC-Rio, 1995. (mimeo.).

causa. O Clube de Engenharia, tido como um disseminador do progresso material brasileiro, buscava ser visto como um auxiliar do Estado em algumas ações de sua esfera de competência. Em pouco tempo, ganha força na sociedade, recebendo apoio de parlamentares que buscam aproximá-lo do Estado. É o que se percebe no discurso do Conselheiro Alfredo Chaves, Deputado Geral pela Província do Rio de Janeiro:

“O Clube de Engenharia, fundado, nesta Corte há alguns anos graças a boa vontade de infatigáveis propagadores dos melhoramentos materiais do nosso país, já tem dado de seus patrióticos intuítos tão boas provas, que aos seus esforços não podem ser indiferentes os altos poderes do Estado. Tendo por simpatia e circunstâncias especiais acompanhado sempre com interesse os trabalhos dessa distinta associação, praz-me dar testemunho à Câmara dos Srs. Deputados da espontaneidade, desinteresse e consciencioso trabalho com que o Clube de Engenharia tem procurado auxiliar a administração pública”<sup>289</sup>.

Mais uma vez, o Clube de Engenharia aparece com a imagem pública de desprendimento na operacionalização do seu ideal de fomento ao progresso material e espontaneidade nas suas ações.

No entanto, é interessante notar como a relação entre Estado e Clube de Engenharia começa a ser delineada. O Deputado diz que o Estado não pode ser indiferente ao Clube, pois este seria um auxiliar do mesmo na administração pública. E é exatamente aí que reside o propósito do Clube, no reconhecimento pelo Estado de seu papel como agente privilegiado na promoção do progresso material brasileiro. O que o Clube de Engenharia de fato buscava, mais do que filantropia para com o país, era estabelecer uma relação política de parceria com o Estado, a fim de estimular e proporcionar para os seus associados uma série de concessões de obras públicas, antes feitas pelo capital externo. O propósito real da instituição era organizar o campo técnico nacional para que este, uma vez reconhecido pelo Estado, pudesse assumir a demanda do setor público por obras que, de modo particular, era crescente no Rio de Janeiro, cidade sede da Corte, onde a sucessão de epidemias e a inadequada estrutura urbana exigiam intervenções.

---

<sup>289</sup> Revista do Clube de Engenharia. Ano 1. Vol. VII, 1887. p. 31-32.

Não foi sem outro propósito que o Clube de Engenharia, apenas seis anos após a sua fundação, organizou uma exposição nacional de estradas de ferro, nos moldes da ocorrida na França, em 1882. Seu intuito, como mostra o discurso de um dos membros diretores do Clube, era chamar a atenção do governo para as iniciativas do Clube de Engenharia. Vejamos: “*Não anteciparemos a indicação do que há para ver e examinar nas salas da exposição, na qual se acham representadas numerosas estradas de ferro. Estas linhas têm o único fim de chamar a atenção pública para a inteligente iniciativa do Clube de Engenharia*”<sup>290</sup>.

Através destas ações, o grêmio dos engenheiros buscava, nos seus primeiros anos de existência, ocupar um lugar de destaque no campo técnico da sociedade brasileira, a fim de construir uma aproximação com o Estado.

A busca de seu reconhecimento pelo Estado imperial ocorria em um contexto de forte demanda da sociedade brasileira pelo saneamento da cidade<sup>291</sup>, onde diversas epidemias grassavam<sup>292</sup> e a possibilidade de uma reforma urbana voltava à discussão.

Diante deste contexto de proliferação de epidemias, transformadas mesmo em endemias que se instalavam no Rio de Janeiro, é que os médicos, desgastados com a falta de resultados no saneamento urbano, começaram a ter nos engenheiros concorrentes para tal tarefa.

O ensino da engenharia surgiu no Brasil ainda nos tempos coloniais, em 1699, com a instauração de uma *Aula de Fortificação* no Rio de Janeiro. Em 1767, esta Aula sofre algumas transformações e passa a se chamar *Aula do regimento de Artilharia do Rio de Janeiro*. Em 1774, ela é ampliada, incluindo-se uma cadeira de *Arquitetura militar*, o que implica nova mudança de nome para *Aula Militar do regimento de Artilharia*. Em 1792, é criada no Rio de Janeiro a *Real Academia de Artilharia Fortificação e Desenho*. Para além de uma aula, era criada a primeira instituição de Ensino Superior do

---

<sup>290</sup> Revista do Clube de Engenharia. Ano 1. Vol VII, 1887. p. 28.

<sup>291</sup> Sobre esta demanda, ver: Sidney Chalhoub. *A Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. p. 29-46.

<sup>292</sup> A cidade vinha, desde os anos 50, sendo acometida por epidemias de febre amarela, tuberculose varíola. Esta última, segundo o levantamento feito por Sidney Chalhoub sobre epidemias no Império, passou a ser epidêmica no Rio de Janeiro, durante todos os anos, desde 1865. Ver Sidney Chaloub. Op. cit. p. 152.

Brasil. Em 1810, dois anos após a vinda da Corte portuguesa ao Brasil, D. João VI transformou a *Real Academia de Artilharia Fortificação e Desenho* em *Academia Real Militar*<sup>293</sup>.

Desde a sua origem, a engenharia no Brasil esteve vinculada ao Estado, de modo particular, ao Exército. Em 1858, inspirados na *École Centrale des Arts et Manufactures* de Paris, o Imperador transforma a *Academia Real Militar* em *Escola Central*, desvinculando a formação do engenheiro daquela própria do militar, que continuaria o seu curso na *Escola Militar de Aplicação do Exército*, na Praia Vermelha. Em 1874, baseados na similar francesa, a Escola Central transforma-se em *Escola Politécnica*, que marca a retirada do ensino civil da engenharia do Ministério do Exército, passando então às mãos do Ministério, civil, do Império<sup>294</sup>.

Tais medidas institucionais, quanto ao ensino da engenharia e o crescimento das concessões de obras públicas, proporcionaram ao engenheiro brasileiro a oportunidade de ter um campo de trabalho para além do funcionalismo público. Embora ainda não independente do Estado, pois a engenharia no Brasil dependia das concessões governamentais, o campo técnico brasileiro começava a autonomizar-se por força desses fenômenos que foram percebidos e potencializados por engenheiros e empresários ao organizarem-se como corporação em torno do Clube de Engenharia.

Assim, organizados corporativamente e atentos à dificuldade médica para conter as endemias que assolavam a capital é que os engenheiros, buscando demarcar a sua esfera de atuação e autonomizar o seu campo de trabalho, procuraram afirmar a imagem de “médicos da cidade”. Se esculápios e políticos apareciam incapazes de solucionar os problemas de saneamento e infra-estrutura urbana, os engenheiros, enquanto categoria politicamente organizada, buscavam provar poder fazê-lo a contento. Segundo um dos membros da Comissão de Melhoramentos de 1874, o Engenheiro Moraes Jardim:

---

<sup>293</sup> Cf. Pedro Carlos da Silva Telles. Op. cit. p. 84-89.

<sup>294</sup> Ibidem. p. 106-107.

“Observo que as questões de saneamento não são da exclusiva competência da medicina higienista; para a sua solução é indispensável o concurso da engenharia, a quem cabe a indicação e execução das medidas atinentes a remoção dos males e suas causas, que ao higienista compete assinalar”<sup>295</sup>.

A engenharia surgia como atividade privada e, na delimitação de seu campo de atuação, disputava espaço com os médicos, visando organizar a atuação dos engenheiros no saneamento da cidade. Mais do que mera auxiliar da ação médica na esfera da saúde pública, a engenharia é classificada como *indispensável* no processo de promoção da salubridade na urbe. À engenharia caberia o diagnóstico e a solução dos problemas de infra-estrutura da cidade.

Já o engenheiro Manoel Maria de Carvalho, dividiu as esferas de atuação de engenheiros e médicos, atribuindo a cada qual uma função no processo de saneamento das cidades.

“Distintas e bem discriminadas, como se acham as esferas de ação dos higienistas e do engenheiro em questões de saneamento das cidades, pois, como é sabido, estudam e indicam aqueles as causas de insalubridade, cabendo então a estes apresentar os meios de removê-las, (...)”<sup>296</sup>.

Segundo Carvalho, aos médicos caberia apenas investigar e detectar as causas da insalubridade, cabendo assim aos engenheiros a solução para os problemas. Desta forma, o que era essencial na medicina, a cura, sairia das mãos dos médicos, sendo agora estrita incumbência dos engenheiros. Se aos médicos cabia a cura do corpo humano, aos engenheiros caberia a “cura” do corpo urbano enfermo, caracterizando estes, portanto, como os “médicos da cidade”. E, como tais, preconizam um remédio para os problemas de salubridade da urbe, é como diz um de seus associados: “*O Clube de Engenharia prestará importantíssimo serviço a causa pública, esmerilhando a questão [ da salubridade urbana] por essa face, no intuito de patentear as*

---

<sup>295</sup> Revista do Clube de Engenharia. Anno I. Vol. II. 1887. p. 31.

<sup>296</sup> Revista do Clube de Engenharia. Anno I. Vol. II. 1887. p. 7.

*causas que têm concorrido para esse resultado e indicar o remédio para debela-las*”<sup>297</sup>.

Encarnando o papel de “médico da cidade”, o engenheiro afirma que o Clube de Engenharia proporá um *remédio* para o saneamento urbano do Rio de Janeiro. Tal solução consiste na ação técnica dos engenheiros, capazes de, em nome da ciência, resolver problemas da cidade que os médicos não foram capazes de solucionar. Pois se a ciência médica tem um caráter apenas especulativo, a engenharia, assentada sobre a segurança da técnica, seria exata, não falharia ao cumprir os seus objetivos. É como nos diz o engenheiro Manoel Maria de Carvalho, ao criticar o relatório dos médicos da Inspetoria Geral de Higiene.

“A própria Inspetoria Geral de Higiene que diz a fls. 8 de seu relatório: Se o Governo Imperial e o Parlamento se compenetrarem da necessidade inadiável dos melhoramentos reclamados para o saneamento desta capital, cuja relação, a traços largos busca fazer, é bem provável que as epidemias desapareçam etc.

Ora, se é problemático o êxito, isto é, depois de despender-se incalculáveis quantias para se transformar esta imensa cidade, ainda é provável e não certo, no dizer da douta Inspetoria de Higiene, que melhore o seu estado sanitário, parece-me que, de preferência, deve-se cogitar de outras, cujos resultados sejam ao menos mais prontos e as despesas menores”<sup>298</sup>.

Com o respaldo da precisão característica da técnica, os engenheiros buscavam habilitar-se para ocupar um lugar que antes era preenchido pela ação dos médicos sanitaristas. Assim, eles anunciavam o surgimento de um nova especialidade da engenharia, a engenharia sanitária. Face privilegiada da saúde pública, somente ela poderia fornecer os elementos necessários à salubridade da cidade: água limpa e ar puro. Necessidade que a medicina não seria capaz de prover. É o que vemos no discurso de um dos associados do Clube de Engenharia, o Sr. Mello Barreto:

“Este programa [de saneamento do Rio de Janeiro] afigura-se-me longo; esforçar-me-ei, porém, o mais possível, por evitar a fadiga do auditório sempre complacente para os que, como o orador, sem outra preocupação senão o interesse geral, desliga-se por um instante de seus afazeres habituais, que não são poucos,

<sup>297</sup> Revista do Clube de Engenharia. Ano III. no. 1, 1889. p. 55.

<sup>298</sup> Revista do Clube de Engenharia. Anno I. Vol. II. 1887. p. 14-15.

especialmente agora, para tratar de assuntos que devem ser elucidados por profissionais nessa nova especialidade da engenharia moderna, qual a de engenheiros sanitários.

Em minha opinião duas são as principais medidas a tomar com relação ao saneamento da capital, a saber: água pura em abundância e ar salubre.

É desses dois pontos essencialmente que essa ciência moderna, hoje designada higiene pública, se preocupa seriamente em todos os países<sup>299</sup>.

Ressalta-se no discurso de Barreto a insistente alusão ao caráter moderno dos novos conhecimentos: a engenharia sanitária, tida como *nova especialidade da engenharia moderna* e, a higiene pública que é entendida como *ciência moderna*. Moderno é entendido como o que é atual, no caso, como a última fase que até então chegara o conhecimento, portanto, a superação de fases anteriores, tradicionais, não modernas. Assim, a engenharia buscava demarcar o seu campo moderno de atuação: uma engenharia privada, de profissionais liberais empreendedores, inclinados a agir sobre a cidade vista como um corpo doente. A engenharia moderna viria para superar a tradicional - embora sem a pretensão de eliminá-la - a engenharia do serviço público, empregada direta do Estado.

No entanto, ser moderna, consoante com a atualidade, com o que havia de novo no momento presente era uma forma de conquistar-se algo tido como maior, o futuro. Assim, o engenheiro mostrava-se interessado no progresso, uma idéia estratégica no avanço da engenharia, posto que indica um movimento constante adiante, mas que é impulsionado pela ação presente, rumo ao futuro. Logo, o progresso seria estimulado pela ação técnica dos engenheiros, construtores do futuro.

Esta relação dos engenheiros com a idéia de progresso, enquanto desenvolvimento da técnica, que doravante vamos denominar “progresso técnico”, implicaria no redimensionamento da idéia de progresso. Pois se o progresso era percebido até então subsumido à idéia de civilização, ele passava agora a ganhar autonomia, a ser o ideal maior, a meta a ser atingida tendo como corolário o desenvolvimento da civilização. Com efeito, na ótica desta nova geração de engenheiros organizados em torno do Clube de Engenharia, a civilização deixaria de conter em si o progresso, passando então a ser função

---

<sup>299</sup> Revista do Clube de Engenharia. Anno I. Vol. II. 1887. p. 13-14.

do progresso técnico e material. Operando-se o progresso técnico e material, a civilização viria de imediato como sua tradução. É como se pode constar no discurso do Conselheiro Rodrigo A. da Silva, Ministro da agricultura e Presidente da Comissão Executiva do Clube de Engenharia, por ocasião da abertura da Exposição dos Caminhos de Ferro Brasileiros, organizada pelo Clube em 1887:

“A estrada de ferro não carece mais de apologia. A prova de seu enorme valor está em relevo no mundo inteiro. Ela completa a civilização quando não a inicia.

O progresso do Brasil há de ser aferido pela sua rede de caminhos de ferro, e nesta colossal à ciência da engenharia está reservado papel considerável”<sup>300</sup>.

Do progresso decorria a civilização, e os agentes privilegiados na efetivação do progresso seriam os engenheiros, de onde se depreende que da engenharia dependia o destino da civilização. Como afirmou o conselheiro Rodrigo Silva quanto ao progresso: *à ciência da engenharia está reservado papel considerável*.

Mas o progresso técnico não se justifica apenas pelo deslumbramento quanto às possibilidades de engenho da técnica, mas também e, fundamentalmente, quanto ao desenvolvimento material, às riquezas que as aplicações da técnica podem proporcionar. Consequentemente, progresso técnico é entendido, entre outras coisas, como sinônimo de progresso material, alavanca da civilização. Segundo um provável membro do Clube de Engenharia, discursando a propósito da Exposição de Caminhos de Ferro de 1887 no Jornal do Commercio:

“ As estradas de ferro, não sendo tudo, não podendo ser tudo, não devendo ser tudo, constitui instrumentos dos mais poderosos da organização industrial do mundo. O seu papel na formação e distribuição da riqueza tem sido enorme. Ela não transporta somente a riqueza mas com a riqueza a civilização”<sup>301</sup>.

<sup>300</sup> Revista do Clube de Engenharia. Anno I. Vol. VII. 1887. p. 13.

<sup>301</sup> Jornal do Commercio. 2 de julho de 1887. Apud. Revista do Clube de Engenharia. Ano 1. Vol 7, 1887. p. 28.

A própria utilização do termo "progresso" já denota o redimensionamento do significado da palavra para os novos entusiastas da técnica. "Progresso", que era normalmente utilizado sem vinculação a nenhum substantivo indicativo do campo material, passava a ser especificado, dando nota de uma maior definição do conceito para este grupo de profissionais que se enredavam no fascínio da técnica. Veja-se:

“O Clube de Engenharia, há poucos anos fundado nesta cidade, jamais fez falar de si senão pelo concurso desinteressado que tem prestado à solução de problemas administrativos da sua especialidade, tendo patenteado a dedicação mais ardente pelo progresso material do Brasil.<sup>302</sup>”

No entanto, no discurso feito pelo então Presidente do Clube de Engenharia - engenheiro Antônio Paulo de Mello Barreto - por ocasião da abertura da Exposição de Caminhos de Ferro Brasileira, diante da Princesa Isabel, o termo "progresso" é utilizado *per se*, desvinculado de qualquer substantivo, para indicar o desenvolvimento material.

“O Clube de Engenharia lamenta sinceramente que perdurem os incômodos da preciosa saúde do Augusto Pai de Vossa Alteza Imperial ao ponto de O privarem do inefável prazer de assistir a uma festa de progresso do país, para Ele sempre tão grata. Alimenta porém a esperança de que em breve reestabelecido, continue a exercer a sua eficaz e benéfica influência em favor do desenvolvimento moral, intelectual e material deste vasto Império”<sup>303</sup>.

Entretanto, pouco após essa menção, quando se aludiu elementos pertinentes à idéia de civilização, o engenheiro Barreto opta por não repetir a palavra "progresso" que restringira à alusão do campo material. Quando evocando elementos próprios da idéia de civilização, a palavra escolhida é "desenvolvimento" e não "progresso", reservada à um significado específico.

---

<sup>302</sup> Cf. Margarida Neves. Op. cit. cit. p. 18.

<sup>303</sup> Revista do Clube de Engenharia. Anno I. Vol. VII. 1887. p. 14.

Quanto à evolução lexicográfica do termo, é interessante notar como a palavra progresso figura em dois dicionários das últimas décadas do século XIX.

## 2.12

### O Desenvolvimento dos Conceitos de Progresso e de Civilização em Fins do Império

No dicionário de Caldas Aulete, editado em 1881, o termo **progresso** ainda não aparece abrangendo a idéia de desenvolvimento material. Segundo Aulete:

“Marcha ou movimento para diante. Desenvolvimento, continuação ou acrescentamento de uma ação: os progressos de um incêndio, de uma inundação. Vantagem obtida, bom êxito. Adiantamento, aperfeiçoamento: o progresso das ciências. Aumento progressivo e gradual. Movimento progressivo da civilização e das instituições políticas; tendência do gênero humano para a sua perfeição, para a felicidade. Progresso do tempo, o decurso ou o correr do tempo: “Uma cidade que com o progresso do tempo subiu a grande empório”. Fazer progressos. progredir, adiantar-se: “um aluno que faz progresso de dia para dia”. Ir em progresso, ir em aumento. Do latim *progressus*”<sup>304</sup>.

Além dos significados de sucessão temporal: aumento gradual, aperfeiçoamento e movimento adiante, cerne da idéia de progresso, o texto explicativo do verbete alude ao “movimento da civilização”, o que demarca a imbricação entre esta idéia e a de progresso<sup>305</sup>. Uma idéia que, como se pode ver pelas edições já expostas do dicionário Moraes, encontrava-se no período imperial associada mais aos valores espirituais e políticos pertinentes à idéia de civilização – instituições políticas, artes, ciência – do que ao desenvolvimento

<sup>304</sup> Caldas Aulete. Dicionario Contemporaneo da Língua Portuguesa. feito sobre um plano inteiramente novo. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881. Verbetes progresso.

<sup>305</sup> Optamos aqui em não expor e comentar o texto explicativo do verbete civilização no dicionário de Caldas de 1881 e no Moraes de 1890, a fim não tornar o texto repetitivo e massante, uma vez que a significação do termo não apresenta modificação substancial em face da última edição por nós analisada, a 7<sup>a</sup>. edição do dicionário Moraes de 1877.

material, significado que não consta em nenhum dos dicionários editados no período imperial.

Somente em 1890 é que a palavra "progresso" aparece em um léxicógrafo com o sentido de melhoramento material. Isto ocorre na 8<sup>a</sup>. edição do dicionário Moraes. Nela, o termo **progresso** assim consta:

“Movimento para diante. Continuação, aumento, desenvolvimento: o progresso da obra; o progresso do incêndio. Desenvolvimento progressivo das idéias políticas e sociais em bem da sociedade. O conjunto dos melhoramentos materiais que tanto têm enaltecido a moderna civilização. O progresso das artes, das indústrias, das ciências, seu desenvolvimento e aperfeiçoamento. Progresso do tempo; o decorrer do tempo. adiantamento em proveito: “O comércio fez.....” O progresso da vida; o progresso da idade, continuação, sucessão continuada, com aumento a bem, ou mal, ou no mesmo estado. Fazer progressos; progredir; adiantar-se. Fazer progressos na virtude; tornar-se cada vez mais virtuoso; ir em progresso; em aumento, cada vez mais ou melhor”<sup>306</sup>.

Nesse texto, uma novidade sobressai, a significação relativa a desenvolvimento material figura pela primeira vez, assim como a alusão ao progresso da industria. Antes, a idéia de desenvolvimento material encontrava-se nos dicionários da Língua Portuguesa somente ligada à palavra "civilização". No entanto, a semântica da palavra não se desvincula de idéias pertinentes ao campo da civilização, como arte, ciência, virtude e idéias políticas. Tal vinculação está presente também em um sinônimo de "progresso", a palavra **desenvolvimento**. No texto explicativo do verbete da 8<sup>a</sup>. edição do dicionário Moraes ele assim aparece:

“Ação ou efeito de desenvolver ou de se desenvolver. Crescimento, incremento. Abrimento de uma flor. Ação de ampliar ou explicar alguma coisa. Prolongamento, extensão. Crescimento dos povos organizados. aperfeiçoamento, aumento: “desenvolvimento da civilização”. Cultura intelectual; progresso nas letras, artes, indústria, comércio”<sup>307</sup>.

<sup>306</sup> Antônio de Moraes Silva. Dicionario da lingua portugueza. 8<sup>a</sup> edição. Lisboa: Empreza litteraria Fluminense, 1890. Verbetes progresso.

<sup>307</sup> Silva. Op. cit. 8<sup>a</sup> edição. Verbetes desenvolvimento. No dicionário Caldas de 1881 o termo desenvolvimento também aparece com o mesmo teor: “*Desenvolvimento do comércio, da instrução. Cultura intelectual, civilização.* Ver Caldas. Op. cit. Verbetes desenvolvimento.

A idéia de progresso continua subsumida à de civilização, no entanto, já se observava uma novidade no campo semântico do termo – a idéia de desenvolvimento material - que, como se verá, ao longo da primeira década da República, irá, cada vez mais, constituir-se no principal significado da palavra "progresso".

Durante o Segundo Reinado, no último terço do século XIX, a idéia de progresso começou a ganhar espaço na sociedade brasileira, seja pela sua difusão nas sociedades européias, modelo de civilização para o Brasil, seja pelo seu caráter superior, meta-histórico, capaz de figurar como um elemento agregador da diversidade política, seja pelo desenvolvimento das obras de infra-estrutura no Brasil e do campo técnico no Rio de Janeiro, que já apontavam para o redimensionamento do campo semântico da palavra.

A idéia de progresso, não obstante ter merecido cada vez mais destaque nas últimas décadas do Império, não se desenvolveu de maneira autônoma. Sua relevância e seu reconhecimento social e político encontravam-se subordinados à idéia de civilização, sem a qual a idéia de progresso não teria sentido, uma vez que a razão de ser do progresso seria conduzir o Brasil à civilização ou, em uma visão mais otimista, ao aperfeiçoamento de uma civilização brasileira.